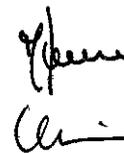


DOOPESCA

PORTOS E

RELATÓRIO E CONTAS 2014



ÍNDICE

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

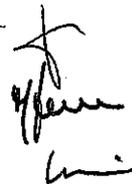
➤ 1. Mensagem do Conselho de Administração	4
➤ 2. Reestruturação Integração Novas Competências	12
➤ 3. Cumprimento das Obrigações Legais	17
• Proposta de Aplicação de Resultados	43
➤ 4. Balanço e Demonstração dos Resultados	45
➤ 5. <i>Performance</i> da Docapesca	117
➤ 6. Relatório e Parecer do Fiscal Único, Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria	

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

[Handwritten signature]
1.

**MENSAGEM DO
CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO**



MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O mandato do atual Conselho de Administração decorreu num quadro de reorganização institucional das Políticas Públicas do Mar, com a consequente reestruturação e reposicionamento da Docapesca em novos desafios na missão de interesse público, patente no Plano Estratégico até 2017 e nos Planos de Atividades de 2014 e 2015.

A Docapesca na qualidade de empresa do Setor Público Empresarial, criada pelo Decreto-lei n.º 107/90, de 27 de março, sob a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, além da sua missão principal de serviço público de primeira venda de pescado, foi incumbida pelo Governo de promover o mar e os produtos da pesca como vetor de desenvolvimento da economia portuguesa.

Pelas suas características, a Docapesca está territorialmente dispersa por Portugal Continental.

A Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020, no seu capítulo III – O modelo de desenvolvimento, reforça a necessidade de uma reestruturação e reordenamento dos portos de pesca e varadouros à escala nacional. “Esta tarefa implica um estudo socioeconómico detalhado das comunidades ribeirinhas que lhes estão associadas, das cadeias de valor por eles gerados, da suficiência das infraestruturas de apoio, da sua manutenção e das condições naturais neles existentes, numa ótica de custo-benefício. O reordenamento deste setor deverá ser articulado com o setor dos portos e marinas de recreio, tendo em vista a criação de sinergias e simultaneamente a mitigação de potenciais conflitos no uso do espaço litoral nacional.”¹

Foi com o objetivo de racionalizar e criar maior eficiência na gestão dos portos de pesca e marinas de recreio do território continental, que a Docapesca – Portos e Lotas, SA, empresa na dependência do Ministério da Agricultura e do Mar, assumiu, a partir do passado dia 4 de fevereiro de 2014, através do Decreto- Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, a administração destas infraestruturas portuárias com todos os direitos, obrigações e posições jurídicas que se encontram afetos ao exercício das funções transferidas.

Com a entrada em vigor do citado diploma, a Docapesca sucede ao Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, Instituto Público (IPTM, IP) nas funções de autoridade portuária nos portos de pesca, nas marinas e portos de recreio, que se encontravam sob sua jurisdição, reforçando a sua responsabilidade e enquadramento como entidade gestora dos portos de pesca.

Neste contexto, conscientes dos desafios do futuro próximo, centrados na reorganização institucional das políticas nacionais para o Mar, e da melhoria da eficiência e gestão dos portos de pesca e das marinas de recreio, a Empresa tem procurado ser parceira ativa no Setor da Pesca, reformulando a sua missão, designadamente através da proposta de alteração do objeto dos seus Estatutos, entre outros aspectos

¹ *Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020*, pg. 49.

Assim, para além da actividade tradicional da Docapesca na prestação do serviço de primeira venda de pescado em lota, o ano de 2014 foi particularmente exigente atendendo aos novos desafios colocados à Empresa pela transferência de competências do IPTM no que respeita à jurisdição dos portos de pesca e marinas de recreio, ficando nessas áreas incumbida das funções de autoridade portuária.

De acordo com as novas atribuições a Docapesca detém, entre outras, as seguintes competências:

- Administração e fiscalização dos bens e das áreas do domínio público que lhe estejam afetos, integrados na sua área de jurisdição;
- Atribuição de títulos de uso privativo e a definição da utilidade pública relativamente aos bens do domínio público que lhe estão afetos e a prática de todos os atos respeitantes à execução, modificação e extinção de autorizações licenças ou concessões, nos termos da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, e do Código dos Contratos Públicos (CCP), exceto as utilizações que, nos termos destes diplomas, caibam à autoridade nacional da água;
- Licenciamento das atividades portuárias de exercício condicionado e a concessão de serviços públicos portuários;
- Cedência a entidades públicas, a título precário, de bens do domínio público e do domínio privado do Estado afetos à Docapesca, mediante o pagamento de compensação financeira;
- Elaboração de planos das suas áreas portuárias, no respeito pelo disposto no Plano Nacional Marítimo-Portuário;
- Expropriação por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e exercer as servidões administrativas necessárias à expansão ou desenvolvimento portuários, nos termos legais;
- Fixação das taxas a cobrar pela utilização das suas infraestruturas portuárias, dos serviços neles prestados e pela ocupação de espaços dominiais ou destinados a atividades comerciais ou industriais;
- Exercício dos poderes de autoridade do Estado quanto à liquidação e cobrança, voluntária e coerciva, de taxas que lhe sejam devidas e, bem assim, dos rendimentos provenientes da sua atividade;
- Estabelecimento com outras entidades públicas, quando necessário e dentro dos limites permitidos por lei, de acordos relativamente à coordenação, gestão, fiscalização e exercício de usos ou atividades para fins de natureza não diretamente portuária;
- Licenciamento da atividade de transporte regular fluvial ou marítimo de passageiros nas suas áreas de jurisdição.

Assim, a Docapesca passou a exercer a função da autoridade portuária nas infraestruturas portuárias de apoio às atividades da pesca e da náutica de recreio de Vila Praia de Âncora, Castelo do Neiva, Esposende, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Angeiras, Nazaré, São Martinho do Porto, Peniche,

Ericeira, Baleeira, Lagos, Alvor, porto de pesca, estaleiros e área de Ferragudo em Lagoa, marina de Portimão e a bacia do Rio Arade desde a segunda ponte sobre o Rio Arade até Silves, Albufeira, Vilamoura, Quarteira, Faro, exceto área do porto comercial e canal de acesso, Olhão, Fuseta e Tavira, bem como na via navegável e nas infraestruturas portuárias existentes ao longo do Rio Guadiana, entre Vila Real de Santo António e Mértola.

No âmbito deste processo de reestruturação, a Docapesca, sem prejuízo das sinergias alcançadas com a integração, procurou relatar a evolução da sua atividade ao longo do ano de 2014, distinguindo a atividade de lotas e vendagem da resultante das novas competências incorporadas.

ATIVIDADE DE LOTAS E VENDAGEM

Aplicou-se em todas as lotas a metodologia de análise e controlo dos riscos sanitários associados a produtos alimentares (*Hazard Analysis of Critical Control Points – HACCP*), continuando a ser um objetivo decisivo para a Docapesca o domínio da qualidade do pescado que sai das lotas do continente, contribuindo também assim para a sua valorização, a par das intervenções significativas realizadas nas lotas com vista à sua requalificação e cumprimento das medidas de Higiene e Segurança Alimentar. As lotas com Número de Controlo Veterinário passaram de 21 para 22.

No âmbito do projeto do CCL (Comprovativo de Compra em Lota) prosseguiram e foram alargadas as ações com vista à captação de novos compradores e de novas oportunidades de mercado, bem como foi intensificado o relacionamento com as grandes superfícies enquanto potenciais escoadoras de quantidades significativas de pescado, através de ações de informação e formação dos técnicos das Lojas/peixarias desses espaços comerciais.

Foi dada continuidade às campanhas de valorização de pescado com menor valor comercial (cavala, polvo,) e outras espécies regionalmente conhecidas (faneca, choco, pescada) como forma de apoiar as campanhas de consumo de pescado, sempre em articulação com os Municípios e Escolas de Hotelaria e Turismo, apostando na divulgação de novos métodos de consumo, passando a mensagem da gestão sustentável dos recursos nacionais

Deu-se início aos procedimentos de proposta de revisão da Portaria n.º 9/89, de 4 de janeiro, tendo como base de trabalho o estudo diagnóstico efetuado às taxas de 1.ª venda de pescado, estudo esse elaborado pela Universidade Católica Portuguesa no decurso de 2014. Este trabalho tem em conta as especificidades aplicáveis às Organizações de Produtores e a clientes estratégicos para o negócio do pescado e das conservas.

Ao nível interno, com base numa mais eficiente gestão do risco, a Docapesca tem vindo a implementar novos controlos internos. Salienta-se o controlo e validação das garantias bancárias prestadas por compradores de pescado e clientes em geral, com a confirmação pelos bancos fiadores, num processo iniciado em 2013 e que se pretende manter com regularidade.

A aprovação do Manual de Procedimentos foi um passo importante para a identificação dos riscos e do controlo que lhes deve estar associado. Este instrumento, aprovado em dezembro de 2013, é essencial para melhorar a eficiência e a eficácia da organização, e é regularmente corrigido e atualizado.

Prosseguiram-se os princípios da manutenção de regras de controlo e redução de custos, continuando-se os trabalhos de monitorização e de supervisão. Estes processos têm vindo a ser acompanhados pela implementação de novas estratégias de intervenção, de novos sistemas organizacionais, redução de efetivos e identificação dos investimentos necessários face ao projeto definido.

Mantém-se presente a articulação com todas as Autarquias, onde existem Lotas e Postos de Vendagem, com as Organizações de Produtores, com as Associações de Armadores, com o setor da comercialização e as suas instituições representativas, com os Sindicatos, com as diferentes entidades públicas com competências em matéria de pesca e aquicultura.

Foram intensificadas as ações de proximidade com as pequenas comunidades locais da pesca, quase sempre associadas aos Grupos de Acção Costeira, apoiando o desenvolvimento de Circuitos Curtos de Comercialização, sempre com base nas capturas locais e transacionadas em Lota – caso da Azenha do Mar – Projecto do Cabaz do Mar e de Sesimbra.

Os resultados destes projetos permitiram melhorar a valorização do pescado com reflexo positivo para as comunidades locais e para a empresa, o que leva a Docapesca a perspetivar o apoio a pelo menos mais 2 ou 3 projetos para o próximo ano.

Por outro lado, foram também elaboradas candidaturas ao programa PROMAR no âmbito dos projectos de melhoria de serviços a prestar nas lotas (cadeia de frio e qualidade de água na lota de Portimão e ainda as defensas e escadas em Olhão) bem como a reabilitação da Antiga Lota de Sagres com vista a preparar um espaço importante para a divulgação dos produtos do mar de Sagres e da atividade daquela zona do país.

O registo estatístico de todo o pescado transacionado, além de obrigação legal nacional e comunitária, é um elemento essencial para a definição das políticas, a nível nacional e europeu, e uma ferramenta incontornável para a gestão da Empresa.

Também os setores da produção e comercialização beneficiam da informação produzida, em contínuo aperfeiçoamento com a divulgação regular dos preços médios de venda em lota das principais espécies, através do Observatório Semanal.

NOVAS COMPETÊNCIAS

Com a entrada em vigor do DL n.º 16/2014, de 3 de Fevereiro, a Docapesca, Portos e Lotas viu a sua área de jurisdição significativamente alargada e com novas competências de Autoridade Portuária a

exercer sobre os Portos de Pesca e Marinas, Docas de Recreio e Estaleiros de Reparação Naval. Após uma primeira avaliação, foi decidido apostar prioritariamente na melhoria da qualidade dos espaços/áreas quer do ponto de vista da limpeza e higiene quer da segurança de pessoas e bens que utilizam esses mesmos espaços e infraestruturas, implementando medidas como a contratação de serviços que garantam esses objetivos e intervenções nas infraestruturas (cais, plataformas, etc) que melhorem as condições de segurança na atividade da pesca e recreio.

Por outro lado, foi iniciada uma avaliação das potencialidades dos espaços para a captação de atividades conexas com a pesca, náutica de recreio e estaleiros navais, bem como às novas atividades como aquacultura offshore e transformação/acondicionamento de pescado, por forma a rentabilizar os mesmos.

Ainda decorrente da entrada em vigor do mesmo decreto lei, encontra-se em curso o processo de revisão dos Estatutos da Sociedade. Após o texto inicial ter sido analisado pela DGTF, está a ser ultimada a proposta técnica pela tutela setorial de modo a ser possível a respetiva aprovação na Assembleia Geral.

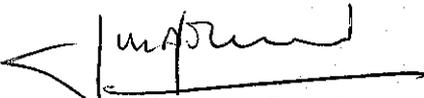
As demonstrações financeiras de 2014 não são comparáveis com as dos anos transatos na medida em que já registam meio ano da actividade dos portos de pesca e da náutica de recreio, transferida para a empresa por incorporação de parte do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. (IPTM).

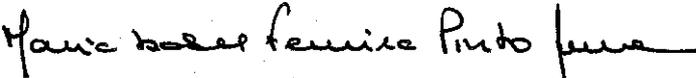
Pretendendo demonstrar o efeito da fusão operada, a Docapesca procedeu ao apuramento do resultado da sua actividade de lotas e vendagem- resultado líquido de 388.389,65 Euros, isolando-a da actividade incorporada, cujo resultado líquido, considerando apenas os últimos meses do ano de 2014, foi de 8.943.506,24 Euros e para o qual é determinante o efeito positivo decorrente da reversão das provisões, constituídas e tributadas no passado, para registo das taxas de movimentação de pescado que se anularam por confusão entre o credor e o devedor.

Na sua globalidade, a Docapesca encerrou o exercício com um resultado líquido de 9.331.895,89 Euros e repôs o seu capital próprio para valor positivo e ligeiramente superior ao capital social realizado (8.705.234,40 euros).

Finalmente, uma palavra a todos os trabalhadores da Empresa, louvando o seu profissionalismo e empenho e reconhecendo o seu potencial de valor incontornável a valorizar, cada vez mais, para a missão da Empresa.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


José Apolinário Nunes Portada


Maria Isabel Ferreira Pinto Guerra


Pedro Manuel Viegas da Silva Ferreira



PERSPETIVAS

No Relatório e Contas de 2014 estão em evidência as iniciativas que consubstanciam o percurso consistente de transformação do modelo de gestão da Docapesca – Portos e Lotas, SA.

Em 2015, a empresa continuará a sua aposta na realização de iniciativas inovadoras, sustentáveis nas dimensões económica, social e ambiental, de melhoria da qualidade e segurança alimentar e de cooperação com o Setor, contribuindo para o seu crescimento e garantia da excelência.

A empresa prosseguirá os seus objetivos no domínio da responsabilidade social e ambiental, a proteção dos consumidores, a promoção da igualdade e da não discriminação e a prevenção da corrupção.

O ano de 2015 será o primeiro ano completo com uma perspetiva consolidada das atividades a desenvolver pela Docapesca na sequência da integração das atividades de administração de portos de pesca e marinas de recreio.

É nossa convicção, que a manter-se o atual quadro de receitas, e assegurando uma gestão integrada do porto de pesca, lotas e serviços conexos está assegurada a sustentabilidade económico-financeira no curto e médio prazo e que a gestão da empresa será norteadada de forma a garantir a sua continuidade, com resultados líquidos anuais positivos e capitais próprios positivos.

A valorização do produto da pesca, a manutenção do equilíbrio económico-financeiro da Empresa, a intervenção na conservação e manutenção das infraestruturas, a rentabilização das áreas de negócio e as medidas de segurança e qualidade alimentar são iniciativas que terão continuidade no ano de 2015.

A Docapesca dará também continuidade a um conjunto de atividades já iniciadas nos anos anteriores com resultados positivos. Merecem especial enfoque a subconcessão de postos de vendagem ou lotas a Associações, Organizações de Produtores ou privados, sempre que tal se revele mais vantajoso em termos operacionais e sociais para empresa e para o setor, saída progressiva de áreas de negócio de risco elevado e com melhores performances se geridas por privados, incremento do sistema de primeira venda, através de projetos piloto baseados na proximidade (circuitos comerciais curtos) e alteração dos mecanismos do leilão e consolidação do papel que a empresa tem vindo a desempenhar na internacionalização do setor das pescas.

Quanto às novas áreas - marinas/docas de recreio e estaleiros navais, a Docapesca iniciou um trabalho de aproximação às principais empresas/associações setoriais para promover estas atividades em "Fora"/Feiras internacionais e nacionais, potenciando as áreas existentes na sua nova jurisdição.

Handwritten signature

2.
**REESTRUTURAÇÃO
INTEGRAÇÃO NOVAS
COMPETÊNCIAS**

REESTRUTURAÇÃO

Conforme estabelecido no Decreto-Lei n.º 7/2012, de 17 de janeiro, os portos de pesca e as marinas de recreio que integravam a jurisdição do IPTM deveriam ser objecto de externalização e posteriormente incorporados na Docapesca, Portos e Lotas S.A.

A incorporação foi consubstanciada através do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, que determinou a afetação dos bens do domínio público e privado do Estado à Docapesca, assim como as atividades desenvolvidas nas áreas de jurisdição, que estão identificadas no artigo 6.º do referido Decreto-Lei, constituindo estas os terrenos e massas de água delimitados pelos contornos e linhas definidos nas plantas constantes do anexo àquele diploma.

O processo supra descrito corresponde a uma parte de um processo mais vasto que se pode definir como uma cisão das competências, atividades e bens dominiais do IPTM, IP, culminando na incorporação das partes cindidas nos seguintes organismos do Estado e em empresas do setor público empresarial, a saber:

- As competências na área da segurança marítima e portuária foram incorporadas na DGRM (Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos)
- A unidade de regulação marítimo-portuária, incorporada no IMT (Instituto da Mobilidade e dos Transportes).
- A via navegável do Douro permanece, na presente data, na esfera jurídica do IMT
- A gestão dos portos comerciais de Faro e Portimão e das zonas ribeirinhas adjacentes foi incorporada na APS (Administração do Porto de Sines e do Algarve), pelo Decreto-Lei n.º 44/2014, de 20 de março.
- A gestão dos portos de pesca e das marinas de recreio e das zonas ribeirinhas adjacentes foi incorporada na Docapesca, Portos e Lotas S.A., pelo Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro.

Em resumo, o processo de reestruturação iniciou-se com um conjunto de cisões seguidas de incorporações para se atingir para concretizar a extinção do Instituto (IPTM).

Tendo em conta a complexidade da operação, o processo decorreu no prazo de 36 meses, estando na presente data em fase de conclusão.

Até 31 de dezembro de 2012, o IPTM prestou contas enquanto Instituto Público, contudo, em resultado da decisão de extinção, não obteve a correspondente inscrição das verbas no Orçamento de Estado para 2013, necessárias à viabilização da sua atividade financeira, pelo que se optou por uma primeira cisão, operacional, realizada a favor de organismos do Estado -DGRM e IMT- onde se atendeu às tutelas setoriais com a conseqüente separação da Direção do Norte e Douro Navegável e da Direção Sul entre portos comerciais e portos de pesca e marinas de recreio, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2013.

Tendo em conta que a incorporação dos portos de pesca e das marinas de recreio na Docapesca e dos portos comerciais na APS apenas se formalizou em fevereiro e março de 2014, verificou-se um hiato entre a cisão e as incorporações que foi assegurado pelos organismos supra referidos (DGRM e IMT), que utilizaram os recursos humanos, materiais e financeiros do IPTM (em extinção) integrados

na sua própria estrutura operacional, registrando as operações realizadas nos seus próprios sistemas de prestação de contas.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 16/2014, a Docapesca iniciou os procedimentos conducentes à incorporação das novas responsabilidades assumidas que se relatam no presente relatório de gestão e contas de 2014.

Durante o processo de cisão e da posterior incorporação, os organismos e as empresas envolvidas pretenderam garantir, por todos os meios legais, a continuação da prestação dos serviços que constituíam as funções do IPTM, salvaguardando a prestação do serviço público, assegurando a arrecadação da receita devida e o pagamento dos serviços prestados por terceiros.

Contudo, só no início do ano de 2015 foi dada sequência, após os correspondentes procedimentos concursais, ao apuramento dos registos contabilísticos que deverão constituir as demonstrações financeiras das áreas de negócio a cindir e a incorporar na Docapesca, tendo em conta que as últimas demonstrações financeiras do IPTM (2012) se apresentam com o acumulado de todas as atividades que o IPTM desenvolveu até 31 de dezembro de 2012.

Acresce que os elementos contabilísticos prestados pelo IPTM até 2012 são merecedores de reserva na medida em que o referencial contabilístico não é o SNC, nem os seus registos foram sujeitos a escrutínio por entidades fiscalizadoras, nomeadamente Revisão Oficial de Contas e Auditoria Externa. Reconhecendo a inexistência de registos contabilísticos fiáveis, a Docapesca não incorporou na sua prestação de contas de 2014 quaisquer saldos transitados do IPTM.

Aguarda-se, por conseguinte, o resultado da avaliação do valor dos elementos do ativo e do passivo do IPTM a incorporar, que devem ser balanceados, enquadrados na estrutura conceptual do Sistema de Normalização contabilística (SNC) e sujeitos a parecer do Revisor Oficial de Contas.

Por outro lado, a Docapesca já iniciou o processo de contratação de avaliador para avaliar os bens do ativo fixo tangível que se identificam como afetos à área de jurisdição transferida para esta empresa.

Para além da limitação de âmbito relacionada com o não registo dos saldos iniciais incorporados do IPTM, a Docapesca deu início às funções transferidas, registrando na sua contabilidade todos os rendimentos, gastos e investimentos que já realizou em 2014, assim como as provisões pelas responsabilidades que assumiu.

No sentido de garantir a comparabilidade das suas demonstrações financeiras com as dos anos anteriores e permitir a aferição dos planos de redução de gastos operacionais e o cumprimento dos objetivos de gestão, a Docapesca apurou os acréscimos e diferimentos que se relacionam com a atividade das novas competências, apresentando as referidas demonstrações para 2014 em registos autónomos, intitulados de atividade de lotas e vendagem e novas competências.

Handwritten signature and initials

Demonstração dos Resultados por Naturezas do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2014

Rendimentos e Gastos	Atividade Tradicional	Novas Competências	Total Docapesca
Vendas	2.645.265,61	-	2.645.265,61
Mercadorias	178.083,88	-	178.083,88
Combustíveis	1.329.252,99	-	1.329.252,99
Gelo	1.137.928,74	-	1.137.928,74
Prestações de Serviços	18.119.054,29	2.919.991,61	21.039.045,90
1.ª Venda de Pescado	14.993.254,42	-	14.993.254,42
Serviços dos Portos de Pesca	2.949.416,54	1.105.228,77	4.054.645,31
Gestão Dominial	-	1.031.653,92	1.031.653,92
Serviços Secundários	167.112,00	46.167,27	213.279,27
Serviços Náutica e Mar.Turísticas	-	736.941,65	736.941,65
Comissões de Cobrança	82.974,80	-	82.974,80
Descontos e Abatimentos	(73.703,47)	-	(73.703,47)
Subsídios à exploração	72.350,68	-	72.350,68
Variação nos inventários da produção	172,79	-	172,79
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(1.602.445,61)	(734,70)	(1.603.180,31)
Fornecimentos e serviços externos	(5.942.803,60)	(1.774.582,16)	(7.717.385,76)
Gastos com o pessoal	(9.916.549,10)	(720.268,93)	(10.636.818,03)
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	4.344,36	-	4.344,36
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	(302.551,40)	-	(302.551,40)
Provisões (aumentos/reduções)	(70.210,79)	8.184.330,47	8.114.119,68
Outros rendimentos e ganhos	1.635.072,93	224.658,78	1.859.731,71
Outros gastos e perdas	(959.782,81)	(145.154,41)	(1.104.937,22)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	3.681.917,35	8.688.240,66	12.370.158,01
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(2.898.359,38)	(15.646,34)	(2.914.005,72)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	783.557,97	8.672.594,32	9.456.152,29
Juros e rendimentos similares obtidos	20.553,47	-	20.553,47
Juros e gastos similares suportados	(28.328,65)	(434,64)	(28.763,29)
Resultado antes de impostos	775.782,79	8.672.159,68	9.447.942,47
Impostos sobre o rendimento do período	(387.393,14)	271.346,56	(116.046,58)
Resultado líquido do período	388.389,65	8.943.506,24	9.331.895,89

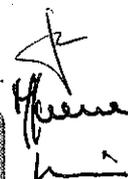
Balanco em 31 de Dezembro de 2014

	Atividade Tradicional	Novas Competências	Total Docapesca
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	13.983.596,13	277.064,21	14.260.660,34
Ativos intangíveis	124.461,90	-	124.461,90
Ativos por impostos diferidos	999.282,66	275.205,11	1.274.487,77
	15.107.340,69	552.269,32	15.659.610,01
Ativo corrente			
Inventários	207.770,88	-	207.770,88
Clientes	909.591,79	2.044.128,34	2.953.720,13
Adiantamentos a fornecedores	3.785,18	-	3.785,18
Estado e outros entes públicos	529.380,80	-	529.380,80
Outras contas a receber	5.763.942,98	78.097,78	5.989.514,66
Diferimentos	119.209,58	-	119.209,58
Caixa e depósitos bancários	4.722.709,45	(800.045,99)	3.775.189,56
	12.256.390,66	1.322.180,13	13.578.570,79
Total do ativo	27.363.731,35	1.874.449,45	29.238.180,80
Capital próprio e passivo			
Capital próprio			
Capital realizado	8.528.400,00	-	8.528.400,00
Reserva legal	100.620,52	-	100.620,52
Resultados transitados	(4.925.043,38)	(9.649.769,09)	(14.574.812,47)
Excedentes de revalorização	7.775,78	-	7.775,78
Outras variações no capital próprio	5.311.354,68	-	5.311.354,68
	9.023.107,60	(9.649.769,09)	(626.661,49)
Resultado líquido do período	388.389,65	8.943.506,24	9.331.895,89
Total do capital próprio	9.411.497,25	(706.262,85)	8.705.234,40
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	1.090.110,56	1.465.438,62	2.555.549,18
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	4.441.256,27	-	4.441.256,27
Passivos por impostos diferidos	1.542.775,21	-	1.542.775,21
Outras contas a pagar	374.000,00	-	374.000,00
	7.448.142,04	1.465.438,62	8.913.580,66
Passivo corrente			
Fornecedores	980.458,90	780.512,80	1.760.971,70
Estado e outros entes públicos	1.521.859,11	88.525,89	1.610.385,00
Financiamentos obtidos	-	-	-
Outras contas a pagar	7.958.173,13	246.234,99	8.204.408,12
Diferimentos	43.600,92	-	43.600,92
	10.504.092,06	1.115.273,68	11.619.365,74
Total do passivo	17.952.234,10	2.580.712,30	20.532.946,40
Total do capital próprio e do passivo	27.363.731,35	1.874.449,45	29.238.180,80

[Handwritten signature]

3.

**CUMPRIMENTO
DAS ORIENTAÇÕES
LEGAIS**



OBJETIVOS DE GESTÃO PARA 2014

O Acionista fixou um conjunto de objetivos de gestão aos membros do Conselho de Administração para o triênio 2012-2014, que fazem parte integrante dos contratos de gestão assinados pelos membros do Conselho de Administração e pelas Tutelas Financeira e Setorial.

Os objetivos foram fixados tendo por base a atividade de lotas e vendagemda Docapesca tal como se configurava no ano de 2012.

Entretanto, concretizou-se a incorporação na Docapesca das atividades dos portos de pesca e náutica de recreio do IPTM em fevereiro de 2014.

A partir deste mês, de forma gradual mas definitiva, a Docapesca foi registrando as novas competências nas suas contas promovendo a sua integração com a desejável sinergia de meios técnicos, financeiros e de recursos humanos.

No Plano de Atividades, de investimento e orçamento para 2014, já se anteciparam a estratégia, os objetivos e o orçamento para acomodar, executar e monitorizar as atividades a incorporar.

As demonstrações financeiras que se apresentam ao acionista, reportadas ao exercício de 2014, incluem toda a atividade desenvolvida pela empresa, quer a tradicional, quer a correspondente às novas competências incorporadas do IPTM.

Para dar resposta à comparação entre os objetivos de gestão fixados para 2014 (e apurados/determinados em 2012) foi necessário proceder à decomposição das contas do corrente ano, apurando-se os movimentos que foram gerados pela atividade incorporada do IPTM, nomeadamente, a faturação, os encargos com fornecimentos e serviços externos, os gastos com pessoal, os investimentos e as respetivas depreciações, as provisões para riscos e encargos e a reversão das provisões relacionadas com as taxas de movimentação de pescado, os recebimentos e pagamentos inerentes às novas competências, que se descrevem nas notas anexas às demonstrações financeiras.

O trabalho de apuramento da atividade incorporada na Docapesca não se encontra concluído, na sua componente de relato económico e financeiro, por não ter sido possível obter, até à data de aprovação do presente relatório, um balancete demonstrativo dos ativos e passivos do IPTM que se transferem. Para além das considerações já explanadas no capítulo anterior sobre esta reestruturação, tal sucede também por duas razões de natureza administrativa:

- No processo de cisão do IPTM não transitaram para a Docapesca quaisquer recursos humanos afetos à estrutura central do IPTM, responsáveis pela prestação de contas deste instituto;
- O IPTM, em 2013 e 2014, já excluído do recurso ao Orçamento de Estado, foi cindido administrativamente e afeto à DGRM e ao IMT (ex-IMTT), sendo que a Docapesca incorporou atividades que foram transitoriamente registadas em ambos os organismos antes referidos.

Os valores que se apresentam no quadro seguinte, relativos ao cumprimento dos objetivos de gestão apenas consideram a atividade de lotas e vendagemda empresa, com exceção do PMP que se refere a toda a atividade desenvolvida no ano.

	Obs.	Peso de cada obj.	Objetivos de gestão		Execução percentual	Execução percentual ponderada
			2014 Proposto	2014 Executado		
Indicadores financeiros		60,00%				89,60%
Volume de Negócios (€)	1)	15,00%	23.329.658	22.399.393	96,01%	14,40%
Peso dos CMVMC+FSE+GcP no Volume de Negócios	2)	15,00%	75%	72%	103,75%	15,56%
PMP	3)	10,00%	36	35	102,78%	10,28%
Resultado líquido (€)	4)	20,00%	157.381	388.390	246,78%	49,36%
Indicadores de atividade		40,00%				30,30%
I - Segurança e Qualidade Alimentar		10,00%	100,00%	69,00%	69,00%	6,90%
II - Economia		7,50%	100,00%	63,00%	63,00%	4,73%
III - Nominalização do Pescado/Marca		7,50%	100,00%	84,00%	84,00%	6,30%
IV - Modernização		7,50%	100,00%	65,00%	65,00%	4,88%
V - Abertura ao Sector		7,50%	100,00%	100,00%	100,00%	7,50%
Total		100,00%				119,90%

1) Volume de Negócios = 71 Vendas + 72 Prestação de Serviços + 78 Outros Rendimentos e Ganhos

2) CMVMC = Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas; FSE = Fornecedor e serviços externos e GcP = Gastos com o pessoal. A rubrica Gastos com Pessoal não incorpora o valor dos subsídios de férias e Natal

3) PMP calculado de acordo com a RCM n.º 34/2008, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 6.04.

4) Resultado líquido - Valor constante na Demonstração de Resultados por natureza anual, apurado de acordo com o SNC.

5) Para cada indicador de atividade é estabelecido o objetivo anual de 100%.

O quadro acima demonstra que a Docapesca atingiu, na sua globalidade, os objetivos quantitativos constantes do contrato de gestão.

Em relação aos objetivos financeiros realça-se o menor valor do volume de negócios, afetado no seu crescimento para 2014 pela redução da atividade de revenda de mercadorias e combustíveis e pela quebra na venda de gelo, devido à relativa amenidade do verão de 2014 e à interdição da captura de sardinha (a partir de 19 de Setembro).

No entanto, também se reduziu o somatório dos gastos operacionais, ficando o peso destes no volume de negócios abaixo do objetivo fixado. Importa aqui referir que o cálculo deste objetivo de gestão exclui o montante relativo aos subsídios de férias e de Natal, conforme ficou definido nos contratos de gestão dos membros do Conselho de Administração. Assim, a execução deste objetivo difere da apresentada no ponto "Cumprimento das Medidas de Redução de Gastos Operacionais", onde o cálculo é efetuado de acordo com as orientações da Lei de Orçamento de Estado.

Em relação aos indicadores de atividade, e contrariando a boa execução do ano anterior, a sua baixa avaliação é consequência do impacto que as novas competências tiveram na regular atividade da empresa, nomeadamente nas ações conduzidas pela estrutura central que, não tendo obtido qualquer reforço de meios humanos, se desdobrou para garantir as respostas atempadas às novas solicitações sobretudo em matérias relacionadas com o exercício da autoridade portuária e o cumprimento das obrigações administrativas de Direito Público.

Indicadores de Actividade	Metodologia de Cálculo - Objectivos Quantitativos	Objectivo		
		2014 proposto	2014 executado	2014 executado/pr oposito
I. Qualidade e Segurança Alimentar	$\Sigma (\text{Obj.1}+\text{Obj.2}+\text{Obj.3})/3$			108%
HACCP	1. Redução do n.º reclamações (avaliação do n.º total de reclamações por lota em 2012; redução em 2% do total de reclamações em 2013 e 2014)	-2,00%	-8,44%	100,00%
	2. N.º trabalhadores com formação Segurança Alimentar / n.º total trabalhadores de exploração	75%	93%	123,56%
Número de Controlo Veterinário	3. N.º de lotas com Número Controlo Veterinário	22	22	100,00%
II. Economia	$\Sigma (\text{Obj.4})$			96%
Requalificação da rede de lotas	4. Peso dos gastos de conservação e investimento nas lotas e rede de frio/total dos gastos de conservação e investimento total	80%	76,72%	95,90%
III. Nominalização do pescado/marca	$\Sigma (\text{Obj.5})$			100%
Nominalização do pescado/marca	5. N.º acções para aumentar a notoriedade do CCL	8	63	100,00%
IV. Modernização	$\Sigma (\text{Obj.6}+\text{Obj.7}+\text{Obj.8}+\text{Obj.9}+\text{Obj.10}+\text{Obj.11}+\text{Obj.12})/7$			73%
Reconversão dos recursos humanos	6. N.º de formandos abrangidos/ total trabalhadores da empresa (valor em percentagem)	95%	97%	102,35%
Novo sistema de gestão	7. Cumprimento dos prazos de reporte legal e fiscal (n.º total das obrigações cumpridas dentro do prazo/n.º total das obrigações)	100,00%	99,00%	99,00%
	8. Serviço de Auditoria Interna - n.º auditorias realizadas no ano	15	17	113,33%
Reestruturação comercial	9. Percentagem de ocupação espaços comerciais (peso da área ocupada/área total)	80,00%	86,82%	108,53%
Medição da satisfação dos clientes	10. Realização de 2 inquéritos anuais	2	0	0,00%
Eficiência ambiental (Sistema Gestão Ambiental)	11. Sistema de Gestão Ambiental (Revisão ao SGA em 2012 (100%), n.º auditorias realizadas em 2013 e 2014)	4	0	0,00%
Comunicação	12. Publicitação com a regularidade indicada no Plano de Actividades das publicações "Infoliota", "Agenda Docapesca" e "Observatório dos Preços"	100,00%	85,00%	85,00%
V. Abertura ao sector	$\Sigma (\text{Obj.13})$			100%
Abertura ao sector	13. Participação em actividades com associações e entidades da sector da pesca e do mar (n.º entidades e associações abrangidas no objectivo)	5	5	100,00%

- a) A acentuada redução do número de reclamações, face à redução inicialmente prevista, decorreu essencialmente da aplicação das novas regras de faturação, de acordo com o Decreto-Lei n.º 197/2012, de 24 de agosto, tendo a empresa instituído um sistema de controlo interno prévio à emissão dos documentos.
- b) O elevado número de ações para aumentar a notoriedade do Comprovativo de Compra em Lota, face ao objetivo inicial, ficou a dever-se a alterações substanciais no projeto inicial, com o reforço desta medida face ao seu crescente sucesso.

O quadro acima mostra a quantificação contratualizada para o cumprimento dos indicadores de atividade. Os valores apresentados são sujeitos a certificação pelo órgão de fiscalização.

GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO E CUMPRIMENTO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO

A Docapesca não detém ativos financeiros. Os instrumentos de financiamento da Docapesca são remunerados pela aplicação de taxas de juro indexadas à Euribor. A Docapesca negociou financiamento bancário na forma de descoberto bancário e na forma de contas correntes caucionadas.

A Empresa liquidou, em 2014, as duas últimas prestações do Acordo celebrado com a Administração do Porto de Lisboa, SA, cujo crédito havia sido cedido à Caixa Geral de Depósitos. Com estes pagamentos, a Docapesca passou a registar saldo nulo no endividamento financeiro.

Para o período de 2009 a 2013, a utilização do crédito bancário de curto prazo foi regular e adaptada às necessidades diárias da Tesouraria. A Docapesca tem uma elevada dispersão geográfica no continente português, exercendo uma atividade de lotas e vendagem (serviços de apoio à pesca) com recursos financeiros em vinte tesourarias locais, desde Viana do Castelo até Vila Real de Santo António, onde ainda se efetuam pagamentos correspondentes à “produção” das embarcações de pesca e cobranças de compradores de pescado locais com recurso a cheques e numerário. Para otimizar esses recursos, a Empresa utiliza o *cashpooling* bancário.

A Docapesca implementou o processo de centralização de pagamentos, recorrendo a transferências bancárias com o acordo dos armadores e fornecedores. Igualmente procurou sensibilizar os compradores de pescado a crédito para efetuarem os seus pagamentos por transferência bancária.

Sublinha-se o facto de, no decurso dos anos de 2012 e de 2013, a Docapesca ter constituído excedentes de tesouraria, resultantes do baixo nível de investimento realizado nestes anos, que aplicou no IGCP.

Em 2014, a Docapesca não recorreu a endividamento bancário dado que não foi possível realizar a totalidade dos investimentos conforme haviam sido previstos devido à necessidade de aguardar pela sua contratação (Programa Promar), condição indispensável para beneficiar dos subsídios não reembolsáveis.

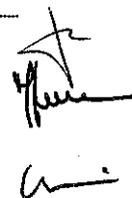
De acordo com o Despacho n.º 101/2009-SETF, de 30 de janeiro, a Docapesca relata em seguida a taxa média de financiamento considerando todos os custos financeiros associados ao financiamento:

Anos	2010	2011	2012	2013	2014
Encargos Financeiros (€)	129.675	115.923	75.866	45.423	23.403
Taxa média de Financiamento (%)	3,31%	4,40%	7,45%	8,94%	15,79%

O acréscimo da taxa média de financiamento “all in cost” deve-se à introdução e reforço de custos relacionados com comissões de gestão, renovação e imobilização cobrados pelas instituições financeiras, associado à redução da utilização do financiamento bancário, sobretudo pelas razões acima expostas.

	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Juro de financiamento suportados	145.626	118.246	97.409	41.682	15.037	4.157
Comissões sobre as linhas de crédito	11.411	11.429	18.514	34.134	30.386	19.246
Financiamento médio anual	4.129.719	3.921.391	2.634.530	1.018.977	508.089	148.193

Passivo Remunerado (€)	2013	2014	Var. absol.	Var. %
Financiamentos obtidos	334.970	0	-334.970	-100%
...dos quais concedidos pela DGTF	0	0	0	n.a.
Aumentos de Capital ppor dotação	0	0	0	n.a.
Aumentos de Capital por conversão de créditos	0	0	0	n.a.
Endividamento Ajustaddo	334.970	0	-334.970	-100%



Nos termos do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro, que estipula que as empresas integradas no Setor Público Empresarial com capital próprio negativo só podem aceder a financiamentos junto das instituições de crédito com prévia autorização da DGTF, a Docapesca não renovou as linhas de crédito existentes em dezembro de 2013, tendo aberto uma consulta para financiamentos de curto prazo, na sequência da qual a DGTF autorizou, em junho de 2014, a contratação de uma conta corrente caucionada de 750 mil Euros e de um descoberto em depósitos á ordem de 1.250 mil Euros, junto do Millennium BCP, com efeitos a partir de 16 de junho de 2014. Os contratos foram celebrados pelo prazo de 365 dias, vencendo-se em 17 de Junho de 2015, com possibilidade de renovação automática por períodos sucessivos de 90 dias, salvo denúncia de qualquer das partes comunicada á outra por escrito com uma antecedência mínima de 15 dias de calendário relativamente ao termo do prazo.

A contratação deste financiamento destina-se a assegurar o pagamento de projectos de investimento com comparticipação comunitária, até que sejam pagas as referidas comparticipações.

EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO (PMP) E ATRASOS NOS PAGAMENTOS ("ARREARS")

O prazo médio de pagamento (PMP) a fornecedores evoluiu, de 31 de dezembro de 2013 para 31 de dezembro de 2014, conforme explicitado no quadro seguinte:

PMP	2014	2013	Var. (%) 4.º T 2014 / 4.º T 2013
Prazo (dias)	35	30	16,67%

No entanto, importa aqui apresentar e analisar a evolução trimestral do prazo médio de pagamento, uma vez que o seu aumento se verificou a partir do 3.º trimestre de 2014. Este aumento reflecte o início dos pagamentos a fornecedores que decorreu da assunção, por parte da Docapesca, das dívidas a fornecedores decorrentes das novas competências com data de faturação posterior a 31 de maio de 2014. Este processo prolongou-se no tempo devido ao facto de ter sido necessário solicitar aos fornecedores, que emitiram facturas em nome do IPTM ou da DGRM, a emissão de notas de

crédito (também em nome da IPTM ou da DGRM) e a emissão de novas facturas em nome da Docapesca, o que teve implicações no PMP.



PMP	2012				2013				2014			
	1.º T	2.º T	3.º T	4.º T	1.º T	2.º T	3.º T	4.º T	1.º T	2.º T	3.º T	4.º T
Prazo	45	44	39	35	33	33	31	30	30	31	33	35

Dívidas Vencidas	0 a 90 dias	Dívidas vencidas de acordo com o artigo 1.º DL n.º 65-A/2011			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisições de bens e serviços	1.676.831	0	0	0	0
Aquisições de capital	663.584	0	0	0	0
Total					2.340.415

A Docapesca cumpriu o objetivo proposto de redução do seu Prazo Médio de Pagamento, sendo o objetivo proposto para 2014 de 36 dias, e tendo alcançado no final do ano o valor de 35 dias.

Contudo, no ano de 2014, a Docapesca regrediu, pelas razões já explanadas, no seu objetivo de redução progressiva do PMP, dado que em 2013 havia atingido os 30 dias de prazo.

Tendo em conta que este retrocesso é apenas decorrente do constrangimento administrativo resultante da incorporação das novas atividades, espera-se que se verifique nova recuperação para estabilizar o PMP no prazo de 30 dias. Realça-se que, tendo a Docapesca a possibilidade de deduzir o IVA suportado, o prazo de 30 dias corresponde a pagamentos efectivos a 24 dias (a fórmula prevê que o numerador inclua o IVA em dívida a fornecedores enquanto que o denominador soma valores contabilísticos sem IVA).

A Docapesca não tem dívidas a fornecedores, vencidas há mais de 90 dias.

RESULTADOS OBTIDOS E CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA

Na Assembleia Geral que aprovou as Contas de 2013, realizada em 31 de março de 2014, o Acionista Estado votou favoravelmente a aprovação do Relatório de Gestão e das Contas relativos ao exercício de 2013. Efetuou as seguintes recomendações ao Conselho de Administração:

- Ultrapassar os motivos que deram origem à emissão da reserva relativa à provisão de responsabilidades perante o extinto IPTM, IP e as administrações portuárias, APA- Administração do Porto de Aveiro, SA, APFF – Administração do Porto da Figueira da Foz, SA e APVC – Administração do Porto de Viana do Castelo, SA, derivada do reconhecimento de verbas relativas à taxa de movimentação de pescado.

- Ser actualizado o estudo actuarial que contemple nos seus pressupostos a alteração da idade de reforma para os 66 anos, a vigorar em 2014 e 2015, determinada pela Portaria n.º 378-G/2013, de 31 de dezembro, bem como o aumento progressivo da mesma, previsto no Decreto-Lei n.º 167-E/2013, de 31 de dezembro.



Com a externalização dos portos de pesca e marinas de recreio (de acordo com o disposto no art.º 36.º do Decreto-Lei 7/2012, de 17 de janeiro), a Docapesca sucede ao IPTM nas funções de autoridade portuária nos portos de pesca sob sua jurisdição, nos termos do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro.

Com a assunção pela Docapesca das competências do IPTM, os processos judiciais existentes, assim como os processos de execução fiscal de dívida, relativos à taxa de movimentação de pescado foram anulados por inutilidade/impossibilidade superveniente da lide devido à confusão entre devedor e credor

No segundo semestre de 2013, foram iniciadas negociações com as administrações portuárias de Aveiro, Figueira da Foz e Viana do Castelo, tendentes à celebração de contratos de concessão, à resolução do contencioso existente quanto às taxas de movimentação de pescado e à consequente resolução dos processos de execução fiscal existentes. Neste enquadramento, em dezembro de 2013, foi requerida à Autoridade Tributária a suspensão dos processos de execução fiscal por um período de 90 dias.

Em março de 2014 foi celebrado o contrato de concessão entre a Docapesca e a Administração do Porto de Viana do Castelo.

Em outubro de 2014 foram celebrados os contratos de concessão entre a Docapesca e as Administrações dos Portos de Aveiro e da Figueira da Foz.

Com a celebração destes contratos de concessão, foram anulados todos os processos judiciais, assim como os processos de execução fiscal, relativos à taxa de movimentação de pescado reclamada nestes portos de pesca pelas respetivas administrações de portos.

Os portos de pesca de Viana do Castelo e da Figueira da Foz, que foram concessionados à Docapesca, foram previamente submetidos a dragagens e à requalificação dos molhes e cais da infraestrutura portuária, em obras executadas pelas administrações portuárias concedentes.

No caso do porto de pesca de Aveiro, as obras de dragagem e de requalificação dos molhes da área concessionada será assegurada pela Docapesca que, para tal, perspectiva apresentar uma candidatura a fundos comunitários, no âmbito do novo Quadro – Mar 2020.

O estudo actuarial das responsabilidades da Docapesca com os benefícios definidos pós-emprego foi completado, e certificado, para contemplar os efeitos decorrentes da alteração da idade de reforma como determinado legalmente, tendo a Empresa optado por reconhecer o seu efeito nas contas de 2013 através da reexpressão das suas demonstrações financeiras.

O Acionista votou favoravelmente a proposta de aplicação dos resultados de 2013, tendo no entanto procedido à sua alteração, deliberando a transferência integral do lucro do exercício para Resultados transitados, sem o reforço da Reserva Legal.



REMUNERAÇÕES

Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2014 (€)		
				Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após Reduções (3)=(1)-(2)
2012-2014	Presidente	Maria Fernanda Joanaz Silva Martins	505,85	1.011,70	121,40	890,30
2012-2014	Vice-Presidente	Maria Cristina Marques Rosa Magina	304,43	304,43	36,53	267,90
2012-2014	Secretária (*)	Alexandra Maria Brito Carvalho	259,33	518,66	62,24	456,42

(*) Na Assembleia Geral realizada no dia 8 de abril de 2013 foi votado favoravelmente, pelo acionista único, a eleição para Secretária da Mesa da Assembleia Geral da licenciada Alexandra Maria Brito Carvalho, para completar o mandato da Mesa da Assembleia Geral correspondente ao triénio 2012-2014, tendo substituído no cargo a licenciada Cristina Maria Torres Mateia Tavares

Ao valor bruto das senhas de presença dos membros da mesa da assembleia geral foram aplicadas as reduções decorrentes das orientações relativas às remunerações vigentes em 2014.

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO	
			Forma	Data	Entidade	Pagadora (O/D)
2012-2014	Presidente	José Apolinário Nunes Portada	AG	16-02-2012	n.a.	n.a.
2012-2014	Vogal	Maria Isabel Ferreira Pinto Guerra	AG	16-02-2012	n.a.	n.a.
2012-2014	Vogal	Pedro Manuel Viegas da Silva Ferreira	AG	16-02-2012	n.a.	n.a.

Membro do Conselho de Administração	Acumulação de Funções - valores anuais (€)		
	Entidade	Função	Regime
			(Público/Privado)
José Apolinário Nunes Portada	Câmara Municipal de Faro	Presidente da Assembleia Municipal	Público
Maria Isabel Ferreira Pinto Guerra	n.a.	n.a.	n.a.
Pedro Manuel Viegas da Silva Ferreira	n.a.	n.a.	n.a.

A remuneração resultante do exercício do cargo de Presidente da Assembleia Municipal de Faro, nos termos do Estatuto do Eleito Local, é efetuada através de senhas de presença, no montante de 114,48 Euros, cada. No entanto, no ano de 2014, não foi recebido pelo Sr. Dr. José Apolinário Nunes Portada qualquer montante relativo a senhas de presença.

Membro do Conselho de Administração	EGP			
	Fixado	Classificação	Valor mensais Bruto (€)	
	(S/N)	(A/B/C)	Remuneração base	Despesas de Representação
José Apolinário Nunes Portada	S	C	4.578,20	1.831,28
Maria Isabel Ferreira Pinto Guerra	S	C	3.662,56	1.465,02
Pedro Manuel Viegas da Silva Ferreira	S	C	3.662,56	1.465,02



Em 2014 (à semelhança do que ocorreu em 2012 e 2013) – e de acordo com o Estatuto do Gestor Público (EGP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro e tendo em conta a Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 fevereiro, e a Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, que atribui à Docapesca a classificação C –, a remuneração seria determinada em função daquele enquadramento legal, da complexidade, exigência e responsabilidade inerentes às funções.

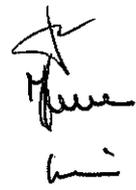
Assim, nos termos dos contratos de gestão assinados e por aplicação das regras remuneratórias associadas à classificação C, atribuída à Docapesca, os membros do Conselho de Administração aufeririam, desde 16 de fevereiro de 2012:

- Presidente**
- Vencimento mensal ilíquido de 4.578,20 Euros pago 14 (catorze) vezes por ano;
 - Abono para Despesas de Representação de 1.831,28 Euros, pago 12 (doze) vezes por ano.
- Vogais**
- Vencimento mensal ilíquido de 3.662,56 Euros pago 14 (catorze) vezes por ano;
 - Abono para Despesas de Representação de 1.465,02 Euros, pago 12 (doze) vezes por ano.

A estes valores aplicar-se-iam as reduções remuneratórias constantes da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, sempre que aplicáveis à Docapesca, e eventuais reduções remuneratórias futuras se aplicáveis, durante a vigência do contrato.

Todavia, nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 21 da RCM n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, e no n.º 3 da RCM n.º 36/2012, de 26 de março, durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) e dando cumprimento ao disposto no art.º 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, não pode resultar um aumento da remuneração efetivamente paga aos respetivos gestores designados ou a designar. Assim, tendo por referência a remuneração atribuída à data da entrada em vigor das citadas resoluções, os membros do Conselho de Administração auferem:

- Presidente**
- A remuneração fixada na ata da Comissão de Fixação de Remunerações da Docapesca, datada de 25 de maio de 2006, ou seja, o vencimento mensal ilíquido de 3.719,08 Euros, pago 14 (catorze) vezes por ano;
 - O abono para Despesas de Representação de 1.301,68 Euros, pago 12 (doze) vezes por



- ano.
- Vogais**
- A remuneração fixada na ata da Comissão de Fixação de Remunerações da Docapesca, datada de 25 de maio de 2006, ou seja, o vencimento mensal líquido de 3.233,98 Euros, pago 14 (catorze) vezes por ano;
 - O Abono para Despesas de Representação de 970,20 Euros, pago 12 (doze) vezes por ano.

A estes valores foi aplicada a redução remuneratória nos termos do art.º 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho. A Docapesca cumpriu ainda com o disposto no art.º 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, aplicando as reduções remuneratórias aos membros do Conselho de Administração, até ao final do mês de maio. Na sequência do Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 413/2014, de 31 maio, aquelas remunerações foram processadas sem as reduções das Lei do Orçamento de Estado, mantendo-se, no entanto, a redução nos termos da Lei 12-A/2010. A partir do mês de setembro, com a publicação da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, foram aplicadas novas reduções remuneratórias, a partir do dia 13 de setembro e até ao final do ano de 2014.

O pagamento do subsídio de Natal foi efetuado em duodécimos, de acordo com o art.º 35.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

Ainda nos termos dos contratos de gestão assinados pelos membros do Conselho de Administração, estes passaram a auferir, desde 2012, subsídio de refeição de acordo com as regras em vigor na Empresa para os demais colaboradores.

Membro do Conselho de Administração	Remuneração Anual (€)						
	Variável	Fixa (Remun.+ Desp.Rep.)	Outra	Redução Lei 12-A/2010	Outras Reduções Remuneratórias	Redução anos anteriores	Bruta após Reduções Remuneratórias
José Apolinário Nunes Portada	-	67.687,38	-	3.384,37	5.354,68	-	58.948,33
Maria Isabel Ferreira Pinto Guerra	-	56.918,11	-	2.845,91	4.409,51	-	49.662,69
Pedro Manuel Viegas da Silva Ferreira	-	56.918,11	-	2.845,91	4.409,51	-	49.662,69

Membro do Conselho de Administração	Remuneração Anual (€)				
	Variável	Fixa (Remun.+ Desp.Rep.)	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após Reduções (3)=(1)-(2)
José Apolinário Nunes Portada	-	67.687,38	67.687,38	8.739,05	58.948,33
Maria Isabel Ferreira Pinto Guerra	-	56.918,11	56.918,11	7.255,42	49.662,69
Pedro Manuel Viegas da Silva Ferreira	-	56.918,11	56.918,11	7.255,42	49.662,69

Membro do Conselho de Administração	Benefícios Sociais (€)								
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de vida	Seguro de acidentes pessoais	Outros	
	Valor/dia	Montante pago 2014	Identificar	Valor				Identificar	Valor
José Apolinário Nunes Portada	4,27	1.066,13	Segurança Social	13.897,26	219,01	-	65,00	Seg. Acid.Trabalho	444,84
Maria Isabel Ferreira Pinto Guerra	4,27	1.024,80	Segurança Social	11.736,00	219,01	-	65,00	Seg. Acid.Trabalho	375,59
Pedro Manuel Viegas da Silva Ferreira	10,00	2.520,00	Segurança Social	12.051,73	219,01	-	65,00	Seg. Acid.Trabalho	386,34

Nos termos do art.º 32.º do Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro), os gastos com comunicações foram os seguintes:

Membro do Conselho de Administração	Gastos com Comunicações Móveis (€)			
	Plafond mensal definido	Plafond anual definido	Valor anual do gasto	Observações
José Apolinário Nunes Portada	Sim (75,00 euros/mês)	900,00	900,00	
Maria Isabel Ferreira Pinto Guerra	Sim (75,00 euros/mês)	900,00	565,49	
Pedro Manuel Viegas da Silva Ferreira	Sim (75,00 euros/mês)	900,00	360,15	

Membro do Conselho de Administração	Encargos com viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade	Ano início	Ano termo	Valor da renda mensal	Gasto Anual com Rendas	N.º Prestações Contratuais Remanescentes
	(S/N)	(S/N)	(€)	(Identificar)			(€)	(€)	
José Apolinário Nunes Portada	S	N	39.989,05	Aquisição	2005	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Maria Isabel Ferreira Pinto Guerra	S	N	40.000,00	Aquisição	2006	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Pedro Manuel Viegas da Silva Ferreira	S	N	29.900,00	Aquisição	2005	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

Membro do Conselho de Administração	Plafond mensal definido para	Gastos anuais associados a viaturas (€)				Observações
		Combustível	Portagens	Outras reparações	Seguro	
José Apolinário Nunes Portada	Combustível e portagens (€ 325,43 /mês)	3.315,95	2.297,00	938,36	512,35	
Maria Isabel Ferreira Pinto Guerra	Combustível e portagens (€ 242,55 /mês)	2.553,30	1.365,05	7.345,34	520,99	
Pedro Manuel Viegas da Silva Ferreira	Combustível e portagens (€ 242,55 /mês)	1.565,20	815,35	977,65	420,52	

Os gastos com a utilização de viaturas, assim como os relacionados com deslocações em serviço, correspondem ao acréscimo de deslocações necessárias para reconhecer/acompanhar as novas atividades integradas do IPTM que se situam de norte a sul do território continental de Portugal.

Acresce ainda que em 2014 não foram atribuídos prémios de gestão aos membros do Órgão de Administração da Docapesca, de acordo com o art.º 41.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

Handwritten signature and initials

Membro do Conselho de Administração	Gastos anuais associados a deslocações em serviço					Gasto total com viagens (€)
	Deslocações em serviço	Custo com alojamento	Ajudas de custo	Outras		
				Identificar	Valor	
(€)	(€)	(€)		(€)	(€)	
José Apolinário Nunes Portada	1.303,81	2.460,66	1.082,38	-	-	4.846,85
Maria Isabel Ferreira Pinto Guerra	1.351,60	1.817,29	1.074,43	-	-	4.243,32
Pedro Manuel Viegas da Silva Ferreira	69,15	42,00	415,31	-	-	526,46

Revisor Oficial de Contas / Fiscal Único

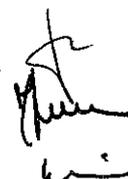
Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação			N.º de mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Número	Forma	Data	Contratada	
(2012-2014)	Fiscal Único	Abreu & Cipriano, Auditores, SROC	119	AG	16-02-2012	1.135 € / mês	3
(2012-2014)	Efectivo	João Amaro Santos Cipriano	631				
(2012-2014)	Suplente	Carlos Alberto Antunes Abreu	761				

Nome	Remuneração anual 2014 (€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após reduções (3)=(1)-(2)
Abreu & Cipriano, Auditores, SROC	13.620	-	13.620

Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo (SROC/ROC)			Data da contratação		Remuneração Anual (€)		
Nome	N.º inscrição na OROC	N.º registo na CMVM	Data	Período	Valor da Prestação de Serviços Contratada	Reduções Remuneratórias	Valor após Reduções
Deloitte e Associados - SROC, S.A.	43	231	16-07-2013	2 anos	16.400,00	0,00	16.400,00
Jorge Carlos Batalha Duarte Caluio	982						

A contratação do auditor externo da Docapesca é feita através de um procedimento concursal (ajuste direto) na plataforma eletrónica de contratação pública VortalGOV. O procedimento que teve lugar em 2013 foi efetuado para a contratação do serviço de auditoria às demonstrações financeiras para 2 anos (2013 e 2014), tendo sido consultadas quatro empresas de auditoria, sendo escolhida a Deloitte e Associados – SROC SA, cuja proposta apresentava o preço mais baixo.



A Docapesca cumpriu com o disposto no art.º 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, aplicando as reduções remuneratórias a todos os trabalhadores cuja remuneração fixa mensal líquida fosse superior a 675,00 Euros, até ao final do mês de maio. Na sequência do Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 413/2014, de 31 maio, as remunerações foram processadas sem as reduções atrás referidas. A partir do mês de setembro, com a publicação da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, foram aplicadas novas reduções remuneratórias, agora às remunerações acima dos 1.500,00 Euros. Estas reduções foram aplicadas a partir do dia 13 de setembro até ao final do ano de 2014.

A Docapesca procedeu ao pagamento mensal do subsídio de Natal em duodécimos, nos termos do disposto no art.º 35.º da Lei n.º 83-C/2013.

A Docapesca efetuou, em março de 2014, o pagamento dos subsídios de férias aos trabalhadores com a redução remuneratória prevista na Lei n.º 83-C/2014. Após o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 413/2014, de 31 maio, tendo sido efetuado o pagamento do diferencial entre o montante já abonado e o valor do subsídio de férias sem redução.

ARTIGO 32.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO

A Docapesca cumpriu com o disposto no art.º 32.º do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, designadamente vedando a utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por parte dos membros do Conselho de Administração, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da Empresa, bem como não reembolsando quaisquer despesas no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

CUMPRIMENTO DAS NORMAS DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Em matéria de contratação, a Docapesca aplica o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro.

A Empresa dispõe de um Manual de Procedimentos de Compras para a contratação de bens e serviços desde fevereiro de 2011. Este manual não foi ainda sujeito a revisão, mas foram aprovadas as minutas para a elaboração das informações de início de procedimento e os fluxogramas dos procedimentos mais utilizados. O Manual de Procedimentos inclui um procedimento geral transversal relativo à contratação pública.

A Docapesca não celebrou quaisquer atos ou contratos com valor superior a 5 milhões de Euros.

SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS

A Docapesca dispõe de uma Área de Compras que centraliza e controla toda esta atividade. A Empresa aderiu à ESPAP/ANCP, em 9 de agosto de 2012.

A Docapesca não efectuou em 2014 qualquer aquisição ao abrigo de acordos quadro ESPAP.

A Docapesca aderiu ao Parque de Veículos do Estado em março de 2013.

FROTA AUTOMÓVEL

	Gastos anuais associados a viaturas (€)									
	Combustível		Portagens		Conservação e reparação		Seguros		Total	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Conselho de Administração	7.434,54	5.651,16	4.477,40	3.134,76	9.261,37	5.969,57	1.453,66	3.096,57	22.626,97	18.072,06
Pessoal	53.300,61	55.691,35	25.666,96	23.423,98	46.169,40	43.370,06	7.937,00	12.917,01	133.073,97	135.402,40
Total	60.735,15	61.342,51	30.144,36	26.558,74	55.430,77	49.339,63	9.390,66	16.013,58	155.700,94	153.474,46

A frota automóvel da Docapesca é constituída por 33 viaturas, com 9 anos de idade média e uma média de quilometragem de 231 mil km percorridos.

A Docapesca iniciou em 2012 a sua renovação através da contratação de duas viaturas em AOV (Skoda Octavia 1.6 diesel), seguida da contratação de duas viaturas idênticas, também em AOV, no ano de 2013.

No ano de 2014, o plano de substituição foi adiado até ser conhecido o parque de viaturas do IPTM que se transferiu para a Docapesca de acordo com o DL n.º 16/2014, 3 de fevereiro.

Verificado o estado geral das 16 viaturas e de um motociclo transferidas do IPTM, regista-se que 8 das viaturas estão em estado de sucata ou sem reparação viável e que das restantes apenas 4 se mostram operacionais.

Perante este resultado, a Docapesca reiniciou o processo de renovação da frota automóvel, atualmente em curso junto do ESPAP/IP, para a aquisição de três viaturas de serviço do tipo comercial ligeiro, derivado tecto sobrelevado B.

Igualmente está em curso a solicitação ao ESPAP/IP para ser indicada a categoria dos veículos que deve ser seleccionada, face à actual frota de viaturas de serviço para directores de serviços, para nova contratação por AOV.

Entretanto, a Docapesca procedeu ao apuramento dos gastos com a frota automóvel diretamente imputáveis às novas competências transferidas do IPTM, no montante de 15.159 euros, para determinar os gastos de 2014 numa base comparável com o ano de 2013.

Tendo em conta a elevada antiguidade e quilometragem das viaturas, os gastos com conservação no ano de 2014 excederam em 6.071 euros o montante registado no ano anterior, tendo, no cômputo geral, os gastos com a frota automóvel em 2014 excedido em 2.226,48 euros os registados em 2013.

Para além dos gastos associados às viaturas, a Docapesca suportou os encargos com as rendas dos 4 contratos de AOV no montante de 25.222 euros em 2014 (20.091 euros em 2013), e Imposto Único de Circulação no montante de 1.281,98 euros em 2014 (1.122,96 euros em 2013).

CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS

Para permitir a comparação e avaliar a evolução dos rendimentos e dos gastos, em 2013 e 2014, a empresa evidenciou, no exercício de 2014, a atividade de lotas e vendagem da Docapesca em separado da atividade transferida do IPTM, para se poder efectuar uma correta quantificação do impacto das medidas de redução de gastos operacionais, conforme se apresenta no quadro seguinte:

PRC	2014		
	Docapesca	Novas Competências	Total
EBITDA	3.681.917	8.688.241	12.370.158
(1) CMVMC (m€)	1.602.446	735	1.603.180
(2) FSE (m€)	5.942.804	1.774.582	7.717.386
Deslocações/Estadas	16.699	2.342	19.041
(*) Ajudas de Custo	0	0	0
Comunicações	140.142	7.829	147.970
(3) Gastos com o Pessoal (m€)	9.916.549	720.269	10.636.818
(*) Ajudas de Custo	11.126	1.467	12.594
(3.1.) dos quais indemnizações	199.394	0	199.394
(4) Total Gastos =(1)+(2)+(3)-(3.1.)	17.262.404	2.495.586	19.757.990
(5) Volume de Negócios (m€)	22.624.052	2.919.992	25.544.043
Peso dos Gastos no VN (4)/(5)	76,30%	85,47%	77,35%
Número de RH	433	55	488
N.º de Efetivos	417	51	468
N.º de Cargos de Direção	16	4	20
N.º de Efetivos/N.º de Cargos de Direção			
Viaturas			
N.º de viaturas	33	17	50
Gastos com viaturas	155.701	15.159	170.860
Encargos com viaturas	26.504	0	26.504

PRC	Meta	2014	2013	2012	2011	2010	Variação 2014/2013		Variação 2014/2012		Variação 2014/2010	
		Exec.	Exec.	Exec.	Exec.	Exec.	Absoluta	%	Absoluta	%	Absoluta	%
EBITDA		3.661.917	3.995.601	5.343.115	5.405.132	4.207.820			n.a.	n.a.		
(1) CAMM/C (m€)		1.602.440	2.165.383	2.551.613	2.442.664	2.594.079	-563.037	-26,00%	n.a.	n.a.	-901.639	-36,23%
(2) FSE (m€)		5.942.604	5.802.959	5.819.102	5.763.704	7.021.064	109.315	2,41%	n.a.	n.a.	-1.078.257	-15,39%
Deslocações/Estadas	em linha com 2013	16.090	16.421	10.037	10.039	23.960	276	1,09%	n.a.	n.a.	-7.261	-30,30%
(*) Ajudas de Custo	em linha com 2013	0	0	0	0	0	0	#DIV/0!	n.a.	n.a.	0	#DIV/0!
Comunicações	em linha com 2013	140.142	250.302	274.544	262.400	297.259	-110.161	-44,01%	n.a.	n.a.	-147.149	-51,22%
(3) Gastos com o Pessoal (m€)		9.916.540	10.590.044	9.753.293	10.151.750	11.220.322	-470.466	-4,61%	n.a.	n.a.	-1.393.702	-11,62%
(*) Ajudas do Custo		11.126	9.631	9.432	26.527	37.543	1.295	13,16%	n.a.	n.a.	-58.416	-70,26%
(3.1.) dos quais indemnizações	n.a.	199.394	0	0	-5.789	386.917	109.593	#DIV/0!	n.a.	n.a.	-197.529	-49,76%
(4) Total Gastos = (1)+(2)-(3.1.)		17.262.404	18.594.515	18.124.059	18.384.173	20.438.554						
(5) Volume de Negócios (m€)		22.624.052	24.817.272	28.180.020	26.122.730	27.104.000	-1.693.220	-6,10%	n.a.	n.a.	-4.450.519	-16,52%
Peso dos Gastos no VN (4)/(5)		76,30%	74,80%	60,20%	70,38%	75,41%						
Número de RH	-3% face a 2012	433	446	469	472	n.a.	-13	-2,91%	-35	-7,66%	n.a.	n.a.
N.º de Efetivos		417	430	453	457	n.a.	-13	-3,02%	-36	-7,95%	n.a.	n.a.
N.º de Cargos de Direção		16	16	16	16	n.a.	0	0,00%	0	0,00%	n.a.	n.a.
N.º de Efetivos/N.º de Cargos de Direção												
Viajuras												
N.º de viajuras		33	33	n.a.	n.a.	n.a.	0	0,00%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Gastos com Viajuras		155.701	153.474	n.a.	n.a.	n.a.	2.226	1,45%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Encargos com viajuras		28.504	21.214	n.a.	n.a.	n.a.	5.290	24,94%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

Handwritten signature and initials

O peso dos gastos operacionais (sem indemnizações) no volume de negócios regista um aumento sobretudo pela redução do volume de negócios, já que os gastos operacionais também se reduzem. Conforme já anteriormente referido, salienta-se que o cálculo deste indicador difere do cálculo apresentado nos objetivos de gestão (no qual os gastos com subsídios de férias e de Natal se excluem dos gastos operacionais), razão pela qual os seus valores são diferentes.

Gastos com comunicações – reduzem-se tal como já havia sido previsto no ano de 2013 em resultado da nova contratação do serviço de rede de voz e dados.

As despesas com deslocações, ajudas de custo e alojamento, crescem face a 2013 devido ao incremento das ações de formação e às deslocações dos trabalhadores destinadas a dar a conhecer as outras lotas (observação das diferentes tipologias e das suas condições de higiene e segurança alimentar).

Relativamente à redução do número de efetivos (menos 36 trabalhadores face a 2012) a Docapesca ultrapassou o objetivo de redução de 3%, tendo atingido 7,7%.

A Docapesca não reduziu o número de cargos dirigentes no ano de 2014, tendo em conta que manteve as estruturas descentralizadas. Deve no entanto ser realçado que o número atual de cargos dirigentes já se encontra reduzido por via das ações tomadas no passado (em 2008 havia 22 cargos dirigentes).

DO PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO

Pelo Despacho n.º 36/14-SET de 8 de janeiro a Secretaria de Estado do Tesouro autorizou a renovação da dispensa de obrigatoriedade da aplicação do princípio de Unidade de Tesouraria do Estado à Docapesca, na sequência de parecer do IGCP que reconheceu a especificidade da atividade da Empresa quanto à forma de utilização e à quantificação dos diversos serviços bancários utilizados.

A Docapesca manteve, ao longo do ano de 2014, os seus excedentes de tesouraria na conta do IGCP, movimentando as contas na banca comercial para apoio às tesourarias locais e para os pagamentos automatizados.

Em 6 de fevereiro de 2014, e nos termos da Lei n.º 83 C/2013 de 31 de dezembro, a Docapesca entregou ao Estado um total de 88,84 Euros, sendo 82,32 Euros auferidos na sua qualidade de associada da Caixa de Crédito Agrícola e os restantes 6,52 Euros auferidos como juros de depósitos à ordem da conta existente no Banco Popular.

Em Novembro de 2014, e nos termos da mesma Lei, a Docapesca entregou ao Estado 6,76 Euros, auferidos como juros de depósitos à ordem da conta existente na Caixa de Crédito Agrícola, a que se seguiu idêntica entrega, já em Janeiro de 2015, de mais 140,82 Euros referentes à mesma conta.

AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS

No decurso de 2014 não foi efetuada qualquer auditoria à Docapesca pelo Tribunal de Contas.

Em 2012, a Empresa foi objeto de uma auditoria financeira, por parte da Inspeção Geral da Agricultura, do Mar e do Ordenamento do Território, que terminou em dezembro desse ano. A Docapesca exerceu o direito de contraditório, conforme o previsto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 276/2007, de 31 de julho. O relatório final – Processo n.º 12 102 100 11 – foi recebido em fevereiro de 2014 tendo a Docapesca respondido, ainda em fevereiro, identificando todas as medidas de gestão e os controlos entretanto implementados com o objetivo de corrigir as situações detetadas. Essas medidas e controlos, discriminadas detalhadamente no Relatório e Contas de 2013, estão na sua grande maioria implementados, pelo que iremos referir apenas aqueles cuja implementação foi parcial ou se encontra em curso.

- Contratação Pública/Aquisições de bens e serviços – Relativamente a esta matéria têm vindo a ser monitorizadas as aquisições e corrigidas as pequenas irregularidades detetadas. Durante o ano de 2014 a Docapesca analisou a realidade contratual do ex-IPTM, cujas competências foram transferidas para a empresa, para verificar em que situações podem

existir serviços partilhados conducentes à redução de despesa, sempre através de procedimentos transparentes e respeitadores da concorrência do mercado.

A empresa tem continuado o esforço de congregação de despesas, o que tem permitido poupanças significativas.

Quanto aos contratos de concessão de postos de vendagem o modelo único tipificado - Contrato de Concessão e Exploração de Serviços Públicos - tem sido aplicado.

- Conclusões e Recomendações – No que respeita às principais conclusões e recomendações desta auditoria e à questão fundamental do Manual de Procedimentos, já no Relatório e Contas de 2013 foi referido que em 30 de dezembro de 2013 foi aprovado um Manual, com o objetivo de formalizar os principais procedimentos de gestão administrativa, financeira, contabilística e operacional utilizados na empresa. O Manual é um instrumento dinâmico e, como tal, tem vindo a ser atualizado em 2014 nas matérias necessárias. Em 2015, a empresa terá de fazer um esforço acrescido para a integração das matérias transferidas do ex-IPTM no Manual.

Em relação às recomendações cujo cumprimento não se relatou na íntegra no Relatório e Contas de 2013, a situação é a seguinte:

- "Clarificação e resolução do contencioso entre a Docapesca, as autoridades portuárias e o IPTM, referente à taxa de movimentação de pescado": foram celebrados contratos de concessão com as Administrações dos Portos de Aveiro, Figueira da Foz e Viana do Castelo com a conseqüente resolução deste contencioso; quanto ao IPTM, a publicação do Decreto-Lei nº 16/2014, de 3 de fevereiro permitiu a resolução do restante contencioso;
- "Inventariação dos ativos fixos tangíveis": está em curso a atualização de inventários, estando já concluídos os referentes à Delegação Centro (Nazaré e Peniche), Delegação Sul, Delegação Centro Norte e Delegação Norte (Viana do Castelo e Vila Praia de Âncora). Não foi possível concluir como previsto a atualização da inventariação nas restantes Delegações/Lotas em 2014, tendo em conta o acréscimo de trabalho devido à transferência de competências do ex-IPTM. Prevê-se que em 2015 o trabalho de atualização de inventariação das Delegações de Matosinhos e Centro Sul seja terminado. Para além destes trabalhos, no ano de 2015 prevê-se a realização da atualização da inventariação dos ativos da Delegação Centro (Peniche e Nazaré) decorrente dos investimentos em curso e da transferência das competências do ex-IPTM.
- "Controlo aleatório de saldos de caixa": o procedimento de conferência bimensal dos saldos de caixa em cada tesouraria/caixa de lota está normalizado e é frequentemente sujeito a auditorias por parte do Gabinete de Auditoria Interna (sem aviso prévio). Continuam a ser realizadas verificações aleatórias dos saldos de caixa e inspeções dos cofres.
- "Segregação das funções de liquidação, cobrança e depósito e definição do fundo de maneiço das caixas de lota e tesourarias": embora em algumas delegações, atendendo à escassez de recursos humanos, nem sempre seja possível obedecer ao princípio da segregação de funções, tem vindo a ser desenvolvido um esforço para que a segregação das funções de

liquidação, cobrança e depósito seja assegurada. Quanto aos fundos de maneiio já foram definidos em grande parte dos caixas de lota e tesourarias;

- "Justificação e autorização das aquisições de bens e serviços" verificou-se um incumprimento muito significativo da regra da consulta a 3 prestadores em despesas superiores a 300,00 € (trezentos euros) e uma utilização indevida do conceito de urgência, o que levou o Gabinete de Auditoria Interna da empresa a apresentar uma recomendação para que o Conselho de Administração ponderasse o montante a partir do qual é obrigatória esta consulta. Em deliberação de 30 de dezembro de 2014, o Conselho de Administração determinou que a consulta a 3 prestadores passa a ser obrigatória apenas em despesas superiores a € 1.500,00 (mil e quinhentos euros) e que a regra deve ser pontualmente cumprida, sendo a sua falta apenas aceite em situações excecionais e urgentes (nos termos da jurisprudência existente, a título exemplificativo o Acórdão n.º 4/2014, de 28 de janeiro, do Tribunal de Contas). Relativamente a aquisições de bens e serviços, as tabelas e os gráficos seguintes ilustram a evolução dos procedimentos por concurso público e por ajuste direto, de 2010 a 2014:

N.º de Concursos Públicos					N.º de Ajustes Diretos				
2010	2011	2012	2013	2014	2010	2011	2012	2013	2014
3	2	10	35	38	109	36	155	70	111

- O aumento de ajustes diretos em 2014 justificou-se pela necessidade de assegurar a continuidade dos serviços no âmbito das competências transferidas do ex-IPTM e permitir preparar o lançamento dos procedimentos de concursos públicos nas diferentes áreas abrangidas.
- "Manual de procedimentos de controle e cobrança de dívidas a desenvolver, em particular, pelas delegações": Como já foi referido atrás, a 30 de dezembro de 2013 foi aprovado um Manual de Procedimentos que teve como preocupação basilar a definição de uma estrutura facilitadora da sua consulta. O manual contém os procedimentos gerais de toda a organização e procedimentos específicos referentes a cheques, gestão bancária, política de crédito, designadamente medidas a observar nas cobranças das vendas e prestações de serviços, meios de pagamento, procedimentos de controlo de créditos, montantes de cauções e garantias.
- "Cumprimento dos princípios norteadores do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril": Esta recomendação consta dos relatórios de auditoria interna e tem vindo a ser feito um esforço no sentido de melhorar este aspeto. Em 2015 reforçar-se-ão os controlos a esta questão.
- "Eficácia das medidas tomadas pelo CA referentes às despesas de representação": a partir de março de 2012 e por deliberação do atual Conselho de Administração, os diretores deixaram de possuir cartão de crédito da empresa para despesas de representação. Assim, todas as despesas de representação realizadas são objeto de informação devidamente fundamentada e autorizada pelo órgão competente. Em termos financeiros foi notória a

diminuição em todos os itens, como se pode constatar pela tabela e seguinte, que representa a evolução das despesas de representação de 2010 a 2014:

Valor das Despesas de Representação				
2010	2011	2012	2013	2014
54.234	38.962	10.904	2.976	1.370

Em 2014, a empresa foi objecto de uma auditoria à execução dos planos de redução de gastos operacionais, por parte da Inspeção-Geral de Finanças, processo n.º 2014/169/A3/493, que terminou em agosto de 2014. A Docapesca exerceu o contraditório, conforme o previsto no artigo 12º do Decreto-Lei n.º 276/2007, de 31 de julho, e dos artigos 19º e 20º do Regulamento do Procedimento de Inspeção da Inspeção Geral de Finanças, aprovado pelo Despacho n.º 6387/2010, de 5 de abril, do Senhor Ministro de Estado e das Finanças. O relatório final – N.º1514/2014 - foi recebido em Setembro de 2014, tendo a Docapesca na sua resposta dado conhecimento das medidas e decisões entretanto tomadas para dar cumprimento às recomendações que a IGF enumera no resumo proposto para publicação do referido relatório, nos seguintes termos:

Recomendação a): Cumprir os níveis de redução de gastos definidos nos normativos aplicáveis, sob pena de incorrer em violação das orientações de gestão determinadas pelo Governo.

O artigo n.º 61º da Lei nº 83 C/2013 de 31 de Dezembro (Orçamento de Estado para 2014) estipula que as empresas públicas com EBIDTA positivo, como é o caso da Docapesca, devem assegurar em 2014 que, no seu conjunto, o peso dos gastos operacionais no volume de negócios seja inferior ao registado em 2013.

Tomando em conta os dados de 2014, e considerando apenas a atividade de lotas e vendagem da Docapesca, ou seja, expurgando das contas os gastos e os rendimentos imputados às novas atividades decorrentes das responsabilidades assumidas pela empresa com a publicação do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, não se assiste a uma redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios.

Não obstante a redução quer dos Gastos com Pessoal, quer do Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas que reduzirão o conjunto dos Gastos Operacionais, todos os rendimentos provenientes de Vendas, Prestações de Serviços e Outros Rendimentos registam perdas relativamente a 2013, mais acentuadas em Vendas e em Outros Rendimentos, sendo a redução do denominador do referencial superior à do seu numerador.

De facto, as medidas tomadas pela Docapesca que reduziram os gastos em 2014 foram insuficientes para contrariar a evolução negativa dos rendimentos onde sobressai:

- A redução das quantidades de gelo vendidas devido ao menor rigor do verão e à redução/suspensão da pesca da sardinha (menor procura por parte da pesca de cerco), sendo que a sua produção tem pequeno impacto no custo das matérias-primas consumidas (água e sal);
- A redução da revenda de combustíveis para as embarcações de pesca, fruto de condições atmosféricas adversas do inverno de 2013/2014 e do maior rigor na concessão de crédito,

sendo que esta atividade tem margens muito reduzidas pelo que afeta de modo similar o numerador e o denominador do quociente, agravando o seu resultado final;

– A diminuição dos subsídios ao investimento registados como outros rendimentos.

Por outro lado, os dados para 2014 mostram um aumento da ordem dos 140 mil € (+ 2,4 % face a 2013) em Fornecimentos e Serviços Externos, diretamente relacionado com a rubrica - Serviços dos Postos de Vendagem, que corresponde ao gasto associado à atividade desenvolvida por terceiros nos postos de vendagem e que cresce em função do valor do pescado neles transacionado. A externalização da exploração destes postos de vendagem permite a redução dos gastos com pessoal e gerar resultados positivos por cada unidade, sem comprometer a prestação do serviço da 1ª venda do pescado.

	Real 2013	2014	
		Docapesca (sem IPTM)	Docapesca (com IPTM)
1. Gastos com Pessoal (sem rescisões)	10.396.043,80	9.717.155,06	10.437.423,99
2. Gastos com Pessoal (sem subsídios férias 2012)	9.848.543,80	9.717.155,06	10.437.423,99
3. Custo Merc. Vendidas e Mat. Consumidas	2.165.482,86	1.602.445,61	1.603.180,31
4. Fornecimentos e Serviços Externos	5.802.988,81	5.942.803,60	7.717.385,76
Gastos Operacionais (2+3+4)	17.817.015,47	17.262.404,27	19.757.990,06
5. Vendas	3.535.993,05	2.645.265,61	2.645.265,61
6. Prestações de Serviços	18.674.697,01	18.119.054,29	21.039.045,90
7. Outros Rendimentos e Ganhos	2.406.581,85	1.635.072,93	1.859.731,71
Volume de Negócios (5+6+7)	24.617.271,91	22.399.392,83	25.544.043,22
Gastos Operacionais / Volume negócios	72,4%	77,1%	77,3%

Recomendação b): Providenciar a redução das despesas com comunicações, cumprindo os limites definidos

Estipula o art.º 61º da Lei nº 83 C/2013 de 31 de Dezembro (Orçamento de Estado para 2014), que os gastos com comunicações devem manter-se ao nível dos verificados em 31 de Dezembro de 2013.

Na realidade, e sem considerar os gastos inerentes às novas competências da empresa decorrentes da publicação do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, os dados revelam que em 2014 se reduzem em 44 % no total de despesas de comunicação face a 2013, redução essa com maior expressão na rede própria de comunicações (voz e dados) que, fruto de um novo contrato assinado no 2.º semestre de 2013, na sequência do lançamento de um concurso público, regista um decréscimo de cerca de 53% face a 2013.

Gastos - Comunicações	Orçamento 2014	Real 2013	Real 2014
Comunicação-Correio	19.805,20	18.844,66	21.279,95
Telefone-rede fixa	42.000,00	45.078,63	17.908,31
Telefone-rede móvel	9.145,30	10.707,09	10.770,15
Tel-rede móvel dados	4.178,16	4.206,63	4.565,08
Comunicação-Telegramas	60,00	108,59	129,36
Comunicação-Cabo/Satélite	700,00	689,76	701,76
Comunicação-Rede Própria	79.695,00	164.832,37	77.925,56
Comunicação-Telemóveis	8.991,00	5.834,65	6.861,83
Total	164.574,66	250.302,38	140.142,00



Recomendação c): Realizar as diligências necessárias junto dos membros da mesa da AG que ainda se mantêm em situação irregular, para que seja efetuada a devolução dos valores indevidamente percebidos em 2011 e 2012

No seguimento desta recomendação foram efetuadas todas as diligências necessárias à obtenção da informação acerca da eventual perceção de outras remunerações nos períodos de 2011 e 2012, pelos membros da mesa da Assembleia Geral. Assim, nos casos em que se constatou ter havido valores incorretamente processados, foi a sua devolução efetuada de imediato, mostrando-se toda a situação regularizada.

Recomendação d): Solicitar às tutelas orientações quanto à retoma do processo negocial com as entidades representativas dos trabalhadores, para que possa ser concretizada a revisão do Acordo de Empresa

A Docapesca deu seguimento a esta recomendação, tendo remetido cartas dirigidas à tutela (carta CA 1783/2014 de 7 de novembro, dirigida à Direção-Geral do Tesouro e Finanças e carta CA 1784/2014 de 7 de novembro dirigida à Secretaria de Estado do Mar), com o objetivo de efetuar a revisão do Acordo de Empresa (processo já iniciado em 2012), tendo em vista ir ao encontro do propósito do Governo, conforme resulta do Documento de Estratégia Orçamental 2011-2015.

Assim, apresentou-se uma proposta de convergência gradual das remunerações entre o setor público empresarial – Docapesca - e a função pública, nomeadamente através da redução de itens da tabela de remunerações e supressão de suplementos. A proposta apresentada não implica quaisquer acréscimos de despesa para a empresa, na medida em que somente condensa a afetação de verbas atualmente dispersas, atendendo à atual profusão de subsídios em vigor, pelo que do ponto de vista financeiro se considera esta proposta como sendo neutra.

Sobre esta matéria, o Senhor Secretário de Estado do Mar já transmitiu o seu parecer favorável condicionado à sustentabilidade da empresa e à posição a assumir pelo titular da função acionista – DGTF.

Recomendação e): Elaborar orçamentos de investimento numa base mais consentânea com a realidade, de modo a aumentar o respetivo grau de realização

O Plano de Investimentos da Docapesca para o período 2012/2015, seguindo as orientações da tutela no sentido de uma maior contenção no endividamento, assenta, em grande parte, no recurso ao programa PROMAR. Este programa, todavia, tem prazos dilatados de aprovação das candidaturas, a que se soma todo o processo de concurso para adjudicação das intervenções e o necessário desenvolvimento das empreitadas.

O tempo de aprovação das candidaturas apresentadas, que rondou em média os 12 meses após a sua apresentação, bem como as orientações expressas pelo acionista em Assembleia Geral, no sentido de só se iniciarem as despesas dos projetos quando estiver garantido o seu financiamento, justificam a baixa realização dos investimentos.

No seu conjunto, a realização dos investimentos correntes e específicos, embora tendo ficado abaixo da orçamentada, registou em 2014 um acréscimo de 82%, face ao realizado em 2013, sem se considerarem os investimentos referentes às novas competências atribuídas à Docapesca no âmbito do Decreto-Lei nº 16/2014 de 3 de Fevereiro; considerando apenas os investimentos específicos, tal acréscimo terá sido da ordem dos 165%.

QUADRO RELATIVO A INFORMAÇÃO DIVULGADA NO SITE DO SEE CUMPRIMENTO

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/A.	Data Atualização	
Estatutos	S	2014	
Caracterização da Empresa	S	2014	
Função de tutela e accionista	S	2014	
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais			
Identificação dos Órgãos Sociais	S	2014	
Estatuto remuneratório fixado	S	2014	
Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	2014	
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	2014	
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	2014	
Esforço Financeiro Público	S	2014	
Ficha síntese	S	2014	
Informação Financeira histórica e actual	S	2014	
Princípios do Bom Governo			
Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	S	2014	
Transações Relevantes com entidades relacionadas	S	2014	
Outras transacções	S	2014	
Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios:			
Económico	S	2014	
Social	S	2014	
Ambiental	S	2014	
Avaliação do cumprimento dos Princípios do Bom Governo	S	2014	
Código de Ética	S	2014	

QUADRO RESUMO DO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação/Referência ao ponto do relatório
	S	N	N.A.		
Objectivos de Gestão/Plano de Actividades e Orçamento					
Objetivo 1 (Indicador Financeiro) - Volume de Negócios		N		66,01%	Ponto do R&C Objectivos de Gestão para 2014 - pag.
Objetivo 2 (Indicador Financeiro) - Peso dos GMM/MC+FSE+GCP no Volume de Negócios	S			103,75%	Ponto do R&C Objectivos de Gestão para 2014 - pag.
Objetivo 3 (Indicador Financeiro) - Prazo Médio de pagamentos	S			102,78%	Ponto do R&C Objectivos de Gestão para 2014 - pag.
Objetivo 4 (Indicador Financeiro) - Resultado Líquido	S			246,78%	Ponto do R&C Objectivos de Gestão para 2014 - pag.
Objetivo 5 (Indicador da Actividade)- Segurança e Qualidade Alimentar		N		69,00%	Ponto do R&C Objectivos de Gestão para 2014 - pag.
Objetivo 6 (Indicador da Actividade)- Economia		N		69,00%	Ponto do R&C Objectivos de Gestão para 2014 - pag.
Objetivo 7 (Indicador da Actividade)- Nominalização do Pescado/Marca		N		84,00%	Ponto do R&C Objectivos de Gestão para 2014 - pag.
Objetivo 8 (Indicador da Actividade)- Modernização		N		65,00%	Ponto do R&C Objectivos de Gestão para 2014 - pag.
Objetivo 9 (Indicador da Actividade)- Abertura ao Sector	S			100,00%	Ponto do R&C Objectivos de Gestão para 2014 - pag.
Gestão do Risco Financeiro	S			15,76%	A taxa média anual de financiamento sem comissões "at à costi" é de 1,87 %, sendo inferior ao valor de 2013 (Nota 18 do Anexo às Demonstrações Financeiras) Ponto do R&C - Gestão do Risco Financeiro e Cumprimento dos Limites do Endividamento - pag.
Limites de Crescimento do Endividamento	S			Não aplicável	A Docapesca não tem endividamento Ponto do R&C - Gestão do Risco Financeiro e Cumprimento dos Limites do Endividamento - pag.
Evolução do PMP a fornecedores	S			menos 1 dia do que o objetivo	Ponto do R&C Evolução do PMP e Atrasos nos Pagamentos ("Atrasos") - pag.
Obrigação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S			Nulo	Ponto do R&C Evolução do PMP e Atrasos nos Pagamentos ("Arrears") - pag.
Recomendações do acionista na aprovação de contas:					
Ultrapassar os motivos que deram origem à emissão da reserva relativa a provisão de responsabilidades perante o extinto IPFM, IP o as administrações portuárias Administração do Porto do Aveiro, SA, Administração do Porto da Figueira da Foz, SA e Administração do Porto de Viana do Castelo, SA, derivada da reconhecimento de verbas relativas à taxa de movimentação de pescado.	S			Não aplicável	Ponto do R&C Resultados Obtidos e Cumprimentos das Recomendações do Acionista - pag.
Ser atualizado o estado actual que contemple nos seus pressupostos a alteração da idade de reforma para os 66 anos, a vigorar em 2014 e 2015, determinada pela Portaria n.º 378-C/2013, de 31 de dezembro, bem como o aumento progressivo da mesma previsto no Decreto-Lei n.º 167-E/2013, de 31 de dezembro	S			Não aplicável	Ponto do R&C Resultados Obtidos e Cumprimentos das Recomendações do Acionista - pag.
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 41.º da Lei 83-C/2013	S			€	Ponto do R&C Remunerações - pag.
Órgãos sociais - reduções remuneratórias vigentes em 2014	S			23.470,59 €	Ponto do R&C Remunerações - pag.
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do art.º 73.º da Lei 83-C/2013		N.A.		Não aplicável	Ponto do R&C Remunerações - pag.
Restantes trabalhadores - reduções remuneratórias vigentes em 2014	S			199.531,14 €	Ponto do R&C Remunerações - pag.
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias nos termos do art.º 39.º da Lei 83-C/2013	S			€	Ponto do R&C Remunerações - pag.
Artigo 32.º do EGP					
Utilização de cartões de crédito	S				Ponto do R&C Artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público - pag.
Reembolso de despesas de representação pessoal	S				Ponto do R&C Artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público - pag.
Contratação Pública					
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S				Ponto do R&C Cumprimento das Normas da Contratação Pública - pag.
Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas			N.A.		Ponto do R&C Cumprimento das Normas da Contratação Pública - pag.
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S				Não houve lugar a submissão de contratos para visto prévio. Ponto do R&C Cumprimento das Normas da Contratação Pública
Auditorias do Tribunal de Contas					
Recomendação			N.A.		Não foi realizada qualquer auditoria pelo Tribunal de Contas em 2014. Ponto do R&C Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas - pag.
Parque Automóvel					
N.º de viaturas		N		38	Manutenção do n.º de viaturas existentes em 2013 Ponto do R&C Frota Automóvel - pag.
Gastos com viaturas		N		2.326,48	Ponto do R&C Frota Automóvel - pag.
Gastos Operacionais das Empresas Públicas (art.º 61.º da Lei n.º 83-C/2013)					
Redução do Trabalhadores (art.º 60.º da Lei n.º 83-C/2013)	S				Ponto do R&C Cumprimento das Medidas de Redução de Gastos Operacionais - pag.
Nº de trabalhadores	S			-7,68%	Ponto do R&C Cumprimento das Medidas de Redução de Gastos Operacionais - pag.
Nº de cargos dirigentes		N		0,00%	Ponto do R&C Cumprimento das Medidas de Redução de Gastos Operacionais - pag.
Princípio da Unidade de Tesouraria					
Disponibilidades centralizadas no IGCP			N.A.		A Docapesca tem um exceção ao cumprimento da UTE para o ano de 2014
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	S				A Docapesca entregou ao IGCP os juros auferidos na Banca Comercial, relativos ao ano de 2014, no montante de € 147,96

ARTIGO 35.º DO REGIME JURÍDICO DO SETOR PÚBLICO EMPRESARIAL

De acordo com o n.º 3 do art.º 35.º do RJSPE, e tendo a Docapesca apresentado capital próprio negativo por um período de três exercícios económicos consecutivos (2011, 2012 e 2013) o Conselho de Administração da Empresa apresenta, como medida destinada a superar a situação, a implementação do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro.

Com este diploma, a Docapesca passou a exercer a função de autoridade portuária nas infraestruturas portuárias de apoio às atividades de pesca e náutica de recreio de Vila Praia de Âncora, Castelo do Neiva, Esposende, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Angeiras, Nazaré, São Martinho do Porto, Peniche, Ericeira, Baleeira, Lagos, Alvor, porto de pesca, estaleiros e área de Ferragudo em Lagoa, marina de Portimão e bacia do rio Arade desde a segunda ponte sobre o rio Arade até Silves, Albufeira, Vilamoura, Quarteira, Faro, exceto área do porto comercial e canal de acesso, Olhão, Fuseta e Tavira, bem como na via navegável e nas infraestruturas portuárias existentes ao longo do rio Guadiana entre Vila Real de Santo António e Mértola. Os portos de pesca e as marinas de recreio referidos incluem as áreas dentro do domínio público marítimo, os canais de navegação e as zonas fluvio-marítimas e terrestres, bem como as zonas terrestres e marítimas necessárias à exploração portuária e à execução e conservação de obras.

A Docapesca sucedeu ao IPTM, IP, na titularidade de todos os direitos, obrigações e posições jurídicas, independentemente da sua fonte e natureza, que se encontrem afetos ao exercício das funções transferidas.

Transmitiu-se ainda para a Docapesca a universalidade dos bens e a titularidade dos direitos patrimoniais e contratuais, mobiliários e imobiliários, que integravam a esfera jurídica do IPTM, IP, e que respeitavam à exploração das infraestruturas portuárias de apoio às atividades de pesca e de náutica de recreio, designadamente os imóveis, as infraestruturas, as viaturas, as embarcações e os equipamentos identificados em Portaria a publicar.

O património a afetar fica sujeito a avaliação a promover pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, sujeita a aprovação no prazo de 18 meses a contar da data da entrada em vigor do diploma.

A Docapesca apresenta em 31 de dezembro de 2014, como havia previsto, um capital próprio positivo e ligeiramente superior ao capital social realizado, ficando superada a situação deficitária.

O Conselho de Administração trabalhou os dados e informações recebidas do ex-IPTM no sentido de contabilizar todos os gastos e rendimentos, excluindo o resultado da avaliação do património transmitido para a Docapesca, assim como a contabilização na Docapesca dos saldos das contas correntes do IPTM relativos à actividade transferida, que se espera sejam determinados e integrados durante o ano de 2015, sendo nossa expectativa que os mesmos não alterarão de forma significativa o valor positivo do capital próprio apurado em 2014.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Docapesca encerrou o exercício de 2014 com um resultado positivo de 9.331.895,89 Euros, o qual é apresentado de acordo com os normativos contabilísticos nacionais definidos no Sistema de Normalização Contabilística (SNC). O Conselho de Administração propõe que, de acordo com os Estatutos da Docapesca, o resultado seja distribuído da seguinte forma: 933.189,59 Euros para a conta de Reservas Legais e 8.398.706,30 Euros para a conta de Resultados Transitados.

[Handwritten signature]

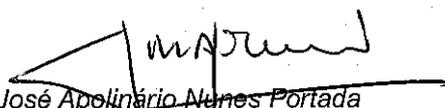
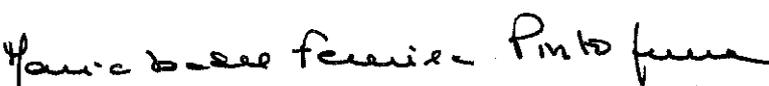
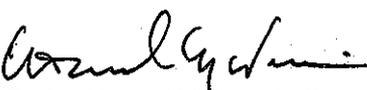


AGRADECIMENTOS

Manifestamos os nossos agradecimentos à Senhora Ministra da Agricultura e do Mar, e ao Senhor Secretário de Estado do Mar, pela confiança e permanente apoio à ação desenvolvida, a todos os organismos e serviços do Ministério da Agricultura e do Mar, ao Ministério das Finanças, Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças e Direção Geral do Tesouro e Finanças pela sempre inextinguível colaboração, a todos os parceiros institucionais com intervenção e responsabilidades no domínio do Mar, bem como aos nossos Clientes e parceiros de negócio, pela colaboração prestada, aos trabalhadores, pela dedicação e profissionalismo demonstrados, e aos Sindicatos pela colaboração evidenciada. Uma palavra final de apreço ao Revisor Oficial de Contas pela dedicação demonstrada no desempenho das suas funções.

Lisboa, 16 de março de 2015

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


José Apolinário Nunes Portada
(Presidente)
Maria Isabel Ferreira Pinto Guerra
(Vogal)
Pedro Manuel Viégas da Silva Ferreira
(Vogal)

[Handwritten signature]

4.

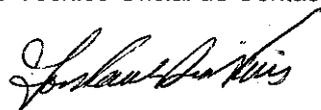
**BALANÇO E
DEMONSTRAÇÃO DOS
RESULTADOS**

Balanços

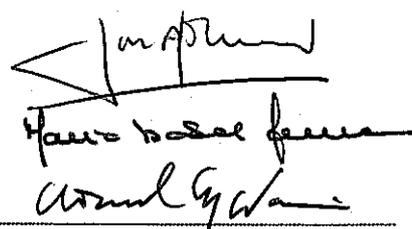
Balanços em 31 de Dezembro de 2014 e 2013		Unidade: Euros	
	Notas	31-12-2014	31-12-2013 Reexpresso
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	14.260.660,34	13.564.313,25
Ativos intangíveis	8	124.461,90	205.912,53
Ativos por impostos diferidos	17	1.274.487,77	1.350.808,68
		15.659.610,01	15.121.034,46
Ativo corrente			
Inventários	12	207.770,88	269.975,32
Clientes	18	2.953.720,13	1.173.961,73
Adiantamentos a fornecedores		3.785,18	3.785,18
Estado e outros entes públicos	21	529.380,80	347.477,17
Outras contas a receber	18	5.989.514,66	7.095.020,41
Diferimentos	20	119.209,58	124.614,11
Ativos não correntes detidos para venda	11	-	123.517,87
Caixa e depósitos bancários	4	3.775.189,56	3.333.148,65
		13.578.570,79	12.471.500,44
Total do ativo		29.238.180,80	27.592.534,90
Capital próprio e passivo			
Capital próprio			
Capital realizado	27	8.528.400,00	8.528.400,00
Reserva legal	27	100.620,52	100.620,52
Resultados transitados	15,17	(14.574.812,47)	(17.520.936,96)
Excedentes de revalorização	27	7.775,78	21.313,59
Outras variações no capital próprio	15	5.311.354,68	4.860.103,49
		(626.661,49)	(4.010.499,36)
Resultado líquido do período		9.331.895,89	2.932.395,96
Total do capital próprio		8.705.234,40	(1.078.103,40)
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	14	2.555.549,18	12.130.945,70
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	4.441.256,27	4.574.802,33
Passivos por impostos diferidos	17	1.542.775,21	1.579.646,77
Outras contas a pagar	18	374.000,00	-
		8.913.580,66	18.285.394,80
Passivo corrente			
Fornecedores	18	1.760.971,70	656.468,45
Estado e outros entes públicos	21	1.610.385,00	1.773.270,22
Financiamentos obtidos	18	-	334.970,43
Outras contas a pagar	18	8.204.408,12	7.567.248,64
Diferimentos	20	43.600,92	53.285,76
		11.619.365,74	10.385.243,50
Total do passivo		20.532.946,40	28.670.638,30
Total do capital próprio e do passivo		29.238.180,80	27.592.534,90

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2014

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



Demonstrações dos Resultados por Naturezas

Demonstração dos Resultados por Naturezas dos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

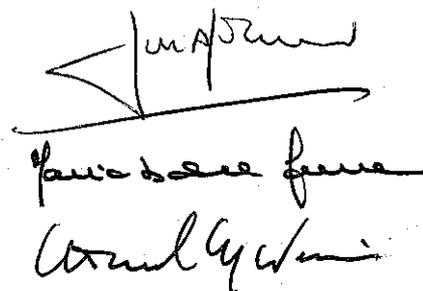
Rendimentos e Gastos	Notas	Unidade: Euros	
		31-12-2014	31-12-2013 Reexpresso
Vendas e serviços prestados	13	23.684.311,51	22.210.690,06
Subsídios à exploração	15	72.350,68	311.448,96
Variação nos inventários da produção	12	172,79	(552,12)
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	(1.603.180,31)	(2.165.482,86)
Fornecimentos e serviços externos	22	(7.717.385,76)	(5.802.988,81)
Gastos com o pessoal	23	(10.636.818,03)	(9.462.010,80)
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	12	4.344,36	(2.455,36)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	18	(302.551,40)	(58.125,75)
Provisões (aumentos/reduções)	14	8.114.119,68	(756.619,52)
Outros rendimentos e ganhos	15, 25	1.859.731,71	2.406.581,85
Outros gastos e perdas	26	(1.104.937,22)	(1.850.762,04)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		12.370.158,01	4.829.723,61
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	24	(2.914.005,72)	(3.091.650,33)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		9.456.152,29	1.738.073,28
Juros e rendimentos similares obtidos	10	20.553,47	50.569,25
Juros e gastos similares suportados	10	(28.763,29)	(86.674,37)
Resultado antes de impostos		9.447.942,47	1.701.968,16
Impostos sobre o rendimento do período	17	(116.046,58)	1.230.427,80
Resultado líquido do período	28	9.331.895,89	2.932.395,96

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2014

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

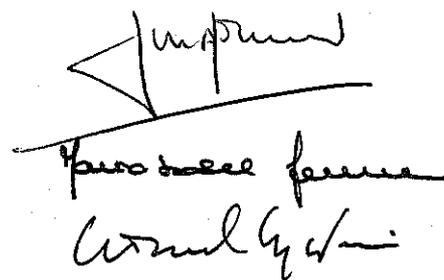
	NOTAS	31-12-2014	31-12-2013
Unidade: Euros			
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes	4	27.962.087,78	25.432.286,68
Pagamentos a fornecedores		(11.006.624,98)	(10.894.847,69)
Pagamentos ao pessoal		(10.126.813,57)	(9.996.025,85)
		Caixa gerada pelas operações	4.541.413,14
Pagamentos / recebimentos do imposto sobre o rendimento		(284.717,27)	(404.540,34)
Outros recebimentos / pagamentos		(3.284.990,31)	(1.963.458,67)
		Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	3.258.941,65
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(3.638.538,21)	(1.865.478,32)
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento	15	1.181.010,02	462.907,39
Juros e rendimentos similares		3.771,69	7.042,08
		Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(2.453.756,50)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(335.866,86)	(334.970,46)
Juros e gastos similares		(27.277,38)	(68.956,51)
Outras operações de financiamento		-	-
		Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	(403.926,97)
Variações de caixa e seus equivalentes		442.040,91	373.958,31
Caixa e seus equivalentes no início do período		3.333.148,65	2.959.190,34
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	3.775.189,56	3.333.148,65

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2014

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



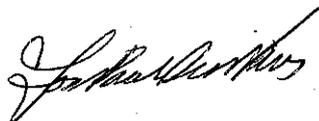
Demonstrações das Alterações ao Capital Próprio

Demonstração das Alterações no Capital Próprio no Período findo em 31 de Dezembro de 2014								Unidade: Euros
Descrição	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Excedentes da revalorização	Outras variações de capital	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
Posição no início do período 2014		8.528.400,00	100.620,52	(17.520.938,96)	21.313,59	4.860.103,49	2.932.395,98	(1.078.103,40)
Alterações no Período								
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações	27	-	-	15.295,92	(15.295,92)	-	-	-
Ajustamentos de impostos diferidos								
Outros impostos diferidos ativos - excedentes de revalorização	17, 27	-	-	(1.567,39)	1.758,11	-	-	190,72
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								
Resultado do exercício anterior	27	-	-	2.932.395,96	-	-	(2.932.395,98)	-
Subsídios ao Investimento	15	-	-	-	-	451.251,19	-	451.251,19
		-	-	2.946.124,49	(13.537,81)	451.251,19	(2.932.395,98)	451.441,91
Resultado Líquido do Exercício		-	-	-	-	-	9.331.895,99	9.331.895,99
Resultado Integral		-	-	2.946.124,49	(13.537,81)	451.251,19	6.399.499,93	9.783.337,80
Posição no fim do período 2014		8.528.400,00	100.620,52	(14.574.812,47)	7.775,78	5.311.354,68	9.331.895,99	8.705.234,40

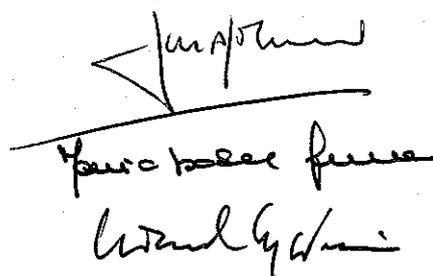
Demonstração das Alterações no Capital Próprio no Período findo em 31 de Dezembro de 2013 (reexpresso)								Unidade: Euros
Descrição	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações de capital	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
Posição no início do período 2013		8.528.400,00	100.620,52	(18.752.801,52)	34.968,14	5.377.225,03	1.218.190,01	(3.493.377,82)
Alterações no Período								
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações	27	-	-	15.295,92	(15.295,92)	-	-	-
Ajustamentos de impostos diferidos								
Outros impostos diferidos ativos - excedentes de revalorização	17, 27	-	-	(1.621,37)	1.621,37	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								
Resultado do exercício anterior	27	-	-	1.218.190,01	-	-	(1.218.190,01)	-
Subsídios ao Investimento	15	-	-	-	-	(517.121,54)	-	(517.121,54)
		-	-	1.231.884,59	(13.674,55)	(517.121,54)	(1.218.190,01)	(517.121,54)
Resultado Líquido do Exercício		-	-	-	-	-	2.932.395,98	2.932.395,98
Resultado Integral		-	-	1.231.884,59	(13.674,55)	(517.121,54)	1.714.205,95	2.415.274,42
Posição no fim do período 2013		8.528.400,00	100.620,52	(17.520.938,96)	21.313,59	4.860.103,49	2.932.395,98	(1.078.103,40)

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2014

1. Nota Introdutória

Docapesca – Portos e Lotas, SA (em seguida referida como “Docapesca” ou “Empresa”)

Avenida Brasília, Pedrouços – 1400-038 Lisboa

Capital Social: 8.528.400,00 Euros

Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa – Matrícula n.º 500 086 826 (antigo n.º 27.401)

Pessoa Coletiva n.º 500.086.826

CAE 03111 – Pesca Marítima (Serviços de Apoio à Pesca)

Através do Decreto-Lei n.º 107/90, de 27 de março, o Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação promoveu a integração do Serviço de Lotas e Vendagem na Docapesca – Sociedade Concessionária da Doca de Pesca, SA e alterou a denominação desta para Docapesca – Portos e Lotas, SA.

A Docapesca é participada a 100% pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

De acordo com o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, diploma que regula o Regime do Setor Público Empresarial (RSPE), são empresas públicas as organizações empresariais constituídas sob a forma de sociedade de responsabilidade limitada nos termos da lei comercial, nas quais o Estado ou outras entidades públicas possam exercer, isolada ou conjuntamente, de forma direta ou indireta, influência dominante, pelo que a Docapesca se enquadra no conceito legal de empresa pública supra descrito, estando, por isso, sujeita ao regime jurídico do setor empresarial do Estado.

A Docapesca é uma empresa do Setor Empresarial do Estado, cujos Estatutos se encontram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 107/90, de 27 de março (versão atualizada disponível no sítio de Internet da Empresa (www.docapesca.pt)), a qual prossegue no seu objeto, entre outras atividades, a prestação do serviço público da primeira venda de pescado.

Nesta qualidade, e nos termos do Decreto-Lei n.º 81/2005, de 20 de abril, a Docapesca tem a seu cargo assegurar a efetivação da primeira venda, em lota, de todo o pescado fresco descarregado em portos do Continente, atividade esta que visa salvaguardar o interesse público, tendo como prossecução assegurar a satisfação das necessidades impreteríveis da população portuguesa.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, a Docapesca sucedeu ao IPTM, I.P. nas funções de autoridade portuária nos portos de pesca e marinas de recreio sob sua jurisdição.

A Docapesca passou, assim, a exercer a função de autoridade portuária nas infraestruturas portuárias de apoio às atividades de pesca e náutica de recreio de Vila Praia de Âncora, Castelo do Neiva, Esposende, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Angeiras, Nazaré, São Martinho do Porto, Peniche, Ericeira, Baleeira, Lagos, Alvor, porto de pesca, estaleiros e área de Ferragudo em Lagoa, marina de Portimão e bacia do rio Arade desde a segunda ponte sobre o rio Arade até Silves, Albufeira, Vilamoura, Quarteira, Faro, exceto área do porto comercial e canal de acesso, Olhão, Fuseta e Tavira,

bem como na via navegável e nas infraestruturas portuárias existentes ao longo do rio Guadiana entre Vila Real de Santo António e Mértola. Os portos de pesca e as marinas de recreio referidos incluem as áreas dentro do domínio público marítimo, os canais de navegação e as zonas flúvio-marítimas e terrestres, bem como as zonas terrestres e marítimas necessárias à exploração portuária e à execução e conservação de obras.

A Docapesca sucedeu ao IPTM, I.P., na titularidade de todos os direitos, obrigações e posições jurídicas, independentemente da sua fonte e natureza, que se encontrem afetos ao exercício das funções transferidas.

Transmitiu-se ainda para a Docapesca a universalidade dos bens e a titularidade dos direitos patrimoniais e contratuais, mobiliários e imobiliários, que integravam a esfera jurídica do IPTM, I.P., e que respeitavam à exploração das infraestruturas portuárias de apoio às atividades de pesca e de náutica de recreio, designadamente os imóveis, as infraestruturas, as viaturas, as embarcações e os equipamentos identificados em Portaria a publicar.

Não foi efetuada durante o exercício de 2014 a integração de bens patrimoniais e dominiais do IPTM, IP na Docapesca: nos termos do art. 15.º do Decreto-Lei n.º 16/2014 de 3 de fevereiro, a Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGFT) promoverá a avaliação dos mesmos no prazo de 18 meses a contar da data de publicação do citado diploma. O processo relativo à avaliação do Património será desencadeado em 2015.

Não foi também efetuada durante o exercício de 2014 a integração de saldos de clientes e fornecedores. O processo de integração do IPTM encontra-se, assim, em curso em 31 de dezembro de 2014.

Aos dezasseis dias do mês de fevereiro de 2012, reuniu a Assembleia Geral da Docapesca, que deliberou sobre a eleição dos membros dos Órgãos Sociais para o triénio 2012-2014, a saber:

Mesa da Assembleia Geral:

Presidente: Dra. Maria Fernanda Joanaz Silva Martins
Vice-Presidente: Dra. Maria Cristina Marques Rosa Magina
Secretária: Dra. Cristina Maria Torres Matela Tavares

Conselho de Administração:

Presidente: Dr. José Apolinário Nunes Portada
Vogal: Dra. Maria Isabel Ferreira Pinto Guerra
Vogal: Dr. Pedro Manuel Viegas da Silva Ferreira

Fiscal Único:

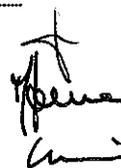
Efetivo: Abreu e Cipriano Auditores, SROC n.º 119, representada pelo Dr. João Amaro Santos Cipriano (ROC n.º 631)
Suplente: Dr. Carlos Alberto Antunes Abreu (ROC n.º 761)

Comissão de Remunerações:

Presidente: Dra. Filomena Maria Amaro Vieira Martinho Bacelar

Vogal: Dra. Sara Alexandra Duarte Ambrósio

Vogal: Dra. Cristina Maria Pereira Freire



Em reunião de 8 de abril de 2013, a Assembleia Geral deliberou a eleição, para secretária da Mesa da Assembleia Geral, da licenciada Alexandra Maria Brito Carvalho, para completar o mandato correspondente ao triénio 2012-2014.

Todos os valores são apresentados em Euros, salvo referência em contrário.

Notas sobre a atividade da Docapesca

Atividades tradicionais

O regime legal da primeira venda de pescado, fresco e refrigerado, foi atualizado e reunido num só diploma, o Decreto-Lei n.º 81/2005, de 20 de abril.

O conjunto de normas que regulam a primeira venda de pescado fresco fora de lota foi estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 197/2006, de 23 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 247/2010, de 3 de maio.

Os rendimentos operacionais dividem-se em dois grandes grupos:

- Serviços de venda de pescado em lota, prestados de acordo com o regulamento geral de funcionamento das lotas (Portaria n.º 9/89, de 4 de janeiro), e sujeitos a tarifas fixadas pelo Governo (Portarias n.º 251/2008, de 4 de abril, e n.º 495/2008, de 23 de junho: Área de Negócios – Lotas);
- Atividades Comerciais – restantes áreas de negócios

Os rendimentos obtidos na prestação de serviços de venda de pescado em lota resultam da aplicação de taxas sobre o valor do pescado transacionado, a liquidar, em partes definidas por diploma, pelos armadores/pescadores e pelos compradores.

A atividade corrente da Docapesca depende diretamente da quantidade e qualidade do pescado capturado pelas embarcações de pesca, pelo que está condicionada quer pela atividade dos armadores, quer, por via indireta, pelas condições do meio ambiente.

A Docapesca, para além de promover a venda (por leilão ou contrato), efetua todo o seu tratamento administrativo, fornecendo aos armadores e compradores os correspondentes documentos comprovativos.

A Docapesca efetua a cobrança das aquisições de pescado aos compradores (valor do pescado + tarifas + IVA), podendo conceder crédito até três dias úteis, com base na Portaria n.º 9/89, mediante a obtenção de garantias.



A Docapesca garante o pagamento das vendas de pescado aos armadores/pescadores (valor do pescado deduzido de tarifas e descontos obrigatórios e facultativos).

O IVA pago pelos compradores e os descontos para a Segurança Social relativos às contribuições dos armadores são entregues pela Docapesca ao Estado, em substituição dos armadores.

Os movimentos financeiros relativos ao valor do pescado transacionado em lota são relevados no Balanço em "outras contas a receber" (compradores) e "outras contas a pagar" (armadores/pescadores e entidades beneficiárias de descontos). Nas contas de rendimentos do exercício apenas são relevados os montantes correspondentes às tarifas aplicadas sobre o valor do pescado transacionado em lota.

No ano de 2014 foram transacionadas, nas várias lotas da Docapesca, 95.464,9 toneladas de pescado fresco, no valor de 181.533.747 Euros, propriedade dos armadores, assumindo a Docapesca a cobrança e o pagamento a estes (em 2013: 117.454,3 toneladas, no valor de 185.188.678 Euros).

Nas contas de clientes estão relevados os débitos relativos às vendas e prestações de serviços das atividades comerciais.

A Docapesca tem recorrido a programas de apoio ao investimento, acumulando o recebimento de subsídios não reembolsáveis em conta própria de capitais próprios, deduzidos do respetivo passivo por imposto diferido.

Em 12 de maio de 2008, a Docapesca aplicou o novo Tarifário dos serviços de primeira venda de pescado em lota determinado pelo Governo, que aumentou a tarifa paga pelos comerciantes de pescado de 3% para 5% e reduziu a tarifa paga pelos armadores da pesca do arrasto de 5% para 4%, o que originou um acréscimo líquido de receitas.

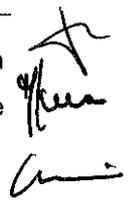
Novas atividades transferidas do IPTM

Com a publicação e conseqüente entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, a Docapesca assumiu funções de autoridade portuária nos portos de pesca e marinas de recreio sob a anterior jurisdição do IPTM, IP.

A Docapesca passou, assim, a assegurar a gestão portuária e dominial das áreas anteriormente afetas ao IPTM, competindo-lhe nomeadamente:

- Garantir a segurança dos acessos marítimos às infraestruturas portuárias (assinalamento marítimo)
- Garantir o acesso em segurança de pessoas e bens às zonas portuárias (portarias, vigilância, vedações, reordenamento e limpeza de espaços)
- Garantir a segurança de pessoas e bens nas pontes-cais de apoio à pesca e transporte fluvial (intervensões de manutenção)

- Potenciar a utilização das áreas e espaços existentes na área de jurisdição portuária para os diferentes usos compatíveis com a missão da Docapesca (pesca, armazéns para armadores e comerciantes, apoio às marinas e docas de recreio, estaleiros navais e atividades conexas).



Conforme determinado pelo acionista, foram identificados os gastos e rendimentos do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, das novas atividades transferidas do IPTM, para permitir a comparabilidade dos elementos de prestação de contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2013:

Demonstração dos Resultados por Naturezas dos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

Rendimentos e Gastos	31-12-2014			31-12-2013
	Atividades tradicionais	Novas competências	Total	Reexpresso
Vendas e serviços prestados	20.784.319,90	2.919.991,61	23.684.311,51	22.210.690,06
Subsídios à exploração	72.350,68	-	72.350,68	311.448,96
Variação nos inventários da produção	172,79	-	172,79	(552,12)
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(1.602.445,61)	(734,70)	(1.603.180,31)	(2.165.482,86)
Fornecimentos e serviços externos	(5.942.803,60)	(1.774.582,16)	(7.717.385,76)	(5.802.988,81)
Gastos com o pessoal	(9.916.549,10)	(720.268,93)	(10.636.818,03)	(9.462.010,80)
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	4.344,36	-	4.344,36	(2.455,36)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	(302.551,40)	-	(302.551,40)	(58.125,75)
Provisões (aumentos/reduções)	(70.210,79)	8.184.330,47	8.114.119,68	(756.619,52)
Outros rendimentos e ganhos	1.635.072,93	224.658,78	1.859.731,71	2.406.581,85
Outros gastos e perdas	(959.782,81)	(145.154,41)	(1.104.937,22)	(1.850.762,04)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	3.681.917,35	8.688.240,66	12.370.158,01	4.629.723,61
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(2.898.359,38)	(15.646,34)	(2.914.005,72)	(3.091.650,33)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-	-	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	783.557,97	8.672.594,32	9.456.152,29	1.738.073,28
Juros e rendimentos similares obtidos	20.553,47	-	20.553,47	50.569,25
Juros e gastos similares suportados	(28.328,65)	(434,64)	(28.763,29)	(86.674,37)
Resultado antes de impostos	775.782,79	8.672.159,68	9.447.942,47	1.701.968,16
Impostos sobre o rendimento do período	(387.393,14)	271.346,56	(116.046,58)	1.230.427,80
Resultado líquido do período	388.389,65	8.943.506,24	9.331.895,89	2.932.395,96



Balancos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013				Unidade: Euros
31-12-2014				
	Atividades tradicionais	Novas competências	Total	23-12-2013 Reexpresso
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	13.983.596,13	277.064,21	14.260.660,34	13.564.313,25
Ativos intangíveis	124.461,90	-	124.461,90	205.912,53
Ativos por impostos diferidos	999.282,66	275.205,11	1.274.487,77	1.350.808,68
	15.107.340,69	552.269,32	15.659.610,01	15.121.034,46
Ativo corrente				
inventários	207.770,88	-	207.770,88	269.975,32
Clientes	909.591,79	2.044.128,34	2.953.720,13	1.173.961,73
Adiantamentos a fornecedores	3.785,18	-	3.785,18	3.785,18
Estado e outros entes públicos	529.380,80	-	529.380,80	347.477,17
Outras contas a receber	5.763.942,98	78.097,78	5.842.040,76	7.095.020,41
Diferimentos	119.209,58	-	119.209,58	124.614,11
Ativos não correntes detidos para venda	-	-	-	123.517,87
Caixa e depósitos bancários	4.722.709,45	(800.045,99)	3.922.663,46	3.333.148,65
	12.256.390,66	1.322.180,13	13.578.570,79	12.471.500,44
Total do ativo	27.363.731,35	1.874.449,45	29.238.180,80	27.592.534,90
Capital próprio e passivo				
Capital próprio				
Capital realizado	8.528.400,00	-	8.528.400,00	8.528.400,00
Reserva legal	100.620,52	-	100.620,52	100.620,52
Resultados transitados	(4.925.043,38)	(9.649.769,09)	(14.574.812,47)	(17.520.936,96)
Excedentes de revalorização	7.775,78	-	7.775,78	21.313,59
Outras variações no capital próprio	5.311.354,68	-	5.311.354,68	4.860.103,49
	9.023.107,60	(9.649.769,09)	(626.661,49)	(4.010.499,38)
Resultado líquido do período	388.389,65	8.943.506,24	9.331.895,89	2.932.395,96
Total do capital próprio	9.411.497,25	(706.262,85)	8.705.234,40	(1.078.103,40)
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões	1.090.110,56	1.465.438,62	2.555.549,18	12.130.945,70
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	4.441.256,27	-	4.441.256,27	4.574.802,33
Passivos por impostos diferidos	1.542.775,21	-	1.542.775,21	1.579.646,77
Outras contas a pagar	374.000,00	-	374.000,00	-
	7.448.142,04	1.465.438,62	8.913.580,66	18.285.394,80
Passivo corrente				
Fornecedores	980.458,90	780.512,80	1.760.971,70	656.468,45
Estado e outros entes públicos	1.521.859,11	88.525,89	1.610.385,00	1.773.270,22
Financiamentos obtidos	-	-	-	334.970,43
Outras contas a pagar	7.958.173,13	246.234,99	8.204.408,12	7.567.248,64
Diferimentos	43.600,92	-	43.600,92	53.285,76
	10.504.092,06	1.115.273,68	11.619.365,74	10.385.243,50
Total do passivo	17.952.234,10	2.580.712,30	20.532.946,40	28.670.638,30
Total do capital próprio e do passivo	27.363.731,35	1.874.449,45	29.238.180,80	27.592.534,90

Aplicação das Taxas de Movimentação de Pescado

A aplicação das taxas de movimentação de pescado, previstas desde 2000 nos tarifários do IPTM – Instituto portuário e dos transportes marítimos (norte, centro e sul), e da APA – Administração do porto de Aveiro e, a partir de 1 de janeiro de 2009, nos tarifários da APVC – Administração do porto de Viana do Castelo e da APFF - Administração do porto de Figueira da Foz, foi, desde sempre, contestada pela Docapesca, porque delas são sujeitos passivos os utentes dos portos (comerciantes de pescado) e não a própria Empresa.

Até ao final do exercício de 2003, a Docapesca procedeu à constituição de uma provisão, pelo montante das taxas aplicadas ao valor do pescado transacionado nas lotas implantadas em terrenos sob jurisdição das entidades já mencionadas, admitindo a probabilidade de ser improcedente a reclamação apresentada ao Ministério das Finanças.

A partir de janeiro de 2004, a Docapesca procedeu mensalmente ao reconhecimento de uma provisão pelo valor correspondente à aplicação da taxa de movimentação de pescado, agora com percentual reduzido, sobre o valor do pescado transacionado em lota e da qual são sujeitos passivos os comerciantes de pescado.

Relativamente à APA, a posição da Docapesca expressava-se pela completa oposição à taxa de movimentação de pescado, sucessivamente inscrita no tarifário da referida Administração, sem que lhe fosse aplicada a redução verificada na taxa equivalente do IPTM. A Docapesca nada relevou nas suas contas durante os exercícios de 2004 a 2007.

Durante os meses de maio e junho de 2008, a Docapesca foi sucessivamente citada pelo 6.º Serviço de Finanças de Lisboa para tomar conhecimento dos processos de execução fiscal reclamados pela Administração do porto de Aveiro (maio – um processo) e pelo IPTM (junho – cinco processos). Todos tiveram por base certidões de dívida que, na sua quase totalidade, se referem ao cômputo que aquelas entidades apuraram a título de taxas de movimentação de pescado, para diferentes prazos compreendidos entre 2000 e 2007.

Embora os processos de execução fiscal tenham sido prontamente reclamados pela Docapesca, mostrou-se necessária a apresentação dos seus bens à penhora, incluindo o próprio estabelecimento.

Perante a atuação das entidades portuárias, ficou sem efeito o progresso alcançado nas negociações já havidas, tendo a Docapesca procedido, por devida cautela, à reposição dos montantes correspondentes às taxas de movimentação de pescado referentes ao IPTM e à APA, desde a sua origem, 2000, que afetou negativamente os capitais próprios em 6,3 milhões de Euros, no exercício de 2008.

Em 2009 foram criadas duas novas Administrações Portuárias – a APVC – Administração do porto de Viana do Castelo, detida a 100% pela APDL - Administração dos portos de Douro e Leixões, e a APFF - Administração do porto de Figueira da Foz, detida a 100% pela APA –, que integraram a universalidade dos direitos e deveres do IPTM sobre os respetivos portos.

Entre março de 2009 e maio de 2013, foram instaurados pelo IPTM e pela APA, respetivamente, mais 1 e mais 12 processos de execução fiscal, tendo por base dívida por taxas de movimentação de pescado para o período de dezembro de 2007 a janeiro de 2013.

Em junho de 2011, a Docapesca solicitou ao Serviço de Finanças de Lisboa 7 a extração de 15 novos Autos de penhora de estabelecimento comercial destinados a substituir a penhora única instaurada em 2008. Estes novos 15 Autos de penhora incidiram sobre os bens e os rendimentos da Docapesca nos portos de pesca de Póvoa de Varzim, Matosinhos, Aveiro, Figueira da Foz, Nazaré, Peniche, Sesimbra, Setúbal, Sines, Sagres, Lagos, Portimão, Quarteira, Olhão e Vila Real de Santo António e destinaram-se à associação inequívoca com cada processo de execução fiscal instaurado até à data.

Em 2012 e 2013 foram extraídos novos Autos de Penhora incidindo sobre os bens e rendimentos da Docapesca nos portos de pesca de Costa da Caparica, Cascais, Vila Nova de Milfontes, Fuzeta Tavira e Albufeira; estes novos Autos garantiam também 2 processos de execução fiscal instaurados em 2013 pela APFF.

A Docapesca desenvolveu, entretanto, os procedimentos legais de oposição às execuções fiscais a que foi sujeita.

No segundo semestre de 2013, foram iniciadas negociações com as administrações portuárias de Aveiro, Figueira da Foz e Viana do Castelo, tendentes à celebração de contratos de concessão, à resolução do contencioso existente quanto às taxas de movimentação de pescado e à consequente resolução dos processos de execução fiscal existentes. Neste enquadramento, e na perspetiva da aprovação do diploma de externalização das funções do IPTM, em dezembro de 2013 foi requerida à Autoridade Tributária a suspensão dos processos de execução fiscal por um período de 90 dias.

Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 16/2014 de 3 de fevereiro, foram extintos em 2014 todos os processos em execução fiscal promovidos pelo IPTM, por confusão entre o devedor e o credor, tendo sido revertidas as provisões entretanto constituídas, no montante de 9.649.769,09 Euros, tendo por contrapartida o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2014. No entanto, foram constituídas provisões no valor de 1.465.438,62 Euros.

Também em 2014, e na sequência da assinatura de novos contratos de concessão com APA, APFF e APVC, foram extintos todos os processos em execução fiscal promovidos por aquelas Administrações portuárias; foram anuladas todas as provisões constituídas (também relativas à APVC, com a qual se formalizou um novo contrato de concessão), com exceção das que foram utilizadas na sequência dos acordos celebrados com a APA e a APFF.

Relativamente à APFF, o novo contrato de concessão pressupõe o reconhecimento da renda a pagar desde 2009.

Quanto à APA, o acordo celebrado em simultâneo com o novo contrato de concessão pressupõe o reconhecimento do preço a pagar pela utilização do domínio público no período de 2000 a 2014.

Renda do Edifício Vasco da Gama

A Docapesca reconheceu, em 2008, como encargo do exercício, as taxas dominiais respeitantes à ocupação do Edifício Vasco da Gama, em Lisboa, propriedade da APL – Administração do porto de Lisboa, que ocupava desde dezembro de 2003, iniciando em 2009 negociações no sentido da sua resolução definitiva.

Durante o primeiro semestre de 2009, a Docapesca foi notificada da necessidade da saída tempestiva do referido edifício, tendo decidido reocupar as instalações no porto de Pedrouços, que havia abandonado no final de 2003, deslocando a sua sede social.

No final do ano de 2009, estabeleceram-se em definitivo as condições de mútuo acordo para a regularização das taxas dominiais devidas pela ocupação do Edifício Vasco da Gama, com o seu pagamento em dez prestações semestrais a efetuar junto de Instituição Financeira por cedência dos créditos da APL. Este acordo foi assinado em 23 de fevereiro de 2010, reportado à dívida existente em 17 de dezembro de 2009, registada nas demonstrações financeiras da Docapesca em 31 de dezembro de 2009.

Em 2014, a Empresa efetuou o nono e o décimo pagamentos semestrais do acordo, diretamente à Caixa Geral de Depósitos, ficando a dívida saldada.

Outras considerações

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem, de forma verdadeira e apropriada as operações da sociedade, bem como a sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas consignadas, respetivamente, nos avisos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de agosto, aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 - Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

3.2 - Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

A Empresa reconhece na demonstração dos resultados os rendimentos relativos à primeira venda de pescado pelo valor das taxas cobradas aos armadores e compradores de pescado intervenientes nas lotas. Contudo, o valor do pescado transacionado nas lotas, que constitui a remuneração da produção dos armadores e que, em simultâneo e pelo mesmo valor, representa as compras de pescado por parte dos compradores em lota, não é registado na demonstração dos resultados da Docapesca, embora seja a Empresa a cobrar o seu valor aos compradores de pescado e a entregá-lo aos armadores.

3.3 - Locações financeiras

Os contratos de locação são classificados como:

- Locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse;
- Locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Locações em que a Empresa age como locatário

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são reconhecidos pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo (o menor valor entre o justo valor e o valor descontado das rendas) é registado na rubrica de ativos tangíveis, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a depreciação do ativo, calculada conforme descrito na Nota 3.8, são registados na rubrica de gastos financeiros e gastos com amortizações e depreciações, da demonstração de resultados do exercício em apreço, respetivamente.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas são reconhecidas como gastos do exercício na rubrica "Fornecimentos e serviços externos", da demonstração de resultados, de forma linear durante o período do contrato de locação. As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

A Empresa celebrou com várias administrações portuárias acordos de concessão que possuem as seguintes características genéricas:

- utilização de determinadas instalações mediante o pagamento de rendas (que poderão ser variáveis ou fixas, relacionadas ou não com o valor de pescado transacionado em lota); e
- obrigam a Empresa a um conjunto de responsabilidades relacionadas com a manutenção e construção de infraestruturas, as quais reverterão, no final do período do contrato, para as administrações portuárias (podendo a Empresa ser ressarcida, em determinadas circunstâncias).

Estas responsabilidades podem incluir dragagens e manutenção dos níveis de profundidade entre outras.

A Empresa regista os ativos construídos (ou as reparações/manutenções que se qualificam para serem consideradas como ativo) nos seus ativos fixos tangíveis. Contudo, estes contratos, pelas suas características, nomeadamente os serviços prestados pela Docapesca, a forma de remuneração e o tipo de entidades envolvidas, não se configuram abrangidas pela IFRIC *Interpretation 12 — Service Concession Arrangements* ("IFRIC 12"), através do modelo do ativo intangível ou modelo financeiro.

3.4 - Encargos financeiros com financiamentos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.5 - Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições para a sua atribuição e de que estes serão recebidos.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são reconhecidos inicialmente no capital próprio, após o que são imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é pretendido compensar. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.6 - Benefícios pós-emprego

Planos de benefício definido

No que diz respeito aos planos de benefício definido, o correspondente custo é determinado através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos diretamente na demonstração dos resultados. O custo dos serviços passados é reconhecido em resultados numa base de linha reta durante o período, até que os correspondentes benefícios se tornem adquiridos. São reconhecidos imediatamente na medida em que os benefícios já tenham sido totalmente adquiridos.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

3.7 - Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

Imposto corrente: o imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos custos e proveitos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda custos e proveitos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Imposto diferido: os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. Porém, tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada a sua revisão, ajustando-os em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera vigorarem à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação e legislação fiscal que estejam aprovadas à data do balanço.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando, cumulativamente:

- A Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação;
- Tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal;
- A Empresa tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.8 - Ativos fixos tangíveis

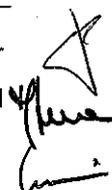
Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 (data de transição para as NCRF), encontram-se registados pelo seu valor considerado (*deemed cost*), o qual corresponde ao custo de aquisição ou custo de aquisição reavaliado, de acordo com as várias reavaliações legais e económicas, ao abrigo do disposto na NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF).

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos para desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de implantação nos quais a Empresa espera incorrer.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica "Excedentes de revalorização", exceto se reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente na rubrica "Excedentes de revalorização" até à concorrência de qualquer saldo credor do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor é reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é *desreconhecido*, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao ativo não é reclassificado para resultados.

As depreciações são calculadas desde o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.



As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Bem	Nº anos
Edifícios e outras construções	3 a 25
Equipamento básico	1 a 15
Equipamento de transporte	1 a 5
Equipamento administrativo	1 a 12
Outros activos corpóreos	1 a 12

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente. As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são ocorrem.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

3.9 - Propriedades de investimento / Ativos não correntes detidos para venda

Propriedade de investimento

As propriedades de investimento compreenderam, até 30 de junho de 2013, um imóvel detido para obter rendas ou valorizações do capital (ou ambos), não se destinando ao uso na produção, fornecimento de bens ou serviços, para fins administrativos ou para venda, no curso ordinário dos negócios.

O referido imóvel passou a ser considerado como "Ativo detido para venda", por decisão do Conselho de Administração, que se propôs vendê-lo, a partir de 1 de julho de 2013.

A venda do imóvel ocorreu em abril de 2014.

Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes são classificados com detidos para venda quando a sua quantia escriturada for essencialmente recuperada através de uma venda e não através do seu uso continuado. Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o ativo não corrente está disponível para venda imediata nas suas condições presentes. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano a contar da data da classificação do ativo não corrente como disponível para venda.



Os ativos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre a sua quantia escriturada antes da classificação e o seu justo valor menos os custos para vender.

Em 31 de dezembro de 2014, não existiam ativos considerados nesta categoria.

3.10 - Intangíveis

Intangíveis adquiridos separadamente

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados pelo custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente. A todos os ativos intangíveis foi atribuída vida útil finita, e as respetivas amortizações foram calculadas de acordo com vidas úteis estimadas entre 3 e 6 anos.

3.11 - Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. A existir, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos, a fim de determinar a extensão da perda por imparidade, se for o caso. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre:

- O justo valor deduzido de custos para vender
- O valor de uso.

Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expetativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio, caso em que, será tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.12 - Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor realizável líquido. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a venda.

A Empresa utiliza o custo médio como método de custeio dos inventários.

Os produtos acabados (que compreendem essencialmente o gelo) encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas e gastos gerais de fabrico.

3.13 - Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, sendo provável que para liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos, cujo montante possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação, que é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar e que excedem os benefícios económicos dele derivados.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.14 - Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

- Ao custo ou custo amortizado
- Ao justo valor, com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados (no caso em concreto, a empresa não tem investimentos financeiros reconhecidos ao justo valor).

Ao custo ou custo amortizado

São classificados na categoria "ao custo ou custo amortizado" os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

São ainda classificados na categoria "ao custo ou custo amortizado", sendo mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria "ao custo ou custo amortizado" são revistos para identificar indícios de imparidade. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda,

esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado), caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade". Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registadas em investimento em instrumentos de capital próprio (mensurado ao custo).

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa *desreconhece* ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando os transfere para outra entidade, bem como todos os riscos e benefícios significativos associados à sua posse. São *desreconhecidos* os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa *desreconhece* passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.15 - Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo, e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Na sequência do contrato celebrado entre a Repsol e a Docapesca, em 2008, procedeu-se ao reconhecimento das quantidades de gasóleo colocadas nos tanques para abastecimento das embarcações, valorizado como gasóleo agrícola e sujeito a sucessivos créditos pelas saídas como gasóleo pesca. Este reconhecimento é registado na rubrica de Diferimentos por contrapartida da conta a pagar de Fornecedores. Está em curso a negociação de um novo contrato, com base no qual o fornecimento de gasóleo colorido e marcado para abastecimento de embarcações será realizado no regime de consignação
- As responsabilidades da Empresa com os complementos de pensão de reforma ou de invalidez, prémio de reforma ou invalidez, subsídio de morte ou pensão de sobrevivência

(Plano de Benefícios Definidos), são determinadas pela obtenção, no final de cada exercício económico, de estudo atuarial elaborado por uma entidade especializada independente e de acordo com métodos e pressupostos atuariais globalmente aceites

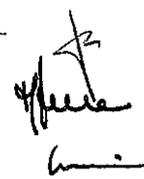
- O custo final de processos judiciais, liquidações e outros litígios pode variar devido a estimativas baseadas em diferentes interpretações das normas, opiniões e avaliações finais do montante de perdas. Desse modo, qualquer variação nas circunstâncias relacionadas com este tipo de contingências poderá ter um efeito significativo no montante da provisão para contingências registado
- A Docapesca analisa a vida útil estimada dos ativos e o valor residual dos mesmos para determinar o montante das depreciações/amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício
- A Docapesca analisa de forma periódica os saldos vencidos de clientes, de forma a detetar problemas de imparidade no recebimento destes valores relativos a risco de crédito ou período de regularização estimado
- Os trabalhadores do IPTM integrados ao abrigo de acordo de cedência prestaram serviço à Docapesca a partir do dia 1 de julho de 2014; no entanto, apenas a partir de setembro foram as suas remunerações e encargos processados pela Docapesca, sendo de prever que o valor referente aos meses de julho e agosto venha a ser faturado à Docapesca em 2015, eventualidade para a qual a Docapesca constituiu a correspondente provisão
- A Empresa mantém provisões em 31 de dezembro de 2014 no montante de 2.555.549,18 Euros (das quais 1.223.133,79 Euros relativos a processos que transitaram do IPTM). Este valor corresponde à melhor estimativa do Conselho de Administração (e seus consultores legais) do exfluxo de recursos em que se espera que a Empresa venha a incorrer na sequência do desfecho dos mesmos.

3.16 - Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (*adjusting events*) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço, que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (*non adjusting events*), são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.17 – Especialização de exercícios

As receitas e as despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento que em que são faturadas. As diferenças entre as receitas e despesas geradas e os correspondentes montantes faturados são registadas nas rubricas de diferimentos.



4. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, "caixa e seus equivalentes" inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

"Caixa e seus equivalentes" em 31 de dezembro de 2014 e 2013 detalha-se conforme se segue:

	2014	2013
Numerário	47.088,77	23.345,73
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis		
- Bancos comerciais	1.726.769,59	909.095,45
- IGCP	2.001.331,20	400.707,47
Aplicações de tesouraria - IGCP	0,00	2.000.000,00
	3.775.189,56	3.333.148,65
Descobertos bancários	-	-
	3.775.189,56	3.333.148,65

Em 31 de dezembro de 2014 não existem contas bancárias que estejam a descoberto.

As disponibilidades de tesouraria depositadas na banca comercial são as necessárias para o imediato pagamento aos armadores/pescadores, de acordo com a Portaria n.º 9/89 de 4 de janeiro.

Às necessidades de pagamento aos armadores/pescadores, que se estima em termos médios rondarem 1,6 milhões de Euros, acresceu no final de 2014 a necessidade de disponibilizar na banca comercial o montante suficiente para cobrir o pagamento, em débito direto, a fornecedores do ex-IPTM que, no âmbito do Decreto-Lei n.º 16/2014 de 3 de fevereiro, transitaram para a Docapesca; destacou-se aqui a EDP, cujas facturas, em débito direto e em valores da ordem dos 500 mil €uros, acabaram por entrar em conta nos primeiros dias de janeiro.

Os depósitos e as transferências bancárias para as contas na banca comercial da Docapesca realizadas a 30 e 31 de dezembro de 2014 pelos clientes da empresa, que rondaram 1,14 milhões de Euros, e que não foi possível transferir na sua totalidade para o IGCP ainda em 2014, contribuíram também para o acréscimo de disponibilidades de tesouraria na banca comercial.

São preparadas diariamente folhas de caixa em todas as tesourarias - delegações e serviços centrais. As folhas de caixa relativas ao último dia útil de cada mês são enviadas para a Direção Financeira, nos serviços centrais, e devidamente conferidas com os movimentos registados em SAP. Este procedimento foi realizado para o período em análise.



Ao valor de caixa a 31 de dezembro de 2014 foi deduzido o montante de 147.473,90 Euros (acrescido à rubrica de "Outros devedores"), relativos a cheques em carteira, tendo os mesmos sido depositados no dia útil seguinte (2 de janeiro).

Em 31 de dezembro de 2014 o detalhe dos depósitos bancários imediatamente mobilizáveis por delegações/lotas e natureza é o seguinte:

Depósitos bancários mobilizáveis

Delegação	Total	Banca Comercial	IGCP
Aveiro	168.831,51	168.831,51	-
Figueira da Foz	64.842,25	64.842,25	-
Matosinhos	150.017,00	150.017,00	-
Portimão	140.460,60	140.460,60	-
Sagres	40.035,41	40.035,41	-
Sede	3.194.365,24	1.193.034,04	2.001.331,20
Sines	16.908,82	16.908,82	-
Tavira	108,42	108,42	-
Vila Real de Santo António	19.827,93	19.827,93	-
	<u>3.795.397,18</u>	<u>1.794.065,98</u>	<u>2.001.331,20</u>
Cascais	(286,02)	(286,02)	-
Olhão	(17.372,89)	(17.372,89)	-
Póvoa de Varzim	(32.803,52)	(32.803,52)	-
Sesimbra	(10.753,28)	(10.753,28)	-
Setúbal	(3.821,41)	(3.821,41)	-
Peniche	(2.259,27)	(2.259,27)	-
	<u>(67.296,39)</u>	<u>(67.296,39)</u>	-
	<u>3.728.100,79</u>	<u>1.726.769,59</u>	<u>2.001.331,20</u>

Os valores negativos apresentados são apenas contabilísticos, não correspondendo a endividamento bancário.

Pelo Despacho n.º 36/14-SET de 8 de janeiro, a Secretaria de Estado do Tesouro autorizou a renovação da dispensa de obrigatoriedade da aplicação do princípio de Unidade de Tesouraria do Estado à Docapesca, na sequência de parecer do IGCP que reconheceu a especificidade da atividade da empresa quanto à forma de utilização e à quantificação dos diversos serviços bancários utilizados.

Na Demonstração de Fluxos de Caixa, nas atividades operacionais – recebimentos de clientes, estão relevados os fluxos relativos à transmissão do pescado vendido em lota pelo seu valor líquido, acrescido dos respeitantes às taxas cobradas aos compradores e armadores.

O valor do pescado transacionado em lota, cobrado aos compradores e entregue aos armadores (ou a terceiros, por sua ordem ou imposição legal), foi de 181.533.747 Euros no exercício de 2014 e de 185.188.678 Euros no exercício de 2013.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Na prestação de contas relativa ao exercício de 2013 foram considerados os valores do estudo atuarial produzido pelo BPI Pensões reportado a 31 de Dezembro de 2013, que não contemplava nos seus pressupostos a alteração na idade de reforma para os 66 anos a vigorar em 2014 e 2015, ocorrida com a publicação da Portaria n.º 378-G/2013, de 31 de dezembro, bem como o aumento progressivo da mesma, previsto no Decreto-Lei n.º 167-E/2013, de 31 de dezembro.

Este facto originou, quer na Certificação Legal das Contas produzida pelo Revisor Oficial de Contas, quer no relatório dos auditores externos, a correspondente reserva.

De referir que o montante do ganho atuarial foi comunicado em tempo mas, por não estar suportado por novo estudo atuarial certificado e assinado (que apenas viria a ser obtido em abril de 2014 - após aprovação das contas relativas ao exercício anterior a 31 de dezembro de 2013 por parte do Conselho de Administração), confirmando os valores comunicados, não permitiu refletir na contabilidade esses efeitos, que constituem um erro nas contas de 2013.

Nesta conformidade, e em todos os quadros relevantes, é apresentada uma reexpressão dos valores de 2013, incluindo já a alteração que devia ter ocorrido antes do encerramento das contas respetivas (gastos com o pessoal, provisão para pensões e ativos por impostos diferidos):

Reexpressão da Demonstração dos Resultados por Naturezas do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

	Unidade: Euros		
Rendimentos e Gastos	2013	Ajustamento	2013 Reexpresso
Vendas e serviços prestados	22.210.690,06	-	22.210.690,06
Subsídios à exploração	311.448,96	-	311.448,96
Variação nos inventários da produção	(552,12)	-	(552,12)
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(2.165.482,86)	-	(2.165.482,86)
Fornecimentos e serviços externos	(5.802.988,81)	-	(5.802.988,81)
Gastos com o pessoal	(10.396.043,80)	934.033,00	(9.462.010,80)
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	(2.455,36)	-	(2.455,36)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	(58.125,75)	-	(58.125,75)
Provisões (aumentos/reduções)	(756.619,52)	-	(756.619,52)
Outros rendimentos e ganhos	2.406.581,85	-	2.406.581,85
Outros gastos e perdas	(1.850.762,04)	-	(1.850.762,04)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	3.895.690,61	934.033,00	4.829.723,61
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(3.091.650,33)	-	(3.091.650,33)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	804.040,28	934.033,00	1.738.073,28
Juros e rendimentos similares obtidos	50.569,25	-	50.569,25
Juros e gastos similares suportados	(86.674,37)	-	(86.674,37)
Resultado antes de impostos	767.935,16	934.033,00	1.701.968,16
Impostos sobre o rendimento do período	1.459.265,89	(228.838,09)	1.230.427,80
Resultado líquido do período	2.227.201,05	705.194,91	2.932.395,96

Reexpressão do Balanço em 31 de Dezembro de 2013

Unidade: Euros

	2013	Ajustamento	2013 Reexpresso
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	13.564.313,25	-	13.564.313,25
Ativos intangíveis	205.912,53	-	205.912,53
Ativos por impostos diferidos	1.579.646,77	(228.838,09)	1.350.808,68
	15.349.872,55	(228.838,09)	15.121.034,46
Ativo corrente			
Inventários	269.975,32	-	269.975,32
Clientes	1.173.961,73	-	1.173.961,73
Adiantamentos a fornecedores	3.785,18	-	3.785,18
Estado e outros entes públicos	347.477,17	-	347.477,17
Outras contas a receber	7.095.020,41	-	7.095.020,41
Diferimentos	124.614,11	-	124.614,11
Ativos não correntes detidos para venda	123.517,87	-	123.517,87
Caixa e depósitos bancários	3.333.148,65	-	3.333.148,65
	12.471.500,44	-	12.471.500,44
Total do ativo	27.821.372,99	(228.838,09)	27.592.534,90
Capital próprio e passivo			
Capital próprio			
Capital realizado	8.528.400,00	-	8.528.400,00
Reserva legal	100.620,52	-	100.620,52
Resultados transitados	(17.520.936,96)	-	(17.520.936,96)
Excedentes de revalorização	21.313,59	-	21.313,59
Outras variações no capital próprio	4.860.103,49	-	4.860.103,49
	(4.010.499,36)	-	(4.010.499,36)
Resultado líquido do período	2.227.201,05	705.194,91	2.932.395,96
Total do capital próprio	(1.783.298,31)	705.194,91	(1.078.103,40)
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	12.130.945,70	-	12.130.945,70
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	5.508.835,33	(934.033,00)	4.574.802,33
Passivos por impostos diferidos	1.579.646,77	-	1.579.646,77
	19.219.427,80	(934.033,00)	18.285.394,80
Passivo corrente			
Fornecedores	656.468,45	-	656.468,45
Estado e outros entes públicos	1.773.270,22	-	1.773.270,22
Financiamentos obtidos	334.970,43	-	334.970,43
Outras contas a pagar	7.567.248,64	-	7.567.248,64
Diferimentos	53.285,76	-	53.285,76
	10.385.243,50	-	10.385.243,50
Total do passivo	29.604.671,30	(934.033,00)	28.670.638,30
Total do capital próprio e do passivo	27.821.372,99	(228.838,09)	27.592.534,90

6. Partes relacionadas

Identificação de partes relacionadas

A Empresa é detida em 100% pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

Remunerações do pessoal chave da gestão

As remunerações do pessoal chave de gestão da Empresa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, foram conforme se segue:

Remunerações	2014	2013
Remunerações dos Órgãos Sociais		
Remuneração mensal	106.454,59	106.454,59
Despesas de Representação	36.959,76	36.959,76
Subsídio de Refeição	4.610,93	4.063,18
Férias e Subsídio de férias (Lei 64-B/2011)	16.528,85	31.091,47
Subsídio de Natal	9.677,88	9.677,88
Redução Salarial (Leis 83-C/2013 e 75/2014)	(13.215,69)	(16.657,50)
Ajudas de custo - Deslocações	2.572,12	1.267,60
Assembleia Geral	1.809,16	810,28
Revisão legal das Contas	13.620,00	13.620,00
Total das Remunerações dos Órgãos Sociais (Nota 23)	179.017,60	187.287,26
Encargos dos Órgãos Sociais		
Encargos com remunerações	37.684,99	40.266,07
Caixa Geral de Aposentações	-	-
Seguro de acidentes de trabalho	1.207,17	1.110,08
Seguro de acidentes pessoais	195,00	754,13
Seguro de saúde	657,03	636,14
Total dos Encargos dos Órgãos Sociais	39.744,19	42.766,42
	218.761,79	230.053,68

Handwritten signature

Em 2012, dando cumprimento à Lei n.º 64-B/2011, não foram pagos os subsídios de férias e de Natal, tendo sido efetuada a redução para valor nulo do subsídio de férias que se venceu no dia 1 de janeiro de 2013, nos termos da Lei n.º 66-B/2012.

Em 2013, na sequência do Acórdão do Tribunal Constitucional, posterior à aprovação das contas de 2012, foram contabilizados os gastos com o subsídio de férias pago em 2013 e os gastos com o subsídio de férias a pagar em 2014.

Durante o exercício de 2014, as reduções nas remunerações foram efetuadas com base na Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro (de janeiro a maio) e na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro (de setembro a dezembro)

7. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Handwritten signature



2014

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros Ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
	43200000	43300000	43400000	43500000	45300000	45300000	
Ativos							
Saldo inicial	40.887.523,91	15.195.805,31	552.242,87	3.741.579,71	913.653,65	410.989,20	61.701.794,65
Aquisições	925.683,49	383.714,66	81,26	67.328,88	148.166,42	2.017.558,11	3.542.533,01
Alienações	(3.193,74)	(2,92)	-	(289,00)	-	-	(3.485,66)
Transferências	152.554,73	80.471,31	-	79.219,80	-	(312.245,84)	-
Abates	(357.765,92)	(186.231,23)	-	(101.905,74)	(104.132,64)	(208,03)	(749.243,56)
Saldo final	41.604.802,47	15.474.757,32	552.324,13	3.785.933,65	957.687,43	2.116.093,44	64.491.598,44
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	31.149.412,21	12.341.891,82	541.092,01	3.461.162,35	643.933,01	-	48.137.481,40
Depreciações do exercício (nota 24)	1.961.271,80	585.058,64	5.899,10	145.882,11	130.135,44	-	2.828.247,09
Alienações	(3.193,74)	(2,92)	-	(289,00)	-	-	(3.485,66)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Abates	(355.459,75)	(183.215,63)	-	(101.868,41)	(80.960,94)	-	(731.304,73)
Saldo final	32.752.030,52	12.743.731,91	546.991,11	3.505.077,05	683.107,51	-	50.230.938,10
Ativos líquidos	8.852.771,95	2.731.025,41	5.333,02	280.856,60	274.579,92	2.116.093,44	14.260.660,34

2013

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros Ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
	43200000	43300000	43400000	43500000	45300000	45300000	
Ativos							
Saldo inicial	42.058.281,12	15.243.827,27	613.740,45	3.692.183,15	873.710,48	184.294,88	62.666.037,15
Aquisições	686.398,86	361.832,18	-	88.648,85	172.162,55	410.989,20	1.720.031,64
Alienações	-	(154.547,24)	(61.497,58)	(127,04)	-	-	(216.171,86)
Transferências	157.787,30	15.578,66	-	(28.049,20)	9.125,82	(184.294,88)	(29.862,10)
Abates	(2.014.943,37)	(270.885,56)	-	(11.076,05)	(141.345,20)	-	(2.438.250,18)
Saldo final	40.887.523,91	15.195.805,31	552.242,87	3.741.579,71	913.653,65	410.989,20	61.701.794,65
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	30.376.895,05	12.108.529,14	596.079,99	3.311.898,03	650.920,38	-	47.044.322,59
Depreciações do exercício (nota 24)	2.033.369,54	650.577,47	6.509,60	190.752,85	119.116,16	-	3.000.325,62
Perdas por imparidade do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Reversões de perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	(154.547,24)	(61.497,58)	(127,04)	-	-	(216.171,86)
Transferências	(153,55)	465,52	-	(30.317,62)	153,55	-	(29.852,10)
Abates	(1.260.698,83)	(263.133,07)	-	(11.053,87)	(126.257,08)	-	(1.661.142,85)
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	31.149.412,21	12.341.891,82	541.092,01	3.461.162,35	643.933,01	-	48.137.481,40
Ativos líquidos	9.738.111,70	2.853.913,49	11.150,86	280.427,36	269.720,64	410.989,20	13.564.313,25

No decurso do ano de 2014, as principais aquisições de ativos fixos tangíveis foram registadas na rubrica de "Edifícios e outras construções", que dizem respeito, essencialmente, ao projeto de requalificação da lota de Setúbal e ao projeto de captação de água salgada em Portimão; de considerar ainda as aquisições para o mercado de segunda venda de Matosinhos e para a marina de Faro.

Ativos fixos tangíveis implantados em terrenos de domínio público

A maioria das instalações utilizadas pela Docapesca está implantada em terrenos que pertencem ao Domínio Público, tendo a Docapesca celebrado contratos de concessão com as Administrações dos portos do Douro e Leixões (Matosinhos), porto de Sines e portos de Setúbal e Sesimbra e, já em 2014, com as Administrações portuárias de Viana do Castelo, Aveiro e Figueira da Foz.

Com as novas atribuições, ficam afetos à Docapesca os bens do domínio público e do domínio privado do Estado, bem como todos os bens imóveis edificados pelo IPTM, na área de jurisdição identificada no Decreto-Lei n.º 16/2014 (artigo 6.º).



O montante de ativos fixos tangíveis implantados em domínio público, em 31 de dezembro de 2014, ascende a 8.795.113,94 Euros, líquido de depreciações acumuladas de 32.580.403,68 Euros.

Entidade	Valor de Aquisição	Depreciação acumulada	Valor Líquido	
Porto de Pesca de Viana do Castelo	APVC	376.087,10	135.867,58	240.219,52
Porto de Pesca de Matosinhos	APDL	17.098.851,74	14.773.573,85	2.325.277,89
Porto de Pesca de Aveiro	APA	1.197.529,48	1.002.580,86	194.948,62
Porto de Pesca de Figueira da Foz	APFF	2.825.024,86	2.054.193,17	770.831,69
Posto de Vendagem de Trafaria	APL	21.395,08	21.351,09	43,99
Porto de Pesca de Sesimbra	APSS	3.928.126,11	2.964.881,49	963.244,62
Porto de Pesca de Setúbal	APSS	1.493.414,78	1.080.047,05	413.367,73
Porto de Pesca de Sines	APS	1.473.666,49	937.446,13	536.220,36
Lota de Cascais	Município	212.517,05	211.572,98	944,07
Posto de Vendagem de Mira	Município	23.080,67	10.992,25	12.088,42
Entrepósito Frigorífico de Peniche	Município	3.564.188,65	3.394.492,50	169.696,15
Posto de Vendagem de Carrasqueira	Município	37.351,50	33.516,02	3.835,48
Posto de Vendagem de Afurada	---	13.344,03	13.344,03	-
Posto de Vendagem de Aguda	---	25.991,65	25.991,65	-
Posto de Vendagem de Angeiras	---	25.274,59	24.734,72	539,87
Posto de Vendagem de Armação de Pêra	---	21.231,03	20.785,94	445,09
Posto de Vendagem de Arrifana	---	42.390,53	40.798,00	1.592,53
Posto de Vendagem de Azenha do Mar	---	61.960,61	49.849,55	12.111,06
Posto de Vendagem de Burgau	---	5.872,96	5.872,96	-
Posto de Vendagem de Castelo do Neiva	---	38.861,06	29.656,30	9.204,76
Posto de Vendagem de Costa da Caparica	---	522.961,93	278.267,35	244.694,58
Posto de Vendagem de Fonte da Telha	---	64.802,46	30.574,79	34.227,67
Posto de Vendagem de Foz do Arelho	---	10.009,97	10.009,97	-
Posto de Vendagem de Fuzeta	---	47.895,65	47.300,46	595,19
Posto de Vendagem de Gâmbia	---	19.036,39	19.036,39	-
Posto de Vendagem de Monte Gordo	---	12.464,25	12.464,25	-
Posto de Vendagem de Porto Covo	---	27.140,57	27.140,57	-
Posto de Vendagem de Salema	---	11.981,87	11.981,87	-
Posto de Vendagem de Torreira	---	11.290,25	9.139,97	2.150,28
Posto de Vendagem de Vila Chã	---	19.968,95	17.769,91	2.199,04
Posto de Vendagem de Zambujeira	---	89.124,48	55.567,44	33.557,04
Posto de Vendagem de Vila Nova de Milfontes	---	564.765,36	152.401,82	412.363,54
Sub-Total 1		33.887.602,10	27.503.202,91	6.384.399,19

	Entidade	Valor de Aquisição	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Posto de Vendagem de Vila Praia de Âncora	Docapesca (a)	23.528,00	980,33	22.547,67
Posto de Vendagem de Esposende	Docapesca (a)	9.630,79	8.025,67	1.605,12
Porto de Pesca de Póvoa de Varzim	Docapesca (a)	332.596,38	267.828,43	64.767,95
Porto de Pesca de Nazaré	Docapesca (a)	903.017,63	672.168,01	230.849,62
Porto de Pesca de Peniche	Docapesca (a)	1.096.112,82	772.493,85	323.618,97
Posto de Vendagem de Ericeira	Docapesca (a)	40.706,69	40.706,69	-
Porto de Pesca de Sagres (Baleeira)	Docapesca (a)	1.010.188,63	598.295,26	411.893,37
Porto de Pesca de Lagos	Docapesca (a)	740.140,21	651.947,39	88.192,82
Posto de Vendagem de Albufeira	Docapesca (a)	31.401,32	11.775,51	19.625,81
Porto de Pesca de Portimão	Docapesca (a)	617.872,96	305.883,64	311.989,32
Porto de Pesca de Olhão	Docapesca (a)	642.034,24	509.763,09	132.271,15
Porto de Pesca de Quarteira	Docapesca (a)	182.550,15	57.858,11	124.692,04
Porto de Pesca de Tavira	Docapesca (a)	167.820,03	135.134,73	32.685,30
Posto de Vendagem de Santa Luzia	Docapesca (a)	76.091,14	64.102,67	11.988,47
Posto de Vendagem de Alvor	Docapesca (a)	13.584,29	13.584,29	-
Posto de Vendagem de Faro	Docapesca (a)	80.405,59	8.544,91	71.860,68
Porto de Pesca de Vila Real de Santo António	Docapesca (a)	1.520.234,65	958.108,19	562.126,46
Sub-Total 2		7.487.915,52	5.077.200,77	2.410.714,75
Total		41.375.517,62	32.580.403,68	8.795.113,94

(a) - ocorreu transferência de jurisdição do IPTM para a Docapesca

As instalações do entreposto frigorífico de Peniche estão implantadas em terrenos pertencentes à Câmara Municipal de Peniche, detendo a Docapesca um direito de superfície. O montante destes ativos, em 31 de dezembro de 2014, ascende a 169.696,15 Euros, líquido de depreciações acumuladas de 3.394.492,50 Euros. A exploração do entreposto frigorífico de Peniche foi cedida à empresa ESIP, S.A. (industrial conserveira), com base num protocolo celebrado entre a Docapesca, a ESIP e a Câmara Municipal de Peniche em Agosto de 2012.

Com a extinção de todos os processos em execução fiscal relativamente aos quais existiam penhoras de bens, em 31 de dezembro de 2014, a Docapesca não apresenta bens penhorados.

Ativos fixos em poder de terceiros

Os ativos fixos em poder de terceiros, a 31 de dezembro de 2014, eram os seguintes:

1 – Equipamento informático diverso (em poder da firma III – Soluções de Informática, Lda.), no valor de € 2.526,43; trata-se de equipamento de apoio ao alojamento de vídeos dos leilões *online*, composto por um computador (PC *Tower*, disco interno adicional, *software* do sistema operativo e uma UPS de 1000 VA), para satisfazer o armazenamento de dados conforme contrato. Os bens em causa serão devolvidos à Docapesca durante o primeiro semestre de 2015.

2 – Molde de gravação de caixas de plástico (em poder da firma Baquelite Liz, Lda.), no valor de € 60.105,15; o molde é cedido, em cada momento, à entidade contratada para o fabrico de caixas de plástico.

3 – Equipamentos do entreposto frigorífico de Peniche, explorado pela ESIP, no valor de 1.077.568,01 Euros, constituídos por equipamento de estiva, estanteria, equipamento de pesagem e de movimentação, entre outros.

Vidas úteis e depreciação

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método da linha reta durante as seguintes vidas úteis estimadas:

Bem	Nº anos
Edifícios e outras construções	3 a 25
Equipamento básico	1 a 15
Equipamento de transporte	1 a 5
Equipamento administrativo	1 a 12
Outros activos corpóreos	1 a 12

As depreciações do exercício, no montante de 2.828.247,09 Euros (3.000.325,62 Euros em 2013), foram registadas na rubrica de Gastos de depreciação e amortização (Nota 24).

A Docapesca, até 2012, depreciou os bens implantados em terrenos de domínio público de acordo com os períodos máximos permitidos pela Legislação Fiscal, sendo que resultavam da utilização deste critério valores líquidos contabilísticos positivos na data final dos prazos de vigência dos contratos de concessão e das licenças de utilização celebrados com as administrações portuárias.

Em 2013 foram adaptadas as taxas de amortização dos bens referidos, para que a depreciação termine no último ano de vigência dos contratos de concessão celebrados com as entidades concedentes.

8. Ativos intangíveis

Durante os exercícios findos, em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:



2014			
	Programas computador	Propriedade industrial	Total
Ativos			
Saldo inicial	135.232,46	1.220.485,95	1.355.718,41
Aquisições	4.308,00	-	4.308,00
Transferências e abates	-	-	-
Saldo final	139.540,46	1.220.485,95	1.360.026,41
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade			
Saldo inicial	101.617,19	1.048.188,69	1.149.805,88
Depreciações do exercício (nota 24)	22.328,49	63.430,14	85.758,63
Transferências e abates	-	-	-
Saldo final	123.945,68	1.111.618,83	1.235.564,51
Ativos líquidos	15.594,78	108.867,12	124.461,90

As amortizações de ativos intangíveis reconhecidas no período findo em 31 de dezembro de 2014, no montante de 85.758,63 Euros, foram registadas na rubrica de "Gastos de depreciação e amortização" (Nota 24).

2013			
	Programas computador	Propriedade industrial	Total
Ativos			
Saldo inicial	92.280,36	1.161.949,95	1.254.230,31
Aquisições	13.100,00	58.536,00	71.636,00
Transferências e abates	29.852,10	-	29.852,10
Saldo final	135.232,46	1.220.485,95	1.355.718,41
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade			
Saldo inicial	41.124,00	992.075,51	1.033.199,51
Depreciações do exercício (nota 24)	30.641,09	56.113,18	86.754,27
Transferências e abates	29.852,10	-	29.852,10
Saldo final	101.617,19	1.048.188,69	1.149.805,88
Ativos líquidos	33.615,27	172.297,26	205.912,53

Vidas úteis

A todos os ativos intangíveis foi atribuída vida útil finita, cujas respetivas amortizações foram calculadas de acordo com vidas úteis estimadas entre os 3 e os 6 anos.

9. Locações

Locação operacional

Em finais de 2012 foram celebrados dois contratos de locação operacional (AOV) cujas despesas são, nos termos legais, contabilizadas como rendas.

Em abril de 2013 foram celebrados mais dois contratos AOV, com o mesmo tratamento contabilístico dos anteriores.



Os gastos reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 são detalhados conforme se segue:

	2014	2013
	Custo	Custo
Locação operacional		
Viaturas ligeiras de passageiros	25.222,08	20.091,21

Os gastos a reconhecer no futuro relativamente aos contratos AOV em curso são:

	Pagamentos mínimos a efetuar			
	2.015	2016	2017	após 2017
Locação operacional				
Viaturas ligeiras de passageiros	25.222,08	24.251,73	5.140,83	-

10. Juros e outros rendimentos e gastos similares

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 são detalhados conforme se segue:

	2014	2013
Juros suportados		
Financiamentos bancários (nota 18)	4.157,41	15.036,98
Locações financeiras	-	-
Outros financiamentos	781,79	831,40
Outros gastos de financiamento		
Comissões e encargos similares (nota 18)	19.245,55	30.386,10
Garantias bancárias	4.578,42	23.627,93
Atualização de dívidas	-	16.791,96
	23.823,97	70.805,99
	28.763,17	86.674,37

Nos termos da Lei n.º 66-C/20123, de 31 de dezembro – Orçamento de Estado para 2013 / Unidade de Tesouraria do Estado – a Docapesca entregou ao Estado em 2013, referente aos rendimentos auferidos em 2011 e 2012, pela utilização das contas de depósitos à ordem da Caixa de Crédito Agrícola e, na sua qualidade de associada da mesma Caixa, o montante de 660,21 Euros (347,71 Euros de 2011 e 312,50 Euros de 2012).

Já em fevereiro de 2014, e nos termos da Lei n.º 83 C/2013 de 31 de dezembro (Orçamento de Estado para 2014), a Docapesca entregou ao Estado um total de 88,84 Euros, sendo 82,32 Euros auferidos na sua qualidade de associada da Caixa de Crédito Agrícola e os restantes 6,52 Euros auferidos como juros de depósitos à ordem da conta existente no Banco Popular.

Ainda em novembro de 2014 e nos termos da mesma Lei, a Docapesca entregou ao Estado 6,76 Euros, auferidos como juros de depósitos á ordem da conta existente na Caixa de Crédito Agrícola, a que se seguiu idêntica entrega, já em janeiro de 2015, de mais 140,82 Euros referentes á mesma conta.

Os juros e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 são detalhados conforme se segue:

	2014		2013	
Juros obtidos				
Depósitos - Caixa de Crédito Agrícola Peniche	6,76		16,46	
Depósitos - IGCP	4.876,11		9.298,12	
Depósitos - Outros	140,82		72,38	
Juros de Mora	15.263,92		41.150,16	
Juros de adiantamentos sobre vendas	261,08	20.548,69	26,05	50.563,17
Outros rendimentos similares				
Distribuição de resultados - C.C.A.M.	4,78	4,78	6,08	6,08
		<u>20.553,47</u>		<u>50.569,25</u>

11. Propriedades de investimento / Ativos não correntes detidos para venda

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica de Propriedades de investimento compreendia um imóvel situado em Vila Real de Santo António registado de acordo com o método do custo histórico, pelo montante de 128.088,32 Euros. Este imóvel foi adquirido pela Docapesca em 2007 e encontrava-se parcialmente arrendado.

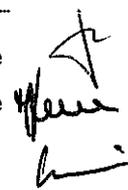
O imóvel foi avaliado em 223.603 Euros, em dezembro de 2012, por um avaliador independente – empresa “Still.One, Engenharia e gestão de projetos” representada pelos peritos avaliadores João António Lampreia Rebolo e Ana Infante.

Os métodos de avaliação adotados foram:

- Método dos custos, em que o “Valor de mercado” corresponde ao somatório de todos os custos inerentes à construção do imóvel, acrescidos da margem de promoção;
- Método do rendimento, que consiste em determinar o valor do imóvel a partir dos rendimentos que ele gera ou possa vir a gerar no futuro;
- Taxa de capitalização que traduza a rentabilidade do capital investido.

Em 1 de julho de 2013, na sequência da decisão da Empresa pela alienação, o imóvel foi reclassificado como “Ativo não corrente detido para venda”, cessando a depreciação do exercício.

Assim, em 2013, as depreciações do exercício (correspondentes a seis meses), no montante de 4.570,44 Euros (9.140,88 Euros em 2012), foram registadas na rubrica de Gastos de depreciação e amortização (Nota 24).



No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram reconhecidos em resultados rendimentos no montante de 1.445,01 Euros (5.298,37 Euros em 2013), relacionados com propriedades de investimento, correspondentes a rendas de janeiro a março de 2014 (nota 13).

Em Abril de 2014, a propriedade foi efetivamente vendida pelo montante de 220.000 Euros, montante que ficou cativo, à ordem da Autoridade Tributária, por conta de um processo de execução fiscal entretanto extinto, intentado pela APFF (Administração do porto da Figueira da Foz). A Docapesca aguarda a devolução do montante cativado.

12. Inventários

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	2014			2013		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	172.172,46	(3.091,28)	169.081,18	232.781,18	(3.091,28)	229.689,90
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	51.054,23	(16.268,06)	34.786,17	57.167,10	(20.612,42)	36.554,68
Produtos acabados e intermédios	3.903,53	-	3.903,53	3.730,74	-	3.730,74
	<u>227.130,22</u>	<u>(19.359,34)</u>	<u>207.770,88</u>	<u>293.679,02</u>	<u>(23.703,70)</u>	<u>269.975,32</u>

É esperado que os seguintes inventários sejam realizados após o período de 12 meses seguinte à data das demonstrações financeiras:

- Mercadorias;
- Matérias de consumo e conservação.

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, é detalhado conforme se segue



	2014		
	MP, subsid.		
	Mercadorias	consumo	Total
Saldo inicial	232.781,18	57.167,10	289.948,28
Compras	1.347.398,90	198.178,01	1.545.576,91
Regularizações	(9.114,59)	(3,60)	(9.118,19)
Saldo final	(172.172,46)	(51.054,23)	(223.226,69)
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	1.398.893,03	204.287,28	1.603.180,31

	2013		
	MP, subsid.		
	Mercadorias	consumo	Total
Saldo inicial	295.224,04	53.610,13	348.834,17
Compras	1.886.823,95	223.388,44	2.110.212,39
Regularizações	2.470,72	(6.086,14)	(3.615,42)
Saldo final	(232.781,18)	(57.167,10)	(289.948,28)
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	1.951.737,53	213.745,33	2.165.482,86



A variação dos inventários da produção dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é detalhada conforme se segue:

	2014	2013
	Produtos acabados	Produtos acabados
	Saldo inicial	3.730,74
Saldo final	(3.903,53)	(3.730,74)
Varição dos inventários de produção	(172,79)	552,12

A quantidade de gelo em silo, em toneladas, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é detalhada conforme se segue:

	Toneladas em Silo	
	2014	2013
Viana do Castelo	1,70	0,70
Póvoa de Varzim	3,50	4,00
Matosinhos	90,00	110,00
Aveiro	74,00	50,00
Figueira da Foz	10,00	20,00
Sagres	1,80	0,00
Portimão	0,90	0,70
Lagos	0,40	0,00
Quarteira	7,00	5,00
VRSA	2,00	8,00
Total	191,30	198,40



Perdas por imparidade

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é detalhada conforme se segue:

	2014				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo Final
Mercadorias	3.091,28	-	-	-	3.091,28
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	20.612,42	16.268,06	(20.612,42)	-	16.268,06
	<u>23.703,70</u>	<u>16.268,06</u>	<u>(20.612,42)</u>	-	<u>19.359,34</u>

	2013				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo Final
Mercadorias	2.896,70	194,58	-	-	3.091,28
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	18.351,64	20.612,42	(18.351,64)	-	20.612,42
	<u>21.248,34</u>	<u>20.807,00</u>	<u>(18.351,64)</u>	-	<u>23.703,70</u>

A imparidade anual incide sobre o conjunto de materiais de consumo que se encontram armazenados nos serviços centrais e que se destinam a ser consumidos nos diferentes estabelecimentos da empresa.

No exercício de 2014, a Empresa registou uma reversão da imparidade devido à valorização e utilização de matérias de consumo que haviam sido objeto de imparidade no exercício anterior, no montante de 20.612,42 Euros.

O aumento de perdas por imparidade de inventários do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, no montante de 16.268,06 Euros, bem como as reversões no montante de 20.612,42 Euros, foram registados na rubrica de "Imparidade de inventários".

13. Rédito

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é detalhado conforme se segue:

Rédito

	2014	2013
Venda de bens	2.645.265,61	3.535.993,05
Prestação de serviços	21.039.045,90	18.674.697,01
Rendimentos de propriedades de investimento (Notas 11 e 25)	1.445,01	5.298,37
Juros obtidos (Nota 10)	20.548,69	50.563,17
	<u>23.706.305,21</u>	<u>22.266.551,60</u>

O montante dos juros obtidos refere-se apenas aos juros recebidos e que se estima receber.

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 a rubrica "Vendas e serviços prestados" apresentava a seguinte composição:

Vendas e Serviços Prestados

	2014			2013
	Atividades tradicionais	Atividades transferidas do IPTM	Total	
- Venda de gelo	1.146.611,04	-	1.146.611,04	1.489.259,10
- Venda de combustíveis	1.329.252,99	-	1.329.252,99	1.776.197,64
- Venda de aprestos de pesca	75.939,57	-	75.939,57	146.505,05
- Venda de lubrificantes	36.494,86	-	36.494,86	89.074,47
- Venda de baterias	5.894,24	-	5.894,24	6.088,75
- Venda de comandos	26.350,00	-	26.350,00	22.250,00
- Venda de embalagens	24.722,91	-	24.722,91	6.618,04
Outros serviços prestados:				
- Serviço de 1ª. Venda de pescado	14.919.550,95	-	14.919.550,95	15.135.012,81
- Serviços dos portos de pesca	2.949.416,54	1.105.228,77	4.054.645,31	3.393.706,54
- Gestão dominial	-	1.031.653,92	1.031.653,92	
- Serviços de Náutica de Recreio e Marítimo-Turísticas	-	736.941,65	736.941,65	
- Outros	250.086,80	46.167,27	296.254,07	145.977,66
	<u>20.784.319,90</u>	<u>2.919.991,61</u>	<u>23.684.311,51</u>	<u>22.210.690,06</u>

A Docapesca não efetua vendas nem presta serviços para o mercado externo.

Na rubrica de Prestações de Serviços da primeira venda de pescado estão registados os valores das taxas de primeira venda de pescado cobradas pela Docapesca sobre o valor transacionado em lota.

14. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

14.1 Provisões

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 é detalhada conforme se segue:

	2014					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências / Regularizações	
Taxa de movimentação de pescado IPTM	9.121.979,14	31.721,78	(9.153.700,92)		-	-
Taxa de movimentação de pescado APA	1.957.734,96	117.277,55	(950.032,11)	(1.124.980,40)	-	-
Taxa de movimentação de pescado APVC	86.918,04	4.000,57	(90.918,61)		-	-
Taxa de movimentação de pescado APFF	296.413,05	39.883,39	-	(336.296,44)	-	-
Taxa de movimentação de pescado IPTM 2010/2011	37.909,58	-	(37.909,58)		-	-
Edificações IPTM (Nota 26)	489.880,37	6.804,34	(496.684,71)		-	-
Autoridade Tributária - Provisão para ISP	140.110,56	-	-	-	-	140.110,56
Para compromissos assumidos	-	950.000,00	-	-	-	950.000,00
Para compromissos assumidos - IPTM	-	242.304,83	-	-	-	242.304,83
Para processo judicial - Mota Engil	-	729.457,00	-	-	-	729.457,00
Para processo judicial - Mech	-	3.342,61	-	-	-	3.342,61
Para processo judicial - Fingelo	-	490.334,18	-	-	-	490.334,18
	12.130.945,70	2.615.126,25	(10.729.245,93)	(1.461.276,84)	-	2.555.549,18

	2013					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências / Regularizações	
Taxa de movimentação de pescado IPTM	8.658.909,73	463.069,41	-		-	9.121.979,14
Taxa de movimentação de pescado APA	1.770.767,10	162.538,66	-		24.429,20	1.957.734,96
Taxa de movimentação de pescado APVC	71.716,55	15.201,49	-		-	86.918,04
Taxa de movimentação de pescado APFF	250.940,61	45.472,44	-		-	296.413,05
Liquidação adicional - IVA	354.273,41	-	(4.784,87)	(349.488,54)	-	-
Falhas de caixa em Viana do Castelo	171.113,36	-	-	-	(171.113,36)	-
Saque indevido sobre BPI	6.087,40	-	-	-	(6.087,40)	-
Taxa de movimentação de pescado IPTM 2010/2011	37.909,58	-	-		-	37.909,58
Edificações IPTM (Nota 26)	402.419,95	87.460,42	-		-	489.880,37
Autoridade Tributária - Provisão para ISP	140.110,56	-	-	-	-	140.110,56
Roubo do Cofre de Setúbal	12.338,03	-	(12.338,03)		-	-
	11.876.586,28	773.742,42	(17.122,90)	(349.488,54)	(152.771,56)	12.130.945,70

Os aumentos e reversões de provisões, nos montantes globais de 2.615.126,25 Euros e 10.729.245,93 Euros respetivamente, foram registados na rubrica "Provisões (aumentos / reduções).

Tal como indicado na Nota Introdutória, a assinatura de novos contratos de concessão com APA, APFF e APVC originou a extinção de todos os processos em execução fiscal promovidos por aquelas Administrações portuárias e as reversões e utilizações das provisões acima detalhadas. Adicionalmente, e na sequência da extinção dos processos em execução fiscal referentes à taxa de movimentação de pescado promovidos pelo IPTM, foi revertida a totalidade da provisão anteriormente registada.

Provisão para Imposto sobre os Produtos Petrolíferos

Foi constituída em 2012 uma provisão, no montante de 140.110,56 Euros, para fazer face a um provável pagamento de Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Contribuição para a Segurança Rodoviária, relativa a abastecimentos de combustível nos postos de mar da Docapesca. Foi efetuada a reclamação graciosa do processo, tendo sido indeferido o pedido de anulação ao ato de liquidação da dívida aduaneira deduzido na reclamação graciosa apresentada. Foi efetuado o pedido de impugnação judicial do processo, que se encontra em apreciação no Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Lisboa.

Provisão para Processos Judiciais

Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de Fevereiro, diploma que entrou em vigor no dia 4 de Fevereiro, a Docapesca sucedeu ao IPTM nas funções de autoridade portuária e na titularidade de todos os direitos, obrigações e posições jurídicas, pelo que, no que diz respeito aos processos judiciais em curso, em que é parte o IPTM, ficou a Docapesca colocada na mesma posição em que este Instituto se encontrava.

A Docapesca reconhece os seguintes processos, cujas responsabilidades provisionou face a um eventual pagamento futuro:

A - Mota-Engil, S.A. – Processo n.º 873/13.7BELLE, que corre termos no TAF de Loulé, com o valor de 729.457,00 Euros. Trata-se de ação em que a Mota-Engil, S.A. reclama ao IPTM o pagamento do valor referido, com base na suspensão dos trabalhos relativos a um contrato de empreitada de “Construção da Doca de Recreio de Pesca Artesanal de Olhão”.

B – Fingelo, S.A.

Esta empresa, concessionária, no porto de pesca de Olhão, de um espaço onde implantou uma fábrica de gelo tem, desde há vários anos, um litígio, primeiro com a JAPSA (Junta Autónoma dos Portos do Sotavento Algarvio) e IPS (Instituto Portuário do Sul) e, mais tarde, com o IPTM, uma vez que alega que este não cumpriu o referido contrato, pois permitiu que fosse comercializado livremente gelo de outras proveniências, apesar de se ter obrigado a conceder o exclusivo da fabricação, comercialização e fornecimento de gelo, no porto de Olhão. Valor: 490.334,18 Euros.

C - Mech, S.A.

Esta empresa (Sociedade de Consultoria em Arquitetura e Engenharia) reclama um valor não pago relativo à adjudicação de um projeto de execução de obra a realizar no porto da Nazaré. Valor reclamado: 3.342,61 Euros.

Provisão para responsabilidades assumidas

Na sequência da celebração do novo contrato de concessão com a APA, e do acordo referente à dívida do passado, foi constituída uma provisão, no valor de 950.000,00 Euros, relativa à responsabilidade assumida pela Docapesca com a execução futura de uma dragagem no porto de pesca de Aveiro, que se estima realizar em 2015 e 2016.

Tendo em conta que os trabalhadores do IPTM integrados ao abrigo de acordo de cedência prestaram serviço à Docapesca a partir do dia 1 de julho de 2014 e que só a partir de setembro foram as suas remunerações e encargos processados pela Docapesca, foi criada uma provisão no valor de 242.304,83 Euros para fazer face à eventual necessidade de vir a efetuar o pagamento do valor correspondente aos meses de julho e agosto.

15. Subsídios do Governo

Subsídios ao investimento não reembolsáveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a Empresa beneficiou dos seguintes subsídios:

Subsídio	2014				
	Montante total	Montante recebido	Montante por receber	Rédito do período	Rédito acumulado
Ativos tangíveis e intangíveis	18.591.098,48	1.047.809,40	1.082.127,58	1.076.703,56	15.241.820,26
Ativos tangíveis abatidos				965,35	
	<u>18.591.098,48</u>	<u>1.047.809,40</u>	<u>1.082.127,58</u>	<u>1.077.668,91</u>	<u>15.241.820,26</u>

O subsídio recebido em 2014, no montante de 1.047.809,40 Euros, corresponde, principalmente, aos projetos HACCP Matosinhos (220.387,51 Euros), HACCP Póvoa de Varzim (215.252,13 Euros), Lota de Quarteira (214.608,64 Euros), HACCP Setúbal (129.181,56), HACCP Viana do Castelo (90.890,39 Euros), HACCP Peniche (80.812,94 Euros), Vila do Conde e Vila Praia de Âncora (43.852,22) e HACCP Nazaré (21.011,09 Euros).

O montante de subsídios recebidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é inferior ao apresentado na Demonstração de Fluxos de caixa em 133.200,62 Euros, que corresponde a subsídios indevidamente processados pelo IFAP, que serão devolvidos antes do fecho do programa PROMAR, tendo sido classificados em "Outras contas a pagar".

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Docapesca procedeu ao registo do acréscimo dos subsídios não reembolsáveis ao investimento recebidos durante o exercício, na respetiva conta de capital próprio e estimou o montante dos subsídios não reembolsáveis ao investimento que espera vir a receber em 2015, com elevado grau de certeza, referente a projetos de investimento já contratualizados com o IFAP e que se encontram realizados material e financeiramente à data de 31 de dezembro de 2014, no montante de 1.082.127,58 Euros

Os subsídios a receber discriminam-se como segue:

Projeto	Estado	Realizado até 31.Dez.2014	Taxa	Compart. sobre o valor realizado	Im posto diferido
Online - Peniche	Pedido Apresentado	31.577,72	75,00%	23.683,29	5.328,74
Pavimentação - Sardinha	Pedido a Apresentar (3)	29.016,98	75,00%	21.761,99	4.896,45
HACCP - Peniche	Pedido Apresentado	183.818,14	75,00%	137.863,61	31.019,31
HACCP - Peniche	Pedido a Apresentar (1)	126.789,33	75,00%	95.092,00	21.395,70
HACCP - Figueira da Foz	Pedido Apresentado	93.034,20	75,00%	69.775,65	15.699,52
HACCP - Figueira da Foz	Pedido a Apresentar (1)	49.301,56	75,00%	36.976,17	8.319,64
HACCP - Póvoa de Varzim	Pedido a Apresentar (2)	36.145,34	75,00%	27.109,01	6.099,53
HACCP - Setúbal	Pedido a Apresentar (2)	40.163,43	50,00%	20.081,72	4.518,39
HACCP - Viana do Castelo	Pedido a Apresentar (4)	36.326,00	75,00%	27.244,50	6.130,01
Vila do Conde e V. P. Âncora	Pedido a Apresentar (2)	16.088,36	75,00%	12.066,27	2.714,91
Cobertura e Exteriores - Peniche	Pedido a Apresentar (5)	414.623,81	75,00%	310.967,86	69.967,77
Exteriores - Figueira da Foz	Pedido Apresentado	166.434,20	75,00%	124.825,65	28.085,77
HACCP - Nazaré	Pedido a Apresentar (5)	104.960,64	75,00%	78.720,48	17.712,11
Equip. Frigorífico - Viana e Póvoa	Pedido a Apresentar (2)	13.827,66	75,00%	10.370,75	2.333,42
Água Salgada - Portimão	Pedido Apresentado	90.768,53	45,00%	40.845,84	9.190,31
Água Salgada - Portimão	Pedido a Apresentar (1)	99.428,42	45,00%	44.742,79	10.067,13
Total		1.532.303,32		1.082.127,58	243.478,71

- (1) - aguarda pagamento do pedido de pagamento anterior
 (2) - aguarda mais despesa
 (3) - aguarda reprogramação do projeto
 (4) - aguarda desbloqueio do Portal relativamente ao subsídio pago a mais
 (5) - pedido de pagamento em preparação

Todos os projetos de investimento considerados foram objeto de contratação específica com o IFAP, I.P. (Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas) e, genericamente, já foram apresentados os pedidos de pagamento (Venda *online* Peniche, HACCP Peniche, HACCP Figueira da Foz, Exteriores – Figueira da Foz e Água salgada Portimão) ou aguardam pedido de pagamento, por não perfazerem ainda o limite mínimo para apresentação (HACCP Póvoa de Varzim, HACCP Setúbal, Vila do Conde e Vila Praia de âncora e Equipamento Frigorífico – Viana e Póvoa).

Assim, verifica-se, em todos os casos, um elevado grau de certeza no recebimento dos subsídios contratados.

O ganho do período relativamente ao reconhecimento de subsídios, no montante de 1.077.668,91 Euros, foi registado na demonstração dos resultados na rubrica Outros rendimentos e ganhos (Nota 25).

Em 31 de dezembro de 2014, a Docapesca reconheceu impostos diferidos relativos aos subsídios recebidos e a receber, no montante de 1.542.006,20 Euros, considerando uma taxa de imposto sobre o rendimento de 21% e derrama de 1,5% (nota 17).

2014					
Subsídio	Montante total (1)	Ganho acumulado (2)	Montante líquido (3) = (1) - (2)	Outras variações Capital Próprio (4)	Passivo por impostos diferidos (5) = (3) + (4)
Subsídios relacionados com ativos:					
Ativos tangíveis e intangíveis	21.018.477,58	14.165.116,60	6.853.360,98	5.311.354,68	(1.542.006,30)

2013					
Subsídio	Montante total (1)	Ganho acumulado (2)	Montante líquido (3) = (1) - (2)	Outras variações Capital Próprio (4)	Passivo por impostos diferidos (5) = (3) + (4)
Subsídios relacionados com ativos:					
Ativos tangíveis e intangíveis	19.626.164,24	13.188.941,08	6.437.223,16	(4.860.103,49)	(1.577.119,67)

Subsídios à exploração

Para além dos subsídios ao investimento, a Docapesca registou também, durante o exercício de 2014, recebimentos de subsídios relacionados com projetos afetos à sua atividade comercial. Foi recebido o montante total de 72.350,68 Euros (registado nas contas de "Subsídios à Exploração"), relativos aos projetos: "Produção de 13 programas de difusão dos produtos da pesca" (11.578,13 Euros) e "Participação na Feira SISAB 2014" (60.772,55 Euros).

16. Acontecimentos após a data do balanço

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 9 de março de 2015. Contudo, estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor.

17. Imposto sobre o rendimento e impostos diferidos

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2011 a 2014 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

O gasto com impostos sobre o rendimento, em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, é detalhado conforme se segue:

Gastos com Impostos sobre o Rendimento

	2014	2013
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período - IRC	-	81.728,17
Ajustamentos ao IRC de períodos anteriores	1.042,99	503,70
Ajustamentos à Derrama Municipal de períodos anteriores	-	120,89
Ajustamentos à Derrama Estadual de períodos anteriores	-	241,78
Ajustamentos à Tributação Autónoma de períodos anteriores	-	5.268,65
Imposto s/ o rendimento Exercício - Derrama Municipal	-	16.772,07
Imposto s/ o rendimento Exercício - Tributação Autónoma	40.250,05	13.228,69
	<u>41.293,04</u>	<u>117.863,95</u>
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos relacionados com a origem/reversão de diferenças temporárias	74.753,54	(1.577.129,84)
	<u>74.753,54</u>	<u>(1.577.129,84)</u>
Gasto com impostos sobre o rendimento	<u>116.046,58</u>	<u>(1.459.265,89)</u>

	2014	2013 Reexpresso
Resultado líquido do período	9.331.895,89	2.932.395,96
Variações patrimoniais (positivas e negativas)	(91.100,90)	(91.100,90)
Diferenças permanentes	(9.755.281,86)	(1.370.706,94)
Diferenças temporárias	175.279,97	(352.450,39)
Lucro tributável	(339.206,90)	1.118.137,73
Prejuízos fiscais reportados	-	(28.428,86)
Matéria Coletável	(339.206,90)	1.089.708,87
IRC a pagar antes de crédito fiscal ao investimento	-	(272.427,22)
Crédito fiscal ao investimento	-	190.699,05
IRC - Coleta	-	(81.728,17)
Derrama Municipal	-	(16.772,07)
Tributação Autónoma	40.250,05	(13.228,69)
IRC a pagar	<u>40.250,05</u>	<u>(111.728,93)</u>

Na declaração Modelo 22 relativa ao exercício de 2013, entregue em maio de 2014, a Docapesca incluiu prejuízos fiscais dedutíveis no montante de 28.428,86 Euros.

A Autoridade Tributária corrigiu esse montante para 14.522,29 Euros. A redução de 13.906,57 Euros corresponde a uma alteração decorrente de uma declaração de substituição relativa ao exercício de 2005, cujo efeito nos prejuízos fiscais reportáveis não foi tido em conta pela Empresa.

Em consequência desse facto, houve lugar a uma correção do lucro tributável em 13.906,57 Euros, com o correspondente aumento do imposto a pagar de 3.476,64 Euros, dos quais 70% foram

cobertos pela utilização adicional do Crédito fiscal ao investimento. A parte restante resultou na contabilização adicional de 1.042,99 Euros de IRC.

Handwritten signature

Crédito fiscal ao investimento

Em 2013, aplicou-se a Lei n.º 49/2013, de 16 de julho, referente ao crédito fiscal extraordinário ao investimento.

Dado o valor do investimento realizado nos meses de junho a dezembro de 2013 (1.481.463,72 Euros), e a elegibilidade, para dedução à coleta de IRC, de 20% desse montante, foi apurado o valor total de dedução à coleta de IRC de 296.292,74 Euros.

Do montante apurado foi utilizado, em 2013, para dedução à coleta líquida, o máximo admissível (70% da coleta líquida), no valor de 190.699,05 Euros. Com a substituição da declaração Modelo 22, foi utilizado o montante adicional de 2.433,65 Euros.

Em 31 de dezembro de 2014, por terem sido apurados prejuízos fiscais, remanesce por utilizar o montante de 103.160,04 Euros.

Impostos diferidos

	2014	2013
Prejuízos fiscais reportáveis	-	-
Diferenças derivadas de perdas por imparidade:		
Inventários	16.268,06	20.612,42
Clientes e outras contas a receber	211.627,80	66.677,87
	<u>227.895,86</u>	<u>87.290,29</u>

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 foi como se segue:

Handwritten signature

	2014		2013 Reexpresso	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	1.350.808,68	1.579.646,77	-	1.947.326,26
Subsídios reconhecidos no ano				
A receber		243.478,71		155.851,94
Recebido		130.905,09		72.873,32
Efeito fiscal da imputação a resultados dos subsídios recebidos (inclui o efeito de abates de ativos subsidiados)		(409.497,27)		(590.333,48)
Desconto financeiro de contas a pagar não correntes		-		(4.449,89)
Reservas de reavaliação		(1.758,09)		(1.621,38)
Provisão para Processos Judiciais	275.205,11			
Plano de Benefícios de Reforma				
Constituição			1.429.720,84	
Utilização	(121.544,13)		(308.894,05)	
Acordos de Concessão				
APA	(157.360,69)		157.360,69	
APFF	(72.621,20)		72.621,20	
	(76.320,91)	(36.871,56)	1.350.808,68	(367.679,49)
Saldo final	1.274.487,77	1.542.775,21	1.350.808,68	1.579.646,77

O detalhe final dos saldos de impostos diferidos ativos e passivos é o seguinte:

	2014	2013 Reexpresso
Ativos por impostos diferidos	1.274.487,77	1.350.808,68
Plano de Pensões	999.282,66	1.120.826,79
Concessão - APA	-	157.360,69
Concessão - APFF	-	72.621,20
Processos Judiciais	275.205,11	-
Passivos por impostos diferidos	1.542.775,21	1.579.646,77
Subsídios ao investimento (nota 15)	1.542.006,20	1.577.119,67
Desconto dívida do IPTM	-	-
Reavaliações	769,01	2.527,10

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 a Docapesca registou Ativos por Impostos Diferidos no montante de 1.274.487,77 Euros.

Nos termos da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, o período de reporte dos prejuízos fiscais foi alargado para doze anos, tendo a Empresa decidido registar os Ativos por impostos diferidos relativos ao pagamento futuro dos complementos de pensões decididos ao abrigo do plano de benefícios em vigor na empresa (ver nota 19). O período de 12 anos corresponde essencialmente ao período de reversão das diferenças temporárias tributáveis que geraram os passivos por impostos diferidos.

As restantes diferenças temporárias dedutíveis (essencialmente provisões) e o crédito fiscal CFEI não foram utilizados para gerar ativos por impostos diferidos atendendo à incerteza na obtenção de lucros tributáveis futuros que permitam a sua recuperação.

Processos em execução fiscal

- **Liquidação adicional de IVA**

Foi requerida a suspensão da execução fiscal relacionada com a liquidação adicional de IVA efetuada pela Direção-Geral de Impostos em 2002. Esta liquidação foi reclamada, tendo sido apresentada uma garantia bancária à Entidade acima referida, no montante de 591.279,43 Euros, destinada à suspensão da execução fiscal. Este processo encontra-se pendente no Tribunal Central Administrativo. A provisão constituída para o eventual pagamento deste montante foi reduzida para 354.273,41 Euros (Nota 14), na sequência do perdão de juros comunicado pela Direção-Geral de Contribuições e Impostos, estando pendente a resolução final, quer quanto à matéria, quer relativamente ao valor da própria dívida, caso se conclua devida.

Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 151-A/2013, de 31 de outubro, e com o objetivo de beneficiar do regime de perdão fiscal proporcionado, a Docapesca decidiu pelo pagamento do montante em dívida, tendo para o efeito utilizado a provisão constituída. Registou-se um ganho de 4.784,87 Euros na conta própria de reversões, devido ao perdão das custas do processo, que se encontravam igualmente provisionadas. A Garantia Bancária foi cancelada.

A Empresa não abdicou, no entanto, da reclamação apresentada.

- **Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (IPTM)**

Foram reclamadas pelo IPTM, em 2008, cinco dívidas pelos montantes de 919.445,05, 499.557,06, 593.848,17, 119.004,97 e 1.820.925,44 Euros, acrescidas de juros de mora e custas, em processos de execução fiscal junto do 6.º Serviço de Finanças de Lisboa.

Todos estes processos foram objeto de arguição de nulidade do título executivo e de citação, inconstitucionalidade de taxa que originou a dívida exequenda e de todo o processo tributário, tendo sido igualmente deduzida oposição à execução fiscal, em 5 de setembro de 2008.

Foi reclamada pelo IPTM, em 16 de dezembro de 2009, uma nova dívida pelo montante de 2.770.933,97 Euros, acrescida de juros de mora e custas, em processo de execução fiscal junto do Serviço de Finanças de Lisboa 7. A Docapesca deduziu oposição à execução fiscal em 1 de fevereiro de 2010.

Este Instituto foi extinto pelo Decreto-Lei n.º 7/2012, de 17 de janeiro.

Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 16/2014 de 3 de fevereiro, foram extintos todos os processos em execução fiscal promovidos pelo IPTM, por confusão entre o devedor e o credor, tendo sido revertidas as provisões entretanto constituídas.



- **Administração do Porto de Aveiro**

Entre maio de 2008 e maio de 2013, foram reclamadas pela APA, dívidas a título de taxas de movimentação de pescado, no montante de 2.746.646,33 Euros, acrescidas de juros de mora e custas, em processos de execução fiscal junto dos Serviços de Finanças de Lisboa 6 e 7.

No segundo semestre de 2013, foram iniciadas negociações com a APA, tendentes à celebração de contrato de concessão, à resolução do contencioso existente quanto às taxas de movimentação de pescado e à consequente resolução dos processos de execução fiscal existentes.

Em 2014, na sequência da assinatura de novo contrato de concessão, foram cancelados todos os processos em execução fiscal e anuladas todas as provisões constituídas, com exceção das que foram utilizadas na sequência do acordo celebrado com a APA a respeito da dívida do passado.

O acordo, alcançado através de consensualização extrajudicial, fixou a dívida em 2.137.867,87 Euros, a regularizar com o pagamento pela Docapesca de 563.980,40 Euros em 2014 (já efetuado) e de três prestações de 187.000,00 nos anos de 2015 a 2017. A título de contrapartida do valor remanescente, fica a Docapesca obrigada a proceder à dragagem da área concessionada no porto de pesca costeira de Aveiro.

- **Administração do Porto da Figueira da Foz**

Em 2013 foram reclamadas pela APFF dívidas a título de taxas de movimentação de pescado no período de janeiro de 2009 a novembro de 2012, pelo montante de 386.581,64 Euros, acrescidos de juros de mora e custas em processos de execução fiscal junto do Serviço de Finanças de Lisboa 7

No segundo semestre de 2013, foram iniciadas negociações com a APFF, tendentes à celebração de contrato de concessão, à resolução do contencioso existente quanto às taxas de movimentação de pescado e à consequente resolução dos processos de execução fiscal existentes.

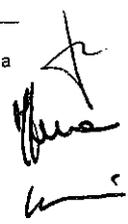
Em 2014, e na sequência da assinatura de novo contrato de concessão, foram extintos todos os processos em execução fiscal e utilizadas/revertidas todas as provisões constituídas.

- **Autoridade Tributária e Aduaneira**

Foi apresentada uma reclamação graciosa do ato de liquidação de dívida aduaneira, no montante de 138.854,75 Euros, acrescido de custas processuais. Esta reclamação respeita ao processo interposto por aquela autoridade à Docapesca, processo esse que aponta três irregularidades nos procedimentos de venda de combustível e que resultou de uma ação inspetiva levada a cabo pela Divisão Operacional do Sul da Direção de Serviços Antifraude Aduaneira. As três irregularidades são: incorreto registo contabilístico das existências (combustíveis), não cumprimento dos pressupostos de venda de gasóleo colorido e marcado e diferença nas quantidades entre o faturado e o registado nos terminais POS/TPA. Na sequência da reclamação, foi indeferido o pedido de anulação ao ato de liquidação da dívida aduaneira deduzido na reclamação graciosa apresentada. Foi efetuado o pedido



de impugnação judicial do processo, que se encontra em apreciação no Tribunal Tributário de 1.^a Instância de Lisboa.



18. Ativos e passivos financeiros

Clientes e outras contas a receber

A antiguidade do saldo da rubrica “Clientes”, em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, é detalhada conforme segue:

	2014			2013		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Não vencido	1.161.934,59	(5.444,94)	1.156.489,65	344.172,83	-	344.172,83
Vencido:						
0-90 dias	1.475.349,88	(5.652,82)	1.469.697,06	602.740,77	-	602.740,77
90-180 dias	266.005,33	-	266.005,33	132.311,21	-	132.311,21
180-360 dias	169.481,45	(143.421,95)	26.059,50	79.717,72	(9.763,20)	69.954,52
> 360 dias	4.362.211,76	(4.326.743,17)	35.468,59	4.255.132,03	(4.230.349,63)	24.782,40
	<u>7.434.983,01</u>	<u>(4.481.262,88)</u>	<u>2.953.720,13</u>	<u>5.414.074,56</u>	<u>(4.240.112,83)</u>	<u>1.173.961,73</u>

Por não ter sido ainda integrado na contabilidade da Docapesca o conjunto de faturação em aberto produzida pelo IPTM (através da aplicação informática SIGPOR), verificou-se por parte de vários clientes o pagamento à Docapesca de montantes não faturados pela Docapesca, que aguardam a integração para a compensação dos valores respetivos.

Assim, a rubrica “Clientes” está afetada por um conjunto de créditos, no montante de 154.974,54 Euros, cuja faturação não se encontra ainda registada nas contas da Docapesca devido à não integração dos respetivos saldos das contas a receber do IPTM à data da fusão.

Não foi calculada imparidade relativa a dívidas que, apesar da antiguidade, correspondem a acordos de pagamento celebrados ou a dívidas cobertas por garantias bancárias, a acionar em caso de confirmação de não pagamento por parte dos Clientes.

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, as “Outras contas a receber” da Empresa apresentavam a seguinte composição:



	2014			2013		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Correntes:						
Outros devedores						
Compradores - guias	3.836.329,99	(144.971,97)	3.791.354,02	5.873.338,36	(82.690,75)	5.790.647,61
Devedores duvidosos	2.660.363,57	(2.660.363,57)	-	2.681.243,44	(2.681.243,44)	-
Devedores diversos	628.382,76	-	628.382,76	544.871,62	-	544.871,62
Valores em caixa - Viana do Castelo	-	-	-	171.113,36	(171.113,36)	-
Subsídios ao Investimento a receber (nota 15)	1.082.127,58	-	1.082.127,58	636.130,35	-	636.130,35
Outros	334.180,48	(6.087,40)	328.093,08	66.726,91	(6.087,40)	60.639,51
	8.641.380,38	(2.811.422,94)	5.829.957,44	9.953.424,04	(2.921.134,95)	7.032.289,09
Acréscimos de proveitos						
Outros	159.557,22	-	159.557,22	62.731,32	-	62.731,32
	159.557,22	-	159.557,22	62.731,32	-	62.731,32
	8.800.937,60	(2.811.422,94)	5.989.514,66	10.016.155,36	(2.921.134,95)	7.095.020,41

O montante relativo a "Compradores – guias" está acrescido em 147.473,90 Euros, correspondentes a cheques em carteira à data de 31 de dezembro de 2014 e depositados no dia útil seguinte.

A antiguidade do saldo da rubrica "Compradores - Guias" e "Devedores Duvidosos", em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, é detalhada conforme segue:

	2014			2013		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Não vencido	1.430.305,30	-	1.430.305,30	3.527.582,15	-	3.527.582,15
Vencido:						
0-90 dias	1.962.290,69	-	1.962.290,69	2.104.887,97	-	2.104.887,97
90-180 dias	357.851,00	-	357.851,00	113.733,30	-	113.733,30
180-360 dias	113.441,64	(62.455,10)	50.986,54	73.746,44	(29.302,25)	44.444,19
> 360 dias	2.732.800,43	(2.732.880,43)	(80,00)	2.714.631,94	(2.714.631,94)	-
	6.596.689,06	(2.795.335,53)	3.801.353,53	8.534.581,80	(2.743.934,19)	5.790.647,61

A diferença de 10.000 euros na quantia escriturada líquida fica a dever-se à existência de uma imparidade adicional específica nesse valor relativa a uma dívida de "Devedores duvidosos"

Não foi calculada imparidade relativa a dívidas que, apesar da antiguidade, correspondem a acordos de pagamento celebrados ou a dívidas cobertas por garantias bancárias, a acionar em caso de confirmação de não pagamento por parte dos compradores.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram reconhecidas perdas por imparidade líquidas de reversões (dívidas recebidas ou anuladas) no montante de 302.551,40 Euros (58.125,75 Euros em 2013), as quais se encontram registadas na rubrica de "Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)" conforme quadro seguinte:

	2014		
	Aumentos	Reversões	Saldo
Cientes	272.099,77	(30.949,72)	241.150,05
Outros devedores	62.455,10	(1.053,75)	61.401,35
	<u>334.554,87</u>	<u>(32.003,47)</u>	<u>302.551,40</u>

	2013		
	Aumentos	Reversões	Saldo
Cientes	97.958,19	(45.190,99)	52.767,20
Outros devedores	13.461,05	(8.102,50)	5.358,55
	<u>111.419,24</u>	<u>(53.293,49)</u>	<u>58.125,75</u>



As dívidas de clientes e de compradores de pescado estão parcialmente acauteladas através de garantias prestadas a favor da Docapesca e de Cauções em Numerário. Em 31 de dezembro de 2014, estavam na posse da Docapesca 884 Garantias Bancárias, no valor de 11.309.584,94 Euros e Cauções em Numerário no valor total de 1.437.100,45 Euros.

	2014	2013
Garantias bancárias	11.309.584,94	12.947.112,84
Cauções em numerário	1.437.100,45	1.591.746,17
	<u>12.746.685,39</u>	<u>14.538.859,01</u>

Durante o ano de 2014, foram devolvidas aos bancos emissores 112 garantias bancárias, no valor de 2.357.728,16 Euros e foram acionadas (e cobradas) 4 Garantias Bancárias, no valor de 37.493,99. Foram ainda cobradas as 7 garantias transitadas de 2013, no valor de 116.843,72. No final do exercício não estava por cobrar nenhuma garantia acionada. Em 2014 foram recebidas 43 novas Garantias Bancárias, no valor total de 395.287,98 Euros.

No final do ano de 2012 foi iniciado um procedimento de controlo da validade das Garantias Bancárias prestadas à Docapesca, mediante solicitação escrita dirigida às Instituições Financeiras que as emitiram ou que atualmente as representam, tendo em conta os diversos processos de fusão e aquisição entretanto ocorridos. O procedimento foi concluído em 2014.

Existem também, prestadas por fornecedores, garantias destinadas a dar cobertura, quer a adiantamentos com adjudicações, quer à execução das obras efetuadas, distribuídas do seguinte modo:



	2014	2013
Garantias bancárias	1.180.886,16	888.349,66
Garantias prestadas por soc. garantia mútua	33.466,09	33.466,09
Seguros de caução	7.184,98	15.805,53
Depósitos bancários para retenção garantias	32.355,48	14.770,51
Retenção para reforço de garantia		
Fornecedores correntes	8.597,15	10.100,65
Fornecedores de investimento	202.948,11	75.494,20
	<u>1.465.437,97</u>	<u>1.037.986,64</u>

[Handwritten signature]

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 são detalhados conforme se segue:

	Entidade financiadora	2014			2013		
		Limite	Montante utilizado		Limite	Montante utilizado	
			Corrente	Não corrente		Corrente	Não corrente
Outros empréstimos obtidos:							
Descoberto bancário	BPI	-	-	-	1.100.000,00	-	-
Descoberto bancário	Millenium BCP	1.250.000,00	-	-	400.000,00	-	-
Conta caucionada	Millenium BCP	750.000,00	-	-	-	-	-
Conta caucionada	BES	-	-	-	750.000,00	-	-
Cessão de crédito	CGD	-	-	-	334.970,43	334.970,43	-
		<u>2.000.000,00</u>	-	-	<u>2.584.970,43</u>	<u>334.970,43</u>	-

A dívida no montante de 334.970,43 Euros relativa a cessão de créditos - dívida APL, dizia respeito à regularização das taxas dominais devidas pela ocupação do edifício Vasco da Gama, tendo esta dívida sido transferida para a CGD.

Todos os financiamentos estão expressos em Euros.

Durante o exercício de 2014, o endividamento médio foi de 148.193 Euros, remunerado à taxa média de 1,87 %.

Período	Taxa média anual de financiamento	Encargos financeiros suportados	Comissões sobre as linhas de crédito	Financiamento médio
2005	3,72%	85.410	14.801	2.298.395
2006	4,14%	130.600	6.808	3.156.540
2007	4,99%	269.831	7.059	5.402.702
2008	5,38%	254.023	7.025	4.717.840
2009	3,53%	145.626	11.411	4.129.719
2010	3,00%	118.246	11.429	3.921.391
2011	3,65%	97.409	18.514	2.634.530
2012	4,09%	41.682	34.184	1.018.977
2013	2,66%	15.037	30.386	508.089
2014	1,87%	4.157	19.246	148.193

[Handwritten signature]

A taxa média anual de financiamento apresentada corresponde ao indexante + *spread* + imposto de selo.

Os descobertos bancários e as contas caucionadas estão garantidos por subscrição de livranças em branco com convenção de preenchimento.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro, que estipula que as empresas integradas no Setor Público Empresarial com capital próprio negativo só podem aceder a financiamentos junto das instituições de crédito com prévia autorização da DGTF, a Docapesca não renovou as linhas de crédito existentes em dezembro de 2013, tendo aberto uma consulta para financiamentos de curto prazo, na sequência da qual a DGTF autorizou, em junho de 2014, a contratação de uma conta corrente caucionada de 750 mil Euros e de um descoberto em depósitos á ordem de 1.250 mil Euros, junto do Millennium BCP, com efeitos a partir de 16 de junho de 2014. Os contratos foram celebrados pelo prazo de 365 dias, vencendo-se em 17 de Junho de 2015, com possibilidade de renovação automática por períodos sucessivos de 90 dias, salvo denúncia de qualquer das partes comunicada á outra por escrito com uma antecedência mínima de 15 dias de calendário relativamente ao termo do prazo.

Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 a rubrica de "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

	2014	2013
Fornecedores, conta corrente:		
Não vencido	952.529,13	567.615,67
0-90 dias	724.301,68	26.822,43
90-180 dias	-	-
180-210 dias	-	-
> 210 dias	-	-
	<u>1.676.830,81</u>	<u>594.438,10</u>
Fornecedores, combustíveis (Não vencido)	14.670,92	42.503,75
Fornecedores, fat. em receção e conferência	69.469,97	19.526,60
	<u>1.760.971,70</u>	<u>656.468,45</u>

A conta Fornecedores, combustíveis no montante de 14.670,92 Euros (42.503,75 Euros em 2013) é referente à valorização do *stock* de combustível colocado pela Repsol nos tanques dos postos (explorados pela Docapesca) de abastecimento de combustíveis a navios.

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 a rubrica de "Outras contas a pagar" apresentava a seguinte composição:

	2014	2013
Outras contas a pagar (não corrente):	374.000,00	-
APA - Administração do Porto de Aveiro	374.000,00	-
Outras contas a pagar (corrente):	8.204.408,12	7.567.248,64
Cativações a armadores	1.867.949,88	2.089.925,07
Cauções	1.570.508,42	1.729.594,67
Armadores - marés	774.707,60	761.666,52
Reserva pessoal dos armadores	632.549,36	639.829,73
Armadores - Segurança Social	13.038,10	14.401,25
Fornecedores de Imobilizado	663.584,37	500.305,71
APA - Acordo - 1.ª prestação	187.000,00	-
IFAP - Subsídios processados em excesso	270.635,28	137.434,66
Outros	299.635,00	290.634,90
Acréscimos de gastos		
- Férias a liquidar	1.418.043,06	1.133.447,86
- Água	33.716,69	2.731,04
- Electricidade	95.398,57	101.971,83
- Apoio jurídico	6.000,00	27.730,00
- Assinalamento Marítimo	188.146,00	-
- Exploração de Portos e Lotas	27.854,33	-
- Descontos em Serviços da Lota	11.901,91	-
- Imposto Municipal sobre Imóveis	12.232,90	13.293,29
- Transporte de Pescado	12.373,90	19.796,85
- Diversos	119.132,75	104.485,26
	8.578.408,12	7.567.248,64



Os montantes referentes a reserva pessoal dos armadores e pagamento de marés têm exigibilidade imediata.

A rubrica "Outras contas a pagar" inclui, no passivo não corrente, duas das três prestações de 187.000,00 Euros a entregar à APA na sequência do acordo celebrado. A outra prestação, por ser devida em 2015, está considerada no passivo corrente.

19. Benefícios dos empregados

A Empresa assumiu o compromisso de conceder aos empregados prestações pecuniárias, para os seguintes benefícios:

- Pensões de reforma por velhice ou invalidez;
- Prémio de reforma por velhice ou invalidez;
- Subsídio de morte;
- Pensão de sobrevivência.

O plano de benefícios definidos da Docapesca está dividido em duas partes, havendo um fundo constituído, gerido por uma entidade gestora de fundos de pensões, para a cobertura parcial dos complementos de pensão de reforma por velhice ou invalidez; as restantes responsabilidades estão a cargo da própria Empresa.



Breve descrição do plano de benefício definidos:

Pensões de reforma

Elegibilidade: todos os trabalhadores da Empresa admitidos até 30 de junho de 2001.

Idade normal de reforma: 66 anos para os homens e para as mulheres.

Número de pagamentos: 13 vezes ao ano.

A Docapesca revogou a disposição que atribuía o 14.º mês aos beneficiários dos complementos de pensão, com efeito a partir do ano de 2012. Em 2011, a Empresa suspendeu o pagamento do 14.º mês.

Salário pensionável líquido: último salário mensal recebido no ativo, excluindo as remunerações de carácter variável, líquido de TSU e IRS.

Pensão de reforma por velhice ou invalidez

$$PD = B \times SPL - PSS - PF$$

$$\text{Max PD} = \text{SPB} - \text{PSS}$$

Em que:

- PD = pensão de reforma mensal DOCAPESCA
- SPL = salário pensionável líquido
- PSS = pensão mensal a cargo da Segurança Social
- PF = pensão a cargo do Fundo de Pensões
- SPB = salário pensionável bruto
- B = % benefício em função dos anos de serviço (tabela I)

Antiguidade	% de benefício
>= 30	100%
>= 25 e < 30	90%
>= 20 e < 25	80%
< 20	75%

(Tabela I)

Atualização das pensões: O valor da pensão é recalculado anualmente (para pensões cujo valor na data da reforma é superior a zero), tendo por base a pensão da Segurança Social e o salário líquido que o reformado receberia se estivesse no ativo. Com esta atualização não poderá ser excedido o salário pensionável bruto auferido à data da reforma.

• **Fundo de pensões da Docapesca**

Uma parcela das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência é suportada pelo Fundo de Pensões da Docapesca, tendo por base o atual clausulado do Contrato Constitutivo.

Salário pensionável líquido: último salário mensal recebido no ativo, excluindo as remunerações de carácter variável, líquido de TSU e IRS.

Pensão de reforma por velhice ou invalidez:

$$PF = B \times SPL - PSS$$

$$\text{Max PF} = 100 \text{ Euros}$$

Em que: PF = pensão de reforma mensal a cargo do Fundo
 SPL = Salário pensionável líquido
 PSS = calculada de acordo com o regime em vigor em 1993

Sobre os quais incidiram as contribuições para a Segurança Social.

N = anos de serviço com descontos para a Segurança Social

B = % benefício em função dos anos de serviço (Tabela I)

Número de pagamentos: 13 vezes ao ano.

Prémio de reforma

Os trabalhadores que passem à reforma por velhice ou invalidez ao serviço da Docapesca têm direito a um prémio calculado da seguinte forma:

Número de anos de serviço (N)	Prémio de Velhice	Prémio de Invalidez
N < 20	1 x salário mensal	---
20 ≤ N < 25	2 x salário mensal	1 x salário mensal
25 ≤ N < 30	3 x salário mensal	1 x salário mensal
30 ≤ N < 35	6 x salário mensal	2 x salário mensal
35 < N	6 x salário mensal	3 x salário mensal

Idade normal de reforma: 66 anos para as mulheres e para os homens.

Salário mensal: último salário líquido mensal recebido no ativo, excluindo remunerações de carácter variável (RIM).

Nota: A Docapesca suspendeu os pagamentos referentes aos prémios de reforma atribuíveis em 2011, 2012, 2013 e 2014.

[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

Subsídio por morte

Em caso de morte do trabalhador no ativo, ou na situação de reformado, a Docapesca pagará aos seus herdeiros o seguinte valor:

Morte no ativo	3 x salário mensal
Morte na reforma	3 x complemento mensal

O subsídio será atribuído pela seguinte ordem de prioridades a:

- Cônjuge sobrevivente, não separado judicialmente de pessoas e bens;
- Pessoa que viva com o trabalhador em situação análoga à de cônjuge, nos termos do art. 2020.º do Código Civil;
- Filhos ou equiparados com direito ao Abono de Família.

Salário mensal: último salário líquido mensal recebido no ativo, excluindo remunerações de carácter variável (RIM).

Complemento mensal: último complemento de reforma mensal recebido pelo falecido, pago pela Empresa ou pelo Fundo.

Nota: A Docapesca suspendeu os pagamentos referentes aos subsídios por morte atribuíveis em 2011 e 2012, 2013 e 2014.

Pensões de sobrevivência

Em caso de morte do trabalhador no ativo, a Docapesca pagará uma pensão de sobrevivência aos filhos do trabalhador, nas seguintes condições:

- Filhos menores
- Filhos até atingirem os 20 anos de idade

O valor da pensão de sobrevivência será equivalente ao salário mínimo da Empresa e será distribuído da seguinte forma:

Número de filhos	Benefício
1 filho	35% x salário mínimo da empresa
2 filhos	55% x salário mínimo da empresa
3 ou mais filhos	75% x salário mínimo da empresa

[Handwritten signature]

Número de pagamentos: 12 vezes ao ano.

Atualização das pensões: de acordo com a revisão anual da tabela salarial.

Nota: A Docapesca suspendeu os pagamentos referentes às pensões de sobrevivência atribuíveis em 2011, 2012, 2013 e 2014.

Plano de pensões

A avaliação atuarial mais recente dos ativos do plano e do valor presente da obrigação de benefícios definidos foi efetuada em 31 de dezembro de 2014 pelo BPI Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA. O valor presente da obrigação de benefícios definidos e o custo dos serviços correntes e dos serviços passados relacionados foram mensurados através do método da unidade de crédito projetada.

Os principais pressupostos seguidos na avaliação atuarial atrás referida foram os seguintes:

	2014	2013
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de rendimento do fundo	1,00%	3,00%
Taxa de retorno real dos ativos do fundo	4,90%	2,80%
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%

A taxa de desconto utilizada no estudo atuarial para 2014 foi alterada de 3% para 1%, tendo em consideração o horizonte de 6,6 anos das responsabilidades da Docapesca. Uma vez que não existem (de acordo com *Markit Iboxx Benchmark Indices*) índices para este horizonte, foi efetuada, de forma consistente com o ano anterior, uma extrapolação da taxa de desconto através do método *Smith-Wilson*, recomendado pela EIOPA (*European Insurance and Occupational Pensions Authority*). Esta redução correspondeu a uma perda atuarial de 707.772,00 Euros.

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica "Gastos com o pessoal":

	2014	2013 Reexpresso
Custo dos serviços correntes	15.521,00	44.060,00
Custo de juros	163.688,00	258.531,00
Rendimento esperado do Fundo	(30.396,00)	(43.847,00)
Perdas/(ganhos) actuariais reconhecidos	(3.120,00)	(270.206,00)
Revisão Atuarial	-	(934.033,00)
Cortes do plano /(ganhos)/ perdas reconhecidos	-	-
Total de gastos (Nota 23)	145.693,00	(945.495,00)

O montante da responsabilidade associada aos planos de benefícios definidos em 31 de dezembro de 2014 é detalhado conforme se segue:

	Ativos	Reformados	Total
N.º de colaboradores	442	333	775
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - com fundo	17.088	1.222.220	1.239.308
Justo valor dos ativos do fundo			973.992
Deficit do fundo			265.316
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - sem fundo	1.847.981	2.327.960	4.175.941
Responsabilidade líquida de planos de benefícios definidos			4.441.257

Os movimentos no valor presente da obrigação de benefícios definidos – fora do fundo – nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 são descritos conforme se segue:

	2014	2013 Reexpresso
Saldo inicial - obrigação de benefícios definidos	4.354.123	5.578.601
Custo dos serviços correntes	15.153	43.002
Custo de juros	126.671	205.047
Alterações no plano	-	-
(Ganhos)/perdas actuariais	(603.512)	(1.510.446)
Benefícios previstos	(293.834)	(307.356)
Alteração da taxa de desconto	577.340	345.275
Saldo final - obrigação de benefícios definidos	4.175.941	4.354.123

Os ganhos actuariais correspondem, essencialmente, ao prémio de reforma, pensões de sobrevivência e subsídio por morte, cujo pagamento se encontra suspenso.

Os movimentos no justo valor dos ativos do plano nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 são descritos conforme se segue:

	2014	2013
Saldo inicial - justo valor dos activos do fundo	1.108.975	1.276.910
Retorno real dos activos do fundo	42.911	24.746
Contribuições para o fundo	-	8.462
Benefícios pagos	(177.894)	(201.143)
Saldo final - justo valor dos activos do fundo	973.992	1.108.975

A carteira de ativos do fundo é gerida pelo BPI Pensões e corresponde a uma carteira de títulos aberta, no montante global de 86.054.269 Euros (76.297.256 Euros em 2013), possuindo a Docapesca uma participação na mesma de 1,13 % (1,45% em 2013).

Handwritten signature

As principais categorias de ativos do fundo em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 são detalhados conforme se segue:

	Justo valor	
	2014	2013
Liquidez	165.579	199.616
Obrigações	642.835	709.744
Acções	126.619	177.436
Retorno absoluto	29.220	11.090
Imobiliário	9.740	11.090
	<u>973.992</u>	<u>1.108.975</u>

O retorno real dos ativos do fundo ascendeu em 31 de dezembro de 2014 a 42.911 Euros (24.746 Euros em 2013).

Em janeiro de 2013 a Empresa procedeu ao pagamento de uma contribuição no montante de 8.462 Euros, assegurando a 100 % as responsabilidades com serviços passados a cargo do Fundo no início do ano.

O mínimo de financiamento exigido pelo ISP, calculado de acordo com a Norma n.º 21/96-R., de 5 de dezembro, encontra-se assegurado em 108 %, com referência a 31 de dezembro de 2014, resultando um excesso de financiamento de 73.158,00 Euros.

A informação relativa à contabilização dos benefícios a cargo da Empresa e do fundo de pensões da Empresa, em conformidade com o disposto na IAS 19, é detalhada conforme se segue:

Handwritten signature

Período terminado em	Sem fundo	Com fundo	Sem fundo	Com fundo
	31-12-2014	31-12-2014	31-12-2013 Reexpresso	31-12-2013 Reexpresso
A. Alterações nas responsabilidades				
Responsabilidades no início do período	4.354.123	1.329.655	5.578.601	1.533.904
Custo dos serviços correntes	15.153	368	43.002	1.058
Custo dos juros	126.671	37.017	205.047	53.484
(Ganhos) / perdas atuariais	(603.512)	(65.897)	(1.510.446)	(93.296)
Benefícios previstos	(293.834)	(192.267)	(307.356)	(217.448)
Alterações no plano	-	-	-	-
Alteração da taxa de desconto	577.340	130.432	345.275	51.953
Responsabilidades no final do período	<u>4.175.941</u>	<u>1.239.308</u>	<u>4.354.123</u>	<u>1.329.655</u>
B. Alterações no Fundo				
Valor do fundo no início do período	-	1.108.975	-	1.276.910
Rendimento esperado	-	30.396	-	43.847
Ganho/ (perda) de rendimento	-	12.515	-	(19.101)
Contribuições da empresa	-	-	-	8.462
Benefícios pagos	-	(177.894)	-	(201.143)
Valor do fundo no final do ano	-	<u>973.992</u>	-	<u>1.108.975</u>
C. Valores reconhecidos no balanço				
<i>Valores do Balanço</i>				
Responsabilidades	4.175.941	1.239.308	4.354.123	1.329.655
Fundo	-	973.992	-	1.108.975
Valor líquido das responsabilidades	<u>4.175.941</u>	<u>221.130</u>	<u>4.354.123</u>	<u>220.680</u>

Período terminado em	Sem fundo	Com fundo	Sem fundo	Com fundo
	31-12-2014	31-12-2014	31-12-2013 Reexpresso	31-12-2013 Reexpresso
D. Custo com pensões				
<i>Valores reconhecidos na demonstração de resultados</i>				
Custo dos serviços correntes	15.153	368	43.002	1.058
Custo dos juros	126.671	6.621	205.047	53.484
Rendimento esperado do fundo	-	-	-	(43.847)
Amortização dos (ganhos)/ perdas	-	-	465.540	29.447
Cortes do plano / (ganhos) / perdas reconhecidos	-	-	(360.546)	-
Valor total reconhecido nos resultados	141.824	6.989	353.043	40.142
<i>Rendimento efetivo</i>				
Rendimento do fundo		42.911		24.746
Rendimento de reembolsos		-		-
E. Principais pressupostos				
<i>Na determinação das responsabilidades</i>				
Taxa de desconto	1,00%	1,00%	3,00%	3,00%
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
<i>Na determinação dos custos</i>				
Taxa de desconto	3,00%	3,00%	3,75%	0,00%
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%	2,00%	0,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%	1,00%	0,00%
F. Activos do Fundo				
Ações		13,00%		16,00%
Obrigações Taxa Fixa		45,00%		43,00%
Obrigações Taxa Variável		21,00%		21,00%
Imobiliário		3,00%		1,00%
Retorno Absoluto		1,00%		1,00%
Liquidez		17,00%		18,00%
G. Histórico de (ganhos) / perdas				
Diferença entre o rendimento esperado e efectivo				
a. Em valor		(12.515)		19.101
b. Em percentagem dos ativos	n.a.	1,3%	n.a.	1,7%
Diferença entre as responsabilidades esperadas e efetivas				
a. Em valor	(26.172)	64.535	(1.165.171)	(41.343)
b. Em percentagem das responsabilidades	-0,6%	5,2%	-26,8%	-3,1%
H. Reconciliação balanço				
Activo / (Passivo) no início do período	(4.354.123)	(220.680)	(5.578.601)	(256.994)
Ganhos / (Perdas) reconhecidos		(37.647)	(1.165.692)	
Custo com pensões	(141.824)	(6.989)	(248.049)	(10.695)
Contribuições da empresa	-	-	-	8.462
Benefícios pagos diretamente pela empresa	279.239	-	306.835	-
Activo / (passivo) reconhecido no final do período	(4.175.941)	(265.316)	(4.354.123)	(220.680)

Nota: Foi cumprida a obrigação contida nos artigos 20.º e 25.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro, mediante o envio mensal à CGA do ficheiro contendo a indicação dos montantes dos complementos de pensão abonados pela Docapesca aos seus beneficiários. Esta obrigação foi cumprida através do BPI Pensões.

Nota referente ao PEC 2010 - 2013

O PEC 2010-2013 prevê que os planos existentes que não se configurem como sendo de "contribuição definida" serão fechados à admissão de novos beneficiários. O Plano da Docapesca, não sendo de "contribuição definida", encontra-se fechado a novas admissões desde 30 de junho de 2001.

O PEC 2010-2013 prevê que se proceda à sua adaptação (passagem de "benefício definido" para "contribuição definida") mediante negociação, sem prejuízo do respeito pelos direitos adquiridos. A

Docapesca procedeu a uma reformulação do seu plano de “benefícios definidos” em 2003, tendo reduzido consideravelmente o âmbito dos benefícios mediante a introdução do salário líquido de IRS e TSU em substituição do anterior referencial (salário ilíquido).

Handwritten signature

A constituição de um novo plano de pensões, aberto aos novos colaboradores, não está equacionada.

A Docapesca procedeu à revogação da atribuição do 14.º mês a todos os pensionistas com efeitos a partir de 2012. Esta alteração ao plano correspondeu a um ganho atuarial no ano de 2012 no montante de 360.546 Euros.

A Docapesca procedeu à suspensão do pagamento do prémio de reforma e do subsídio por morte a todos os trabalhadores que se reformaram ou faleceram em 2011, 2012, 2013 e 2014.

Os valores de 2013 foram reexpressos tendo em conta o ganho atuarial decorrente da alteração da idade de reforma (nota 5).

20. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 as rubricas do ativo corrente e do passivo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	2014	2013
Diferimentos ativos		
Combustíveis	14.670,92	42.503,75
Seguros diversos	70.739,91	47.539,28
Manutenção de licenças (Software)	3.762,48	5.051,25
Seguros de acidentes de trabalho	-	-
Renda do Edifício da Sede	20.798,02	20.862,54
Diversos custos diferidos	9.238,25	8.657,29
	<u>119.209,58</u>	<u>124.614,11</u>
Diferimentos passivos		
Débito juros a receber	8.750,26	8.750,26
Ced.Explor. Entrepoto Frigorífico Peniche	11.250,00	11.250,00
Indeminzações a receber	23.608,93	32.903,83
Diversos ganhos	(8,27)	381,67
	<u>43.600,92</u>	<u>53.285,76</u>

21. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

Handwritten signature

	2014		2013	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas				
IRC - Imposto Estimado		-		81728,17
Pagamento especial por conta	12.715,16	-	95.486,32	-
Imposto Estimado Derrama Municipal	-	-	-	-
Pagamento adicional por conta	47.559,00	-	47.559,00	-
Pagamento por conta	459.065,51	-	200.558,97	-
Derrama municipal a pagar	-	-	-	16.772,07
Tributação autónoma a pagar	-	40.250,05	-	13.228,69
Retenção na Fonte - rendimentos capitais e prediais	1.577,09	-	3.872,88	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	125.690,76	-	105.478,99
Imposto sobre o valor acrescentado	-	1.191.463,31	-	1.353.166,15
Contribuições para a Segurança Social	-	252.980,88	-	202.896,15
Outros Impostos	8.464,04	-	-	-
	529.380,80	1.610.385,00	347.477,17	1.773.270,22

Pagamento Especial por Conta:

	2014		
	Valor	Utilizado	Remanescente
Pagamento especial por conta 2012	48.934,00	(261,48)	48.672,52
Pagamento especial por conta 2013	48.928,00	(2.114,20)	95.486,32
Pagamento especial por conta 2014	-	(82.771,16)	12.715,16
	97.862,00	(85.146,84)	12.715,16

Não foi efetuado qualquer Pagamento Especial por Conta em 2014.

Não foi efetuado qualquer Pagamento Adicional por Conta em 2014.

Imposto sobre o valor acrescentado: Inclui o IVA liquidado pelos compradores de pescado em lota que é entregue pela Docapesca ao Estado em substituição dos armadores (Decreto-Lei n.º 122/88, de 20 de abril).

22. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 é detalhada conforme se segue:

	2014			2013
	Atividades tradicionais	Atividades transferidas do IPTM	Total	
Eletricidade	858.599,54	324.439,58	1.183.039,12	1.070.406,06
Limpeza, higiene e conforto	884.666,28	192.679,04	1.077.345,32	919.661,42
Conservação e reparação	872.503,78	446.597,45	1.319.101,23	799.298,63
Vigilância e segurança	537.526,95	287.686,10	825.213,05	537.762,77
Serviços de mão-de-obra externa	512.263,42	-	512.263,42	393.533,10
Água	276.235,46	170.309,36	446.544,82	207.297,02
Trabalhos especializados	380.311,26	221.389,73	601.700,99	351.137,72
Comunicação	140.141,63	7.828,50	147.970,13	250.302,38
Honorários	47.675,14	-	47.675,14	34.351,42
Rendas e alugueres	187.379,91	43.848,59	231.228,50	163.286,60
Serviços postos vendagem	590.725,69	-	590.725,69	439.828,49
Seguros	72.688,98	6.868,38	79.557,36	82.302,91
Outros	595.486,46	59.534,53	655.020,99	553.820,29
	5.956.204,50	1.761.181,26	7.717.385,76	5.802.988,81

Os principais aumentos nas rubricas de Fornecimentos e serviços externos em 2014 referem-se a:

- Incremento das vendas de pescado nas lotas/postos de vendagem entregues a entidades terceiras mediante mandatos de representação, que são remuneradas percentualmente e registadas em FSE sob a rubrica "Serviços de postos de vendagem" (o aumento nesta rubrica foi de 150 mil Euros e corresponde, em média, a 50% do acréscimo de rendimentos registado na Empresa;

- Maior recurso a trabalho temporário para garantir a prestação do serviço público de primeira venda de pescado (o aumento nesta rubrica foi de 120 mil Euros).

Os fornecimentos de energia elétrica e de água contratados pela Empresa, destinam-se em parte ao consumo na prestação de serviços e fabrico de gelo e, na parte restante, ao consumo nas instalações cedidas aos clientes, conforme abaixo:

	2014	2013
Energia elétrica faturada pelos fornecedores	1.915.484,54	1.575.467,57
Fornecimentos e Serviços Externos	1.183.039,12	1.070.406,06
Consumida nas instalações cedidas a terceiros	732.445,42	505.061,51
	2014	2013
Água faturada pelos fornecedores	661.434,84	367.276,50
Fornecimentos e Serviços Externos	446.544,82	207.297,02
Imputada a custo de produção do gelo	54.099,82	60.418,85
Consumida nas instalações cedidas a terceiros	160.790,20	99.560,63

O consumo de energia e água registado nas instalações cedidas a terceiros foi faturado pela Docapesca aos utentes (Nota 25).

23. Gastos com o pessoal

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 é detalhada conforme se segue:

	2014		2013 reexpresso
	Trabalhadores da Docapesca	Novas Competências	
Remunerações dos órgãos sociais (nota 6)	178.567,50	450,10	187.287,26
Remunerações do pessoal	7.401.894,66	572.387,96	8.053.573,60
Benefícios pós-emprego			
Benefícios definidos (Nota 19)	145.693,00	-	(11.462,00)
Revisão atuarial (Nota 5)	-	-	(934.033,00)
Indemnizações	199.394,04	-	-
Encargos sobre remunerações	1.691.620,15	136.083,51	1.839.626,46
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	63.677,94	2.857,04	71.978,30
Gastos de ação social	158.393,12	3.240,76	162.116,20
Gastos com formação	33.897,59	5.180,00	53.054,08
Outros	43.411,10	69,56	39.869,90
	<u>9.916.549,10</u>	<u>720.268,93</u>	<u>9.462.010,80</u>

Em 2013, na sequência do Acórdão do Tribunal Constitucional, foram contabilizados os gastos com o subsídio de férias pago em 2013 e os gastos com o subsídio de férias a pagar em 2014, razão pela qual os gastos com remunerações são inferiores em 2014.

O número médio de trabalhadores ao serviço da Empresa, incluindo os contratados e cedidos por acordo de cedência de interesse público, nos anos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foi de 456 e 455 trabalhadores, respetivamente. Excluindo os trabalhadores transferidos do IPTM em acordo de cedência, o número médio de 2014, na base comparável com o ano anterior, seria de 438.

24. Depreciações

A decomposição da rubrica de "Gastos / Reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 é conforme se segue:

	2014	2013
Ativos fixos tangíveis (Nota 7)	2.828.247,09	3.000.325,62
Ativos Intangíveis (Nota 8)	85.758,63	86.754,27
Propriedades de investimento (Nota 11)	-	4.570,44
	<u>2.914.005,72</u>	<u>3.091.650,33</u>

25. Outros rendimentos e ganhos

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 é conforme se segue:

	2014	2013
Rendimentos suplementares:		
Rendimentos de propriedades de investimento (Nota 11)	1.445,01	5.298,37
Outros rendimentos suplementares (Notas 22)		
- Energia elétrica	295.795,08	153.285,58
- Água	109.082,50	77.393,30
- Cedência de exploração	108.313,54	117.816,76
- Outros	151.980,61	166.695,43
Descontos de pronto pagamento obtidos	295,18	1.208,42
Ganhos em ativos fixos tangíveis	373,77	9.626,79
Ganhos em inventários	181,42	680,52
Subsídios do Governo ao investimento (Nota 15)	1.077.668,91	1.856.693,70
Alienação de ativos não correntes (Nota 11)	96.482,13	-
Outros	18.113,56	17.882,98
	<u>1.859.731,71</u>	<u>2.406.581,85</u>

H/Ana
E.

O montante registado na rubrica de "Outros rendimentos suplementares" está essencialmente relacionado com rendimentos provenientes da revenda de energia elétrica, água potável e salgada, cedência de exploração de atividades e serviços de abastecimento de combustíveis. O gasto com energia elétrica e água potável revendida é deduzido ao seu rendimento (Nota 22).

A rubrica "Cedência de exploração" respeita aos entrepostos frigoríficos de Matosinhos e de Peniche que se encontram cedidos para exploração, desde 2010 e outubro de 2012, respetivamente.

26. Outros gastos e perdas

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 é conforme se segue:

	2014	2013
Impostos e taxas	36.860,24	42.479,75
Cedência de exploração	205.280,15	436.139,92
Concessões de portos de pesca	624.517,03	486.079,52
Perdas em ativos fixos tangíveis	34.363,83	786.382,89
Perdas em inventários	3.680,77	3.496,46
Custas - Processos exec. fiscal	89.997,26	
Outros	110.237,94	96.183,50
	<u>1.104.937,22</u>	<u>1.850.762,04</u>

As rubricas "Gastos com cedências de exploração" e "Concessões dos portos de pesca" incluem, principalmente:

- O cálculo de 50% sobre o valor faturado a título de licenças de ocupação (apenas Janeiro de 2014) dos armazéns nos portos de pesca de Póvoa de Varzim, Nazaré, Peniche, Lagos, Portimão e Olhão sob jurisdição do IPTM, da Figueira da Foz, sob jurisdição da APFF, e do terreno portuário e ocupação do bar da lota no porto de Aveiro, sob jurisdição da APA, no montante total de 115.520,12 Euros (APFF e APA apenas até setembro de 2014, dado que, a partir de 1 de outubro, se aplicam os preços das concessões respetivas);

Maria

- O cálculo de 0,7% sobre o valor do pescado transacionado em lota no porto de pesca de Matosinhos (APDL), e de 0,6% no porto de pesca de Sesimbra (APSS), de 0,5% nos portos de pesca de Setúbal (APSS) e de Sines (APS) e de 0,55% no porto de pesca de Viana do Castelo, no montante de 344.915,80 Euros;
- O cálculo de 30% sobre o valor faturado a título de licenças de ocupação dos armazéns no porto de pesca de Sesimbra (APSS), no montante de 112.639,44 Euros;
- O valor de 61.860,76 Euros (janeiro a setembro) referente à licença de ocupação da lota de Aveiro (APA);
- O valor de 14.046,78 Euros referente à cedência de exploração das fábricas de gelo de Aveiro e Figueira da Foz (APA e APFF respetivamente);
- O valor de 83.562,97 Euros (outubro a dezembro) relativo ao novo contrato de concessão celebrado com a APA;
- O valor de 83.398,82 (outubro a dezembro) Euros relativo ao novo contrato de concessão celebrado com a APFF (dos quais 35.703,56 Euros correspondentes a anos anteriores).
- 50% sobre as licenças de ocupação de Viana do Castelo (a partir de abril de 2014), de acordo com o respetivo contrato de concessão.

27. Instrumentos de capital próprio

Capital realizado: Em 31 de dezembro de 2014 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 1.705.680 ações no valor nominal de 5,00 Euros. O capital social é detido a 100% pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

Excedentes de revalorização: Esta rubrica resulta da reavaliação do ativo corpóreo, efetuada nos termos da legislação aplicável. De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos Acionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos do capital da Empresa ou em outras situações especificadas na legislação.

O movimento da rubrica "Excedentes de revalorização" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 foi conforme se segue:

	2014	2013
	Excedente de revalorização ativos fixos tangíveis	Excedente de revalorização ativos fixos tangíveis
Saldo no início do período	21.313,59	34.988,14
Amortizações e imparidades	(15.295,92)	(15.295,93)
Imposto diferido	1.758,11	1.621,38
Saldo no final do período	7.775,78	21.313,59

Reserva Legal: De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do

capital. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital. A reserva legal ascende a 100.620,52 Euros em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Os Estatutos da Docapesca determinam que, pelo menos, 10% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta atinja o montante exigível.

Por deliberação do acionista único (Estado Português – Direção-Geral do Tesouro e Finanças), na Assembleia Geral de 31 de março de 2014, a totalidade do lucro obtido em 2013 foi destinado à cobertura parcial dos resultados transitados negativos evidenciados nos capitais próprios da Empresa.

Por deliberação do acionista único (Estado Português – Direção-Geral do Tesouro e Finanças), na Assembleia Geral de 8 de abril de 2013, a totalidade do lucro obtido em 2012 foi destinado à cobertura parcial dos resultados transitados negativos evidenciados nos capitais próprios da Empresa.

Outras variações no capital próprio: Esta rubrica, em 31 de dezembro de 2014, corresponde ao valor dos subsídios não reembolsáveis ao investimento (deduzida do efeito de passivos por impostos diferidos) ainda não reconhecidos em resultados (Nota 15)

28. Resultado por ação

O resultado por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 foi determinado conforme se segue:

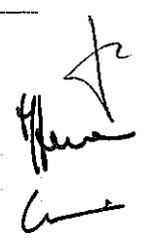
	2014	2013 Reexpresso
Resultados:		
Resultado líquido do período	9.331.895,89	2.932.395,96
Número de ações		
Número médio ponderado de ações em circulação	1.705.680	1.705.680
Resultado por ação básico	5,4711	1,7192

29. Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, como segue:

Nota.28 Garantias prestadas

	2014		2013
Repsol	210.000,00	(a)	210.000,00
Petrogal	15.000,00	(a)	15.000,00
Direcção Geral Pescas e Aquicultura	0,00	(b)	149.925,00
APA	100.000,00	(c)	0,00
APFF	100.000,00	(c)	0,00
Restantes Garantias Prestadas	35.407,21		41.392,21
Total	460.407,21		416.317,21



- a) Duas garantias bancárias, de 50.000 Euros cada, destinadas a cobrir o fornecimento de combustível para os postos de abastecimento dos portos de pesca de Matosinhos e da Póvoa de Varzim, explorados pela Docapesca, em nome da Repsol; duas garantias bancárias, uma de 100.000 Euros e outra de 10.000 Euros, também em nome da Repsol, para igual destino; e uma garantia bancária de 15.000 Euros associada à gestão Galp Frota.
- b) Duas garantias prestadas à Direcção Geral das Pescas e Aquicultura, destinadas a caucionar o recebimento de subsídios ao abrigo do PIDDAC, antes da comprovação dos investimentos, ambas canceladas em 2014, já que os respetivos processos foram concluídos.
- c) Garantias bancárias prestadas no âmbito da assinatura de novos contratos de concessão com a APA e com a APFF.

30. Responsabilidade contingentes

Tipo (1)	Descrição (2)	R&C 2013 (3)	Nota (4)	Quantificável (5)	Probabilidade de ocorrência (6)	Montante (7)	Horizonte temporal (8)	Observações (9)
Garantias	Garantias bancárias prestadas a terceiros	Sim	Nota 28	Sim	Havendo cumprimento, a probabilidade é nula	460.407,21	n. a.	Destinam-se a caucionar fornecimentos (225.000,00), cumprimento de contratos (200.000,00) e diversos (35.407,21)

31. Situação perante a Segurança Social e a Autoridade Tributária e Aduaneira

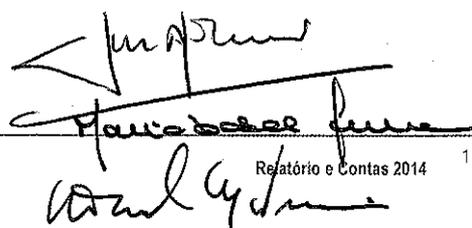
À data de 31 de dezembro de 2014, a Empresa dispunha de uma Declaração da Segurança Social atestando ter a sua situação contributiva regularizada, válida até 20 de fevereiro de 2015, entretanto renovada por documento válido até 29 de maio de 2015.

A Empresa dispunha também, em 31 de dezembro de 2014, de uma Certidão da Autoridade Tributária e Aduaneira declarando que a Docapesca tinha a sua situação tributária regularizada, válida até 8 de janeiro de 2015, entretanto renovada por duas vezes, estando a atual válida até 11 de maio de 2015, não contendo já qualquer referência aos processos em execução fiscal extintos.

O Técnico Oficial de Contas

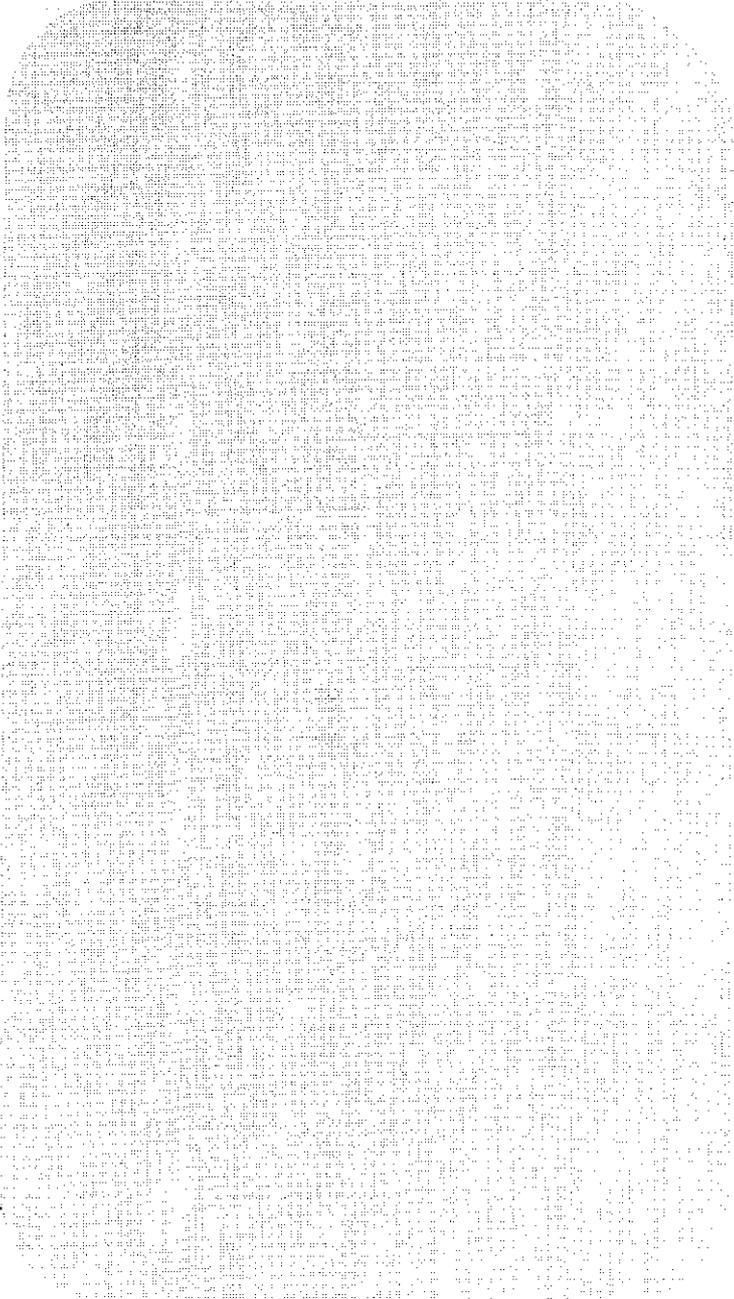
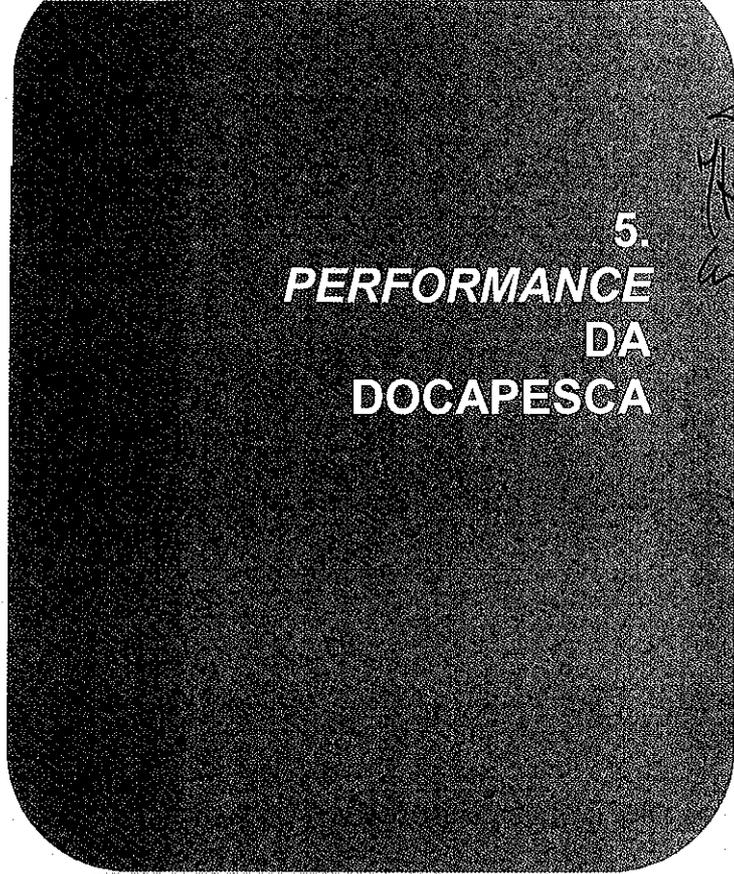


O Conselho de Administração



Handwritten signature or initials in the top right corner.

5.
**PERFORMANCE
DA
DOCAPESCA**



ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A Docapesca apresenta uma estrutura funcional de apoio à receção e venda em lota do pescado descarregado nos portos de pesca do continente, que se caracteriza pela exploração e manutenção de infraestruturas, implantadas em terrenos do domínio público, destinada a garantir o apoio às atividades da pesca. A Docapesca mantém as lotas dimensionadas para garantir a descarga das embarcações, assumindo, por este motivo, custos fixos de exploração. Neste contexto, um aumento das quantidades descarregadas e vendidas, se enquadrado na capacidade instalada, não origina acréscimos de encargos. O contrário, por igual motivo, também não permite poupanças significativas.

Para dar cobertura a estes custos fixos e indispensáveis, ainda que objeto de esforço continuado na sua contenção, a Docapesca cobra taxas pelos serviços prestados, fixadas pelo Governo, em percentual sobre o valor do produto bruto do pescado vendido em lota. A rigidez deste modelo económico de exploração das lotas coloca em evidência o valor do pescado transacionado em lota como fator decisivo para a formação dos resultados de exploração.

Todavia, o valor do pescado transacionado em lota é dependente de fatores exógenos à Empresa, relacionados com condicionantes biológicas, climatéricas e comportamentais por parte da frota de pesca. Dentro da sua esfera de ação, a Docapesca procura fomentar o incremento das quantidades de pescado descarregadas para venda, atendendo aos limites de capturas em vigor, e criar as melhores condições para a sua valorização, através da promoção institucional de espécies de pescado de elevado valor nutricional, mas com reduzido preço formado em lota, assim como promove uma forte concorrência por parte dos compradores em lota.

No exercício de 2014, a atividade das embarcações de pesca reforçou a tendência decrescente que tem vindo a registar desde 2011, caracterizando-se pela realização de descargas para venda em lota inferiores em cerca de 22% às registadas à média do período de 2006 a 2013. A comparação do ano em análise, com o ano transato, revela um decréscimo de 18,7% (menos 21,99 mil toneladas) nas quantidades apresentadas para venda em lota, decréscimo esse que, dado o aumento do preço médio em 20,3%, acabou por se traduzir numa diminuição de apenas 2,0% no valor do pescado transacionado (menos 3,6 milhões de Euros). Os rendimentos por serviços prestados, obtidos pela aplicação das taxas cobradas na primeira venda de pescado em lota e diretamente relacionados com o valor de pescado transacionado, registaram uma diminuição de 142 mil Euros.

Com a publicação e conseqüente entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, a Docapesca assumiu funções de autoridade portuária nos portos de pesca e marinas de recreio sob a anterior jurisdição do IPTM, IP.

Por esse motivo, a Docapesca passou a assegurar a gestão portuária e dominial das áreas anteriormente afetadas ao IPTM, competindo-lhe, nomeadamente, garantir a segurança dos acessos

marítimos às infraestruturas portuárias, o acesso em segurança de pessoas e bens às zonas portuárias e nas pontes-cais de apoio à pesca e transporte fluvial e potenciar a utilização das áreas e espaços existentes na área de jurisdição portuária para os diferentes usos compatíveis com a missão da empresa.

Embora não tendo sido efetuada durante o exercício de 2014 a integração de saldos de clientes e fornecedores do IPTM, dado o processo de fecho e certificação das contas daquele organismo, sob a égide da Direção-geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, ter tido início em janeiro de 2015, a Docapesca assumiu gastos e rendimentos derivados das novas competências assumidas, destacando-se 1.774 mil Euros em fornecimentos e serviços externos, 720 mil Euros em despesas de pessoal e 2.920 mil Euros em rendimentos provenientes de serviços de portos de pesca, náutica de recreio e marítimo-turísticos e gestão dominial.

O resultado antes de impostos para o exercício de 2014, considerando, para uma base comparável com a do ano anterior, as atividades tradicionais da Docapesca, situou-se num valor inferior ao do exercício de 2013 (cerca de 926 mil Euros), refletindo a diminuição de quase 1,45 milhões de Euros em vendas e serviços prestados, fruto da menor atividade pesqueira e da redução da atividade da empresa na revenda de mercadorias e combustíveis que, sendo negócios sujeitos a elevada concorrência, têm margens de comercialização muito reduzidas.

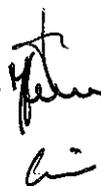
O resultado antes de impostos referente à atividade desenvolvida no âmbito das novas competências transferidas do IPTM atingiu cerca de 8,67 milhões de Euros, refletindo a reversão de provisões que haviam sido criadas, na sequência de processos de execução fiscal instaurados pelo IPTM à Docapesca e que, com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 16/2014 de 3 de fevereiro, por confusão entre o credor e o devedor, se extinguiram.

Em termos de resultados líquidos, as atividades tradicionais da empresa traduziram-se num ano positivo em 2014 (cerca de 0,4 milhões de Euros) embora cerca de 2,5 milhões de Euros abaixo do valor obtido em 2013, ano que acusou o efeito do registo prospetivo de impostos diferidos ativos no montante de 1,5 milhões de Euros, essencialmente sobre provisões para pensões; para o conjunto das atuais atividades da empresa, o resultado líquido atingiu 9,3 milhões de Euros, por efeito da reversão de provisões acima referida.

Ao nível dos Fluxos de Caixa, o ano de 2014 permitiu obter um saldo positivo de 440 mil Euros; embora se tenham mantido os esforços de cobrança sobre as dívidas de clientes e de pagamento aos fornecedores, a diminuição da atividade pesqueira teve aqui também os seus efeitos.

O maior esforço de investimento realizado na modernização das lotas levou à entrada de cerca de 1,05 milhões de Euros provenientes dos subsídios ao investimento não reembolsáveis.

O balanço da Docapesca apresenta, em 31 de dezembro de 2014, capitais próprios positivos no montante de 8,7 milhões de Euros, contra 1,08 milhões de Euros negativos em 2013, dadas as alterações decorrentes a nível da integração do IPTM.



Durante o exercício findo em 2014 concluíram-se os processos de negociação com as Administrações Portuárias de Aveiro, Figueira da Foz e Viana do Castelo, o que contribuiu para a definição de períodos de concessão para todos os bens da Empresa implantados em terrenos do domínio público, estabelecendo contratualmente as condições da sua exploração, e levou também à extinção do diferendo existente quanto às taxas de movimentação de pescado e à consequente reversão das provisões entretanto criadas.

A comparação de contas com o ano anterior aqui feita teve por base a reexpressão dos valores de 2013, decorrente da alteração relativa aos valores do estudo atuarial produzido pelo BPI Pensões e reportado a 31 de dezembro de 2013, que não contemplava nos seus pressupostos a alteração na idade de reforma para os 66 anos a vigorar em 2014 e 2015, ocorrida com a publicação da Portaria n.º 378-G/2013, de 31 de dezembro, bem como o aumento progressivo da mesma, previsto no Decreto-Lei n.º 167-E/2013, de 31 de dezembro; embora o montante do ganho atuarial tivesse sido comunicado em tempo (antes da aprovação das contas de 2013 por parte do Conselho de Administração), não estava suportado pelo respetivo estudo certificado e assinado, o que só foi conseguido em abril de 2014; a alteração efetuada incidiu sobre gastos com pessoal, provisão para pensões e ativos por impostos diferidos.

AUDITORIA INTERNA

O Relatório Anual de Auditoria de 2014 constitui um resumo da execução global do Plano de Auditorias referente a 2014, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em 6 de novembro de 2013 e definiu a orientação conceitual da atuação do Gabinete de Auditoria no período referido.

A concretização do Plano Anual de Auditorias para 2014 foi integral e para a sua elaboração concorreram não só as orientações previstas no Plano Estratégico de Atividades da Docapesca, Portos e Lotas, SA para 2012-2014, como no Plano de Prevenção dos Riscos da Corrupção.

De entre as principais orientações do Conselho de Administração, o Gabinete de Auditoria promoveu um conjunto de visitas com vista à monitorização da atividade das lotas e dos postos de vendagem com gestão direta da Docapesca e com mandato de representação, nas quais inscreveu as auditorias previstas no seu Plano para 2014.

Para além das auditorias previstas e dando cumprimento às orientações emanadas para o Setor Empresarial do Estado, o Gabinete de Auditoria elaborou os relatórios de monitorização do Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção e do Plano para a Igualdade e Não Discriminação:

- Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção – Relatório Anual de Monitorização: apresentado ao Conselho de Administração, em 17/01/2014, e aprovado em 20/01/2014;
- Plano para a Igualdade e não Discriminação – 4.º Relatório Semestral de Monitorização: apresentado ao Conselho de Administração em 15/07/2014.

Durante 2014, o Gabinete de Auditoria foi chamado a colaborar em inúmeros projetos desenvolvidos pela Docapesca, dos quais se destacam:

- Relatório e Contas da Docapesca – 2013;
- Participação na elaboração de regulamentos e normas internas aprovadas;
- Manual de Procedimentos da Docapesca, Portos e Lotas, SA;
- Plano Estratégico da Docapesca 2015/2018;
- Plano de Atividades 2015;
- Documentos vários referentes ao novo enquadramento legal (Decreto-lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro)

Em 2014 manteve-se a metodologia utilizada em 2013, relativamente à apresentação dos relatórios de auditoria. Optou-se por fazer o ponto de situação das auditorias em curso apenas quando se revelou necessário e levar ao conhecimento do Conselho de Administração os problemas identificados e elencados pelos responsáveis das unidades orgânicas no âmbito dos trabalhos, considerando a importância das evidências detetadas, para mitigar riscos e cessar inconformidades.

Do conjunto de estabelecimentos visitados em 2014 e de unidades orgânicas auditadas, num total de 16, produziram-se os seguintes relatórios resultantes dos trabalhos de auditoria:

Handwritten signature/initials

TEMA DA AUDITORIA	APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO AO CA
- Processo de Gestão da Informação – Comunicação interna e institucional	15/12/2014
- Deslocações em Serviço e o seu Pagamento – 2014	11/10/2014
- Documentos de Transporte e Guias de Transferência de Pescado – 2014	11/10/2014
- Verificação dos Saldos de Caixas – Monitorização das Medidas Adotadas – 2014	15/12/2014
- Prestação de Trabalho Suplementar e o seu Pagamento – 2013 e 2014	30/07/2014
- Contratação Pública – 2013	19/12/2014

AUDITORIAS PREVISTAS NO PLANO DE AUDITORIAS PARA 2014

AUDITORIA I	OBJETIVO	MEDIDA(S) IMPLEMENTADA(S)	PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES
PROCESSO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO – COMUNICAÇÃO INTERNA E INSTITUCIONAL	<ul style="list-style-type: none"> – Confirmar que o Conselho de Administração recebe informação relevante, fidedigna e atempada. – Diagnosticar e refletir sobre a conformidade, a eficiência e a eficácia das normas aplicáveis e vigentes sobre a matéria, numa ótica de melhoria contínua do processo de informação, de comunicação e da imagem da empresa. – Diagnosticar eventuais soluções para desenvolver estratégias que possibilitem melhorar a comunicação, quer para dentro, quer para fora da empresa. – Analisar a forma como a Docapesca divulga a sustentabilidade da empresa nos seus domínios económico, social e ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> – O Conselho de Administração deliberou remeter à Direção Comercial e Marketing e à Direção de Exploração para implementação das recomendações. 	<ul style="list-style-type: none"> – Levantamento dos diferentes públicos-alvo quer interna (trabalhadores em lugares-chave como chefes de núcleo ou encarregados de lota), quer externamente (organizações de produtores, associações de pescadores, clientes/compradores, por exemplo). – Analisar e refletir sobre o modelo de comunicação de medidas estruturantes sobre e para a empresa, ou mesmo para os próprios trabalhadores que a integram: tem sido o mais correto ou tem-se optado pela via mais facilitada? – Aos novos trabalhadores deveria ser dado conhecimento do Manual de Procedimentos da empresa. – Incremento do uso do endereço eletrónico, da digitalização de documentos e da utilização do Filedoc. – Adoção de uma imagem única, que reflita a integração das novas competências das áreas portuárias. – Uniformização dos documentos da comunicação interna formal. – Publicitação dos tarifários em vigor, ao abrigo da legislação aplicável. – Atualização permanente das páginas da Internet e do Facebook, designadamente com as novas competências da empresa. – A pasta "Público" deveria ser mais amigável e de fácil consulta por todos os trabalhadores.
RELATÓRIO FINAL: APROVADO PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM 30/12/2014			

AUDITORIA II	OBJETIVO	MEDIDA(S) IMPLEMENTADA(S)	PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES
DESLOCAÇÕES EM SERVIÇO E O SEU PAGAMENTO	– Analisar a regularidade do procedimento de deslocações em serviço, através de uma amostra representativa referente ao segundo semestre de 2013 e primeiro semestre de 2014 e do estudo dos documentos instrutores dos processos, designadamente os processo de autorização e pagamento.	– O Conselho de Administração deliberou no sentido de aprovar as recomendações apresentadas e de se elaborarem os regulamentos necessários.	– Seja uniformizado o Regulamento das Deslocações em Serviço com o Manual de Procedimentos e, se possível, integração de toda a temática num único procedimento transversal à empresa. – Sejam uniformizados e clarificados os procedimentos de atribuição e pagamento das ajudas de custo, principalmente quando há mais do que um trabalhador deslocado e diferentes tipos de pagamentos. – As direções responsáveis pelos controlos devem verificar as distâncias efetivas das deslocações ou, em alternativa, ser criado no Boletim de Deslocação um campo com a distância percorrida. – Deve preencher-se o campo referente à utilização da Via Verde, no boletim de deslocação, sempre que aplicável. – Criação de regras quanto à utilização da Via Verde, quer para as viaturas de uso pessoal, quer para as adstritas aos serviços gerais. – Compatibilização do Regulamento das Deslocações em Serviço, com o modelo 31-A "Pequenas deslocações frequentes". – Obrigatoriedade da assinatura na deslocação prevista, sob pena de a autorização ser inválida. – Criação de um mecanismo que otimize a utilização das viaturas a deslocar em serviço para evitar gastos desnecessários.
RELATÓRIO FINAL: APROVADO PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM 23/10/2014			

Handwritten signature/initials

AUDITORIA III	OBJETIVO	MEDIDA(S) IMPLEMENTADA(S)	PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES
DOCUMENTOS DE TRANSPORTE E GUIAS DE TRANSFERÊNCIA DE PESCADO – 2014	– Monitorizar o funcionamento do sistema implementado em 2013.	– O Conselho de Administração deliberou no sentido de a Direção de Informática executar as recomendações apresentadas e dar conhecimento do relatório às delegações.	– Sejam envidados esforços para que as guias de transferência de pescado dos remetentes de bens que emitem documentos de transporte possam ser emitidas no portal da Docapesca. – O Regulamento da Emissão das Guias de Transporte passe a refletir esta nova realidade, ou seja, a destriça entre as guias de transporte que são, simultaneamente, guias de transferência e há contrato de representação, e as situações em que tal não acontece, porque o remetente dos bens é quem emite o seu próprio documento de transporte e a Docapesca apenas emite guias de transferência. – Seja criado um sistema de alertas em que o utilizador ou subutilizador que emite a guia informe a Direção de Informática de todas as situações anómalas, para que se possa atuar de forma preventiva e corretiva. – Que a monitorização e acompanhamento continuem a efetuar-se.
RELATÓRIO FINAL: APROVADO PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM 16/10/2014			

AUDITORIA IV	OBJETIVO	MEDIDA(S) IMPLEMENTADA(S)	PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES
MONITORIZAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS RELATIVAS À VERIFICAÇÃO DOS SALDOS DE CAIXA	<ul style="list-style-type: none"> - Verificação do cumprimento das determinações da Comunicação de Serviço n.º DF-044/2013, de 30 de abril sobre procedimentos de tesouraria /caixas de lota como: <ul style="list-style-type: none"> o A normalização dos procedimentos ao nível da movimentação e do controlo dos meios monetários nas tesourarias; o O fundo fixo de caixa; o Os documentos de preenchimento de folha de caixa; o A conferência e a verificação bimensal do saldo de caixa. 	<ul style="list-style-type: none"> - O Conselho de Administração deliberou no sentido de a Direção de Informática e de a Direção Financeira executarem as recomendações apresentadas. 	<ul style="list-style-type: none"> - A folha de conferência bimensal passe a ser arquivada na mesma pasta de arquivo das folhas de caixa, no final do separador referente a determinado mês, de modo a se poder rastrear o procedimento. - A Direção de Informática deve corrigir a situação detetada na Lota de Viana do Castelo e bloquear a opção de emissão referida no sistema ICL, aplicando a solução ao nível nacional, em todas as lotas. - Deve verificar-se a viabilidade de formatar a impressora de cheques com o sistema SAP pelas razões acima reportadas. - Que o Gabinete de Auditoria continue a monitorizar esta matéria, aleatoriamente, no decurso das auditorias a realizar em 2015.

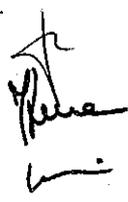
Handwritten signature and initials

RELATÓRIO FINAL: APROVADO PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM 18/12/2014

AUDITORIA V	OBJETIVO	MEDIDA(S) IMPLEMENTADA(S)	PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES
PRESTAÇÃO DE TRABALHO SUPLEMENTAR E O SEU PAGAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> - Analisar o procedimento desde a identificação da necessidade e adequabilidade da fundamentação até ao pagamento do trabalho prestado. - Conformidade da aplicação da legislação e das normas internas em vigor. - Verificar e analisar os níveis de controlo interno instituídos. - Apresentar recomendações para otimizar os recursos humanos e financeiros da Docapesca, Portos e Lotas, SA. 	<ul style="list-style-type: none"> - O Conselho de Administração deliberou no sentido de a Direção de Apoio Jurídico e Recursos Humanos introduzir as alterações necessárias no Manual de Procedimentos e implementar as recomendações apresentadas e que os procedimentos e as recomendações sejam uniformizadas nas delegações. 	<ul style="list-style-type: none"> - Uniformizar a prestação do trabalho suplementar em todas as unidades orgânicas, especialmente, quanto ao registo e ao pagamento do número de horas. - A prestação de trabalho suplementar deve depender de autorização prévia fundamentada, o que permitirá criar mecanismos de controlo interno, designadamente auditorias planeadas. - O registo do trabalho suplementar tem de ser obrigatoriamente visado pelos trabalhadores. - Ponderar a alteração da regra da ratificação da autorização da prestação de trabalho suplementar, das 24 horas úteis seguintes, para um prazo exequível e adequado às práticas e horários de funcionamento da empresa. - Adaptar o modelo de registo de trabalho suplementar, para viabilizar registar mais do que um dia e cumprir, em simultâneo, todos os requisitos regulamentares. - Evitar a ultrapassagem dos limites legais e em caso de força maior para a viabilidade do negócio da empresa, a mesma deve ser previamente autorizada pelo Conselho de Administração. - Evitar que os mesmos trabalhadores prestem trabalho suplementar com carácter regular e permanente, nos mesmos dias da semana e nos mesmos períodos horários. - O pagamento do trabalho suplementar não deve ser utilizado como compensação para retribuir despesas de outra natureza. - Instalar e parametrizar os sistemas automáticos de registo de presenças (relógios de ponto) para que o registo do trabalho suplementar realizado se processe diretamente nestes equipamentos. - Uniformizar a realização de trabalho suplementar em todas as unidades orgânicas.

RELATÓRIO FINAL: APROVADO PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM 31/07/2014

AUDITORIA VI	OBJETIVO	MEDIDA(S) IMPLEMENTADA(S)	PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES
CONTRATAÇÃO PÚBLICA DA DOCAPESCA, PORTOS E LOTAS, SA (MONITORIZAÇÃO)	<ul style="list-style-type: none"> - Analisar a conformidade de procedimentos de contratação pública realizados em 2013, a partir da amostra que o Gabinete de Auditoria selecionou, com base na sua expressividade. - Monitorizar a implementação das recomendações apresentadas no Relatório sobre a Contratação Pública, elaborado e submetido ao Conselho de Administração em dezembro de 2012 por este Gabinete, de forma a possibilitar verificar mudanças significativas efetuadas. - As verificações de conformidade ao nível dos procedimentos serão à luz da legislação, em geral, e das normas internas aplicáveis. 	<ul style="list-style-type: none"> - O Conselho de Administração deliberou dar conhecimento das recomendações do Relatório a todas as unidades orgânicas para melhoria das inconformidades. 	<ul style="list-style-type: none"> - Relativamente aos contratos de prestação de serviços celebrados antes da entrada em vigor do Código dos Contratos Públicos recomenda-se a confirmação de que apenas existem os contratos de prestação de serviços mencionados pela DAJRH, DINF e pela Delegação Centro Sul e que em todos os contratos existentes se efetivou a redução remuneratória de 10% prevista na Lei do Orçamento de Estado. - Prever nas peças do procedimento critérios de desempate, como salvaguarda dos mesmos. - O contrato deve mencionar o ato de aprovação da minuta do contrato. - Ponderar a alteração e simplificação da minuta dos contratos. - Prever cláusulas indemnizatórias. - Cumprir o disposto no Decreto-lei n.º 135/99, de 22 de abril. - Atualizar a contratação da Docapesca, Portos e Lotas, SA na BASEGOV. - Organizar listas de prestadores de serviços especializados por áreas técnicas específicas, de âmbito nacional. - Ponderar o montante a partir do qual é obrigatória a consulta a três prestadores. - Criação de um mecanismo global na empresa que permita controlar os limites previstos na lei para os procedimentos. - Garantir o cumprimento do princípio da unidade da despesa.
RELATÓRIO FINAL: APROVADO PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM 30/12/2014			



RECURSOS HUMANOS

EVOLUÇÃO DOS EFETIVOS

Com a publicação do Decreto-Lei nº 16/2014, de 3 de Fevereiro, sobre a jurisdição do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (IPTM), sobreveio o processo de assimilação de novas competências e, conseqüentemente, a integração de mais 55 trabalhadores, provenientes do IPTM, no quadro de pessoal da Docapesca, em regime de contratação de Acordo de Cedência de Interesse Público.

Na continuidade de uma política de otimização dos recursos humanos que tem vindo a ser implementada, foi possível reduzir o número de trabalhadores com contrato sem termo, durante o ano em análise. O efetivo total da empresa passou de quatrocentos e quarenta e seis (446), em 31/12/2013, para quatrocentos e oitenta e oito (488) trabalhadores, em 31/12/2014 (apesar da adição de mais 55 trabalhadores provenientes do IPTM), dos quais, 56 em regime de contratação de Acordo de Cedência de Interesse Público.

No balanço geral, o movimento acumulado durante 2014 distribui-se da seguinte forma:

QUADRO DE PESSOAL	ANOS		VARIÇÃO	
	2013	2014	NÚMERO	%
N.º TRABALHADORES EM 31/DEZEMBRO	446	488	42	9%
ENTRADAS:				
READMISSÕES	0	0	0	-
ADMISSÕES (COM TERMO)	0	0	0	-
ADMISSÕES (EFETIVOS)	0	13	13	-
REQUISITADOS/ACORDO DE CEDÊNCIA DE INTERESSE PÚBLICO	0	55	55	-
TOTAL ENTRADAS	0	68	68	-
SAÍDAS				
RESCISÕES MÚTUO ACORDO	0	4	4	-
REFORMAS VELHICE	11	6	-5	-45%
REFORMAS INVALIDEZ	2	5	3	150%
REFORMAS VELHICE ANTECIPADA	0	0	0	-
RESCISÕES POR INICIATIVA PRÓPRIA	2	0	-2	-100%
DESPEDIMENTOS JUSTA CAUSA	1	7	6	600%
FALECIMENTOS	5	3	-2	-40%
RESCISÕES CONTRATOS A TERMO	3	1	-2	-67%
TOTAL SAÍDAS	24	26	2	8%

Durante 2014 foi remetido (e autorizado) o pedido ao Ministério das Finanças, destinado à lota de Peniche, para a contratação de 12 trabalhadores, com a categoria de Operadores de Exploração, para o quadro de efetivos da empresa. Contudo, a limitação a que a empresa está sujeita pela Lei do

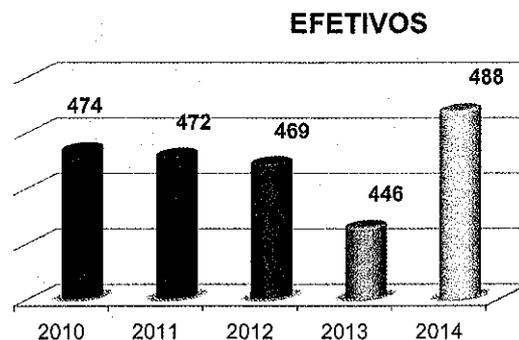
Orçamento de Estado para 2014 não permite a reposição por via de admissão de efetivos, do número de saídas, do seu quadro de pessoal. A diminuição do número de trabalhadores, em 2014, conforme se observa no quadro anterior, resulta, essencialmente, de saídas naturais.

O número de trabalhadores, independentemente do tipo de contrato em vigor, em 31 de dezembro de 2014, totalizava 488, dos quais 11 são contratados a termo, 56 Acordo de Cedência de Interesse Público e 421 são efetivos, apresentado a seguinte disposição por Unidade Orgânica:

Nº DE TRABALHADORES POR UNIDADE ORGÂNICA – 31/dezembro/2012				
SECTORES E DELEGAÇÕES	N.º TRABALHADORES EFETIVOS	N.º TRABALHADORES CONTRATADOS A TERMO	ACORDO DE CEDÊNCIA DE INTERESSE PÚBLICO	
SEDE	Secretariado do Conselho de Administração	1	0	
	Gabinete de Auditoria	2	0	
	Departamento de Estatística	3	0	
	Direção Apoio Jurídico e Recursos Humanos	6	1	
	Direção Comercial & Marketing	4	2	
	Direção de Exploração	9	2	
	Direção de Informática	9	0	
	Direção Financeira	8	2	1
	Direção Infraestruturas e Manutenção	10	0	
	TOTAL SEDE	52	7	1
NORTE	Viana do Castelo	9	0	
	Póvoa de Varzim	11	0	4
MATOSINHOS	Matosinhos	67	0	
CENTRO-NORTE	Aveiro	28	1	
	Figueira da Foz	31	0	
CENTRO	Nazaré	15	0	8
	Peniche	36	2	16
	Cascais	6	0	
CENTRO-SUL	Sesimbra	31	0	
	Setúbal	19	0	
	Sines	11	0	
SUL	Sagres	9	0	3
	Lagos	9	0	2
	Portimão	32	0	2
	Quarteira	14	1	2
	Olhão	25	0	6
	Olhão/Faro	0	0	6
	Tavira/Santa Luzia	9	0	3
	Vila Real de Santo António	6	0	3
	TOTAL DELEGAÇÕES	368	4	55
SUB.TOTAL	420	11	56	
REQUISITADOS À DOCAPESCA	1	0	0	
LICENÇAS SEM VENCIMENTO	0	0	0	
TOTAL	421	11	56	

EVOLUÇÃO DOS EFETIVOS – 2010 / 2014

[Handwritten signature]



Conforme ilustrado, no final de 2014, o número de trabalhadores aumentou em cerca de 9%, quando comparado com o ano anterior e, em cerca de 3%, comparativamente a 2010.

Este aumento é originado, sobretudo, pela integração dos 55 trabalhadores em regime de acordo de cedência de interesse público, no âmbito do Decreto-Lei nº 16/2014, de 3 de fevereiro, mantendo a empresa, uma rigorosa política de gestão e planeamento responsável, que considerou a situação económico-financeira da empresa e, simultaneamente, as orientações da tutela em conjugação com as limitações de admissão de pessoal decorrente da Lei do Orçamento a que está sujeita.

As substituições de ausências de trabalhadoras originadas por baixas médicas, férias e saídas naturais, foram colmatadas com recurso a contratos de aquisição de prestação de serviços de mão-de-obra com empresas de trabalho temporário.

VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Uma vez mais a formação profissional assumiu papel fundamental na valorização dos recursos humanos da empresa, na procura contínua de potenciar a eficácia e eficiência, quer para o desempenho de cargos, execução de tarefas, quer para o desenvolvimento pessoal e atualização de matérias direcionadas para o cumprimento da legislação em vigor. A empresa tem vindo, gradualmente, a investir no capital humano, visando o empenhamento e a valorização socioprofissional, inscrevendo nesta perspetiva os processos de desenvolvimento e crescimento organizacional diretamente associados à otimização do potencial individual e coletivo disponível.

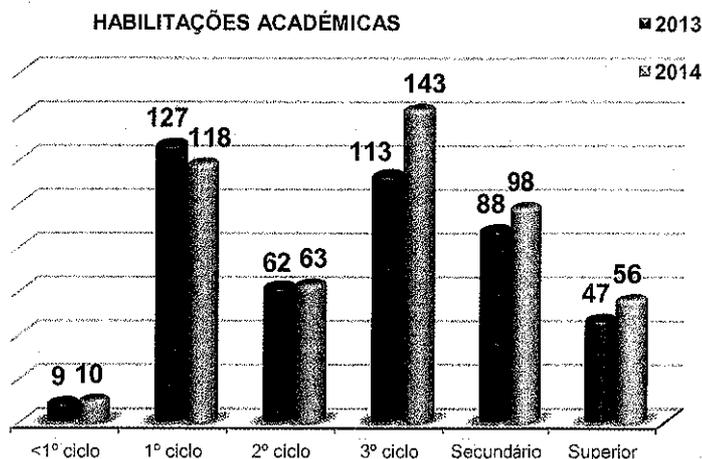
Neste âmbito, em 2014, realizou-se um conjunto de ações de formação que totalizaram 548 participações, num total de 4.347 horas. A atividade crescente que tem sido desenvolvida quer na formação direcionada para trabalhadores da área administrativa, quer para trabalhadores da área de exploração, é a expressão do reconhecimento pela Empresa do papel fundamental que a formação pode ocupar como forma valorizadora dos recursos humanos e do desenvolvimento da organização.

Alcançaram-se, no cômputo das ações de formação realizadas no ano em análise, cerca de 86% dos objetivos anuais propostos. Ministraram-se 81 ações de formação, das quais cerca de **56%** no âmbito

da Higiene e Segurança no Trabalho e Segurança Alimentar, representado **2.498 horas**. O número de trabalhadores que frequentaram ações de formação, no ano em análise, totalizou os 286, dos quais 35 obtiveram mais de 35 horas de formação.

O custo global imputado à realização de ações de formação ascendeu a 40.572,29 Euros, em 2014.

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS



Em conformidade com o gráfico, constata-se que as qualificações dos trabalhadores do efetivo da Empresa, quando comparados com os dados referentes ao ano anterior, registaram uma ligeira melhoria, nomeadamente, as habilitações ao nível dos ensinos Secundário e Superior.

Verifica-se que, no presente, o número de trabalhadores com habilitações iguais ou inferiores ao 1.º Ciclo não sofreu alterações significativas. Todavia, os trabalhadores com qualificações ao nível do 3.º Ciclo aumentaram cerca de 27%, em relação ao ano anterior, representado em 2014 cerca de 29% do quadro de pessoal. O número de trabalhadores com os níveis de ensino Secundário e Superior representavam, no final de 2014, cerca de 32% do total de trabalhadores, contra os 30% do ano transato, verificando-se uma ligeira melhoria.

A qualificação dos trabalhadores tem vindo gradualmente a aumentar devido às saídas por motivo de reforma. Em 2014, cerca de 11% do seu universo tinha escolaridade de nível Superior, enquanto 20% de nível Secundário. O nível de analfabetismo em toda a empresa é praticamente residual, representando apenas 2% dos trabalhadores. É estratégia da empresa dar continuidade à contratação de trabalhadores com habilitações literárias adequadas às funções e tarefas que venham a desempenhar determinando para tal níveis habilitacionais ajustados.



EVOLUÇÃO DOS CUSTOS COM O PESSOAL (TOTAL DA EMPRESA)

ANOS	2013	2014	VARIACÃO (2014/ 2013)	
			VALOR	%
REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	187.287,26	179.017,60	-8.269,66	-4,42%
REMUNERAÇÕES DO PESSOAL	8.053.573,60	7.974.282,62	-79.290,98	-0,98%
TOTAL DE REMUNERAÇÕES	8.240.860,86	8.153.300,22	-87.560,64	-1,06%
PENSÕES E PRÉMIOS PARA PENSÕES	-11.462,00	145.693,00	157.155,00	-1371,10%
ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES	1.839.626,46	1.827.703,66	-11.922,80	-0,65%
SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO	60.747,23	58.171,13	-2.576,10	-4,24%
SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS	11.231,07	8.363,85	-2.867,22	-25,53%
TOTAL DE ENCARGOS OBRIGATÓRIOS	1.900.142,76	2.039.931,64	139.788,88	7,36%
COMPLEMENTO SUBSÍDIO / DOENÇA	15.410,39	21.718,48	6.308,09	40,93%
HIGIENE E SEGURANÇA/MEDICINA DO TRABALHO/ASSIT. MEDICAM.	34.000,61	24.851,84	-9.148,77	-26,91%
COMPLEMENTO SINISTROS	0	15,9	15,90	-
ATIVIDADES DESPORTIVAS E CULTURAIS	15.743,49	17.676,38	1.932,89	12,28%
SEGURO DE SAÚDE	98.383,48	98.956,76	573,28	0,58%
TOTAL – CUSTOS AÇÃO SOCIAL	163.537,97	163.219,36	-318,61	-0,19%
FARDAMENTOS E EQUIPAMENTOS	38.234,23	41.750,43	3.516,20	9,20%
REFEIÇÕES E ALOJAMENTO EM SERVIÇO	213,9	144,75	-69,15	-32,33%
INDEMNIZAÇÕES	0	199.394,04	199.394,04	-
FORMAÇÃO PROFISSIONAL	53.054,08	39.077,59	-13.976,49	-26,34%
TOTAL – OUTROS CUSTOS COM PESSOAL	91.502,21	280.366,81	188.864,60	206,40%
TOTAL	10.396.043,80	10.636.818,03	240.774,23	2,32%

Os gastos com pessoal registaram, em 2014, um aumento de cerca de € 244 mil (cerca de 2,3%), face aos contabilizados no exercício anterior resultante, em particular, da rubrica “Pensões e Prémios para Pensões” e da rubrica “Indemnizações”. Globalmente os custos com o pessoal tendem a aumentar devido, essencialmente, à reversão das reduções remuneratórias e à entrada de pessoal proveniente do ex-IPTM.

OUTROS INDICADORES LABORAIS

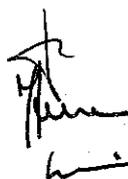
CONTRATAÇÃO

No âmbito das relações laborais, o ano de 2014 representou estabilidade, essencial para se dar continuidade ao crescimento e à consolidação económico-financeira da Empresa, apesar da assunção de novas competências e atividades, decorrentes da transferência das responsabilidades do extinto IPTM.

Decorrente das orientações do Governo para o Sector Empresarial do Estado (SEE) sobre a política salarial e a redução de gastos operacionais, e nos termos Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2014 ao nível das remunerações vigoraram as determinações de redução e proibição de valorizações ou outros acréscimos. Dando cumprimento, ainda, à aplicação da referida Lei, e no seguimento do que é praticado desde 2011, a política e a gestão de ajustamento

de recursos humanos manteve-se condicionada, com uma forte orientação para a redução de custos operacionais, nomeadamente a contratação de pessoal a termo.

Para satisfazer as necessidades transitórias de trabalho, a empresa recorreu no primeiro semestre à celebração de contratos de utilização de trabalho temporário, enquanto, no segundo semestre foi lançado um concurso público de fornecimento de prestação de serviços de mão-de-obra em horas, ao abrigo do cumprimento do código da contratação pública.



ABSENTISMO

A taxa média de absentismo no último triénio cifrou-se em cerca de 4,47%, contabilizando-se no ano em análise em 4,61%. Este indicador tem progressivamente aumentado devido ao aumento do número de baixas prolongadas, por doença e sinistro, ausências esporádicas e, ainda, à média de idades do quadro de pessoal da empresa, cujo escalão etário entre os 55 e os 64 anos de idade representa cerca de 46% do total do quadro de pessoal. A situação merece um especial e permanente acompanhamento.

SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO

Verificou-se um decréscimo bastante considerável do número de acidentes de trabalho ocorridos. Da análise efetuada conclui-se que as atividades desenvolvidas pela Docapesca, Portos e Lotas, SA, não estão associadas a riscos profissionais elevados.

Os riscos de carácter físico, relacionados com condições estruturais, máquinas e equipamentos, e os riscos de carácter ergonómico, decorrentes do levantamento de pesos, ritmo elevado de trabalho, monotonias, repetibilidades das tarefas e posturas inadequadas de trabalho, assumem-se como principais riscos profissionais decorrentes das atividades desenvolvidas na empresa. As causas identificadas para a ocorrência de acidentes de trabalho encontram-se associadas aos riscos de carácter físico e ergonómico, anteriormente mencionadas, sendo as mais expressivas o manuseamento de carga e descargas e as quedas, ao mesmo e a diferente nível.

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA

ESTATÍSTICA DO PESCADO FRESCO TRANSACIONADO NAS LOTAS – ANO 2014

QUADRO I DELEG. POSTOS	ANO 2013			ANO 2014		
	Kg	Euros	€/Kg	Kg	Euros	€/Kg
NORTE	4.210.093	8.255.347	1,96	3.640.350	8.086.877	2,22
VIANA DO CASTELO	1.737.044	2.788.903	1,61	1.546.032	2.976.445	1,93
CAMINHA	60.185	774.886	12,88	75.364	665.352	8,83
ESPOSENDE	56.366	205.965	3,65	56.407	180.208	3,19
V. PRAIA DE ÂNCORA	179.929	390.176	2,17	105.428	320.183	3,04
CASTELO DE NEIVA	152.698	486.855	3,19	223.481	853.983	3,82
APÚLIA/FÃO	23.492	64.606	2,75	22.751	59.218	2,60
PÓVOA DE VARZIM	1.877.151	3.262.075	1,74	1.494.569	2.750.752	1,84
VILA CHÃ	11.714	52.019	4,44	10.583	52.537	4,96
VILA DO CONDE	111.514	229.863	2,06	105.735	228.199	2,16
MATOSINHOS	20.607.535	22.817.575	1,11	11.609.412	19.031.530	1,64
MATOSINHOS	20.467.228	22.467.436	1,10	11.449.156	18.597.396	1,62
ANGEIRAS	52.006	187.612	3,61	75.039	245.886	3,28
AFURADA	4.727	30.913	6,54	2.346	17.314	7,38
ESMORIZ	8.650	6.610	0,76	6.950	11.529	1,66
AGUDA	9.252	60.281	6,52	9.673	64.023	6,62
ESPINHO	58.742	49.162	0,84	63.653	85.826	1,35
VALBOM	6.930	15.560	2,25	2.596	9.557	3,68
CENTRO NORTE	21.046.212	22.425.784	1,07	15.882.257	22.334.508	1,41
AVEIRO	8.227.822	11.138.186	1,35	6.143.021	10.569.386	1,72
VAGUEIRA	35.920	50.978	1,42	68.645	131.037	1,91
TORREIRA	1.219.277	2.198.779	1,80	1.239.189	1.701.710	1,37
MIRA	277.306	222.145	0,80	374.676	637.703	1,70
FURADOURO	0	0	0,00	25.853	49.751	1,92
CAIS DO BICO	0	0	0,00	287.427	291.617	1,01
FIGUEIRA DA FOZ	11.285.888	8.815.697	0,78	7.743.447	8.953.304	1,16
CENTRO	17.338.063	37.183.625	2,14	14.169.404	36.388.435	2,57
NAZARÉ	3.747.732	7.007.359	1,87	3.278.133	7.187.512	2,19
PENICHE	13.203.167	28.612.811	2,17	10.597.499	27.879.086	2,63
FOZ DO ARELHO	52.378	222.578	4,25	142.619	457.444	3,21
CASCAIS	264.246	1.031.513	3,90	92.654	588.233	6,35
ERICEIRA	70.540	309.365	4,39	58.499	276.161	4,72
CENTRO SUL	33.932.429	45.110.326	1,33	29.639.741	45.993.202	1,55
SESIMBRA	20.814.714	22.915.810	1,10	17.678.336	22.164.991	1,25
COSTA DA CAPARICA	1.075.047	3.414.052	3,18	1.507.274	5.021.926	3,33
TRAFARIA	309.079	1.158.254	3,75	320.243	1.448.868	4,52
FONTE DA TELHA	1.018.398	943.394	0,93	565.258	796.857	1,41
SETÚBAL	2.205.123	4.449.729	2,02	1.945.940	4.371.459	2,25
CARRASQUEIRA	104.907	381.719	3,64	106.203	460.039	4,33
SINES	8.242.643	11.202.435	1,36	7.356.880	10.967.274	1,49
V. N. MILFONTES	89.546	319.498	3,57	86.926	360.423	4,15
AZENHA DO MAR	26.649	90.403	3,39	33.423	151.787	4,54
ZAMBUJEIRA	46.322	235.033	5,07	39.260	249.578	6,36
SUL	20.319.964	49.396.022	2,43	20.523.783	49.719.196	2,42
LAGOS	1.328.773	3.029.067	2,28	1.314.312	3.255.699	2,48
SAGRES	976.259	4.201.702	4,30	819.488	4.553.727	5,56
PORTIMÃO	4.781.505	9.709.260	2,03	4.772.895	10.330.565	2,16
ALBUFEIRA	276.824	886.411	3,20	223.887	1.100.652	4,92
OLHÃO	6.594.833	8.063.937	1,22	8.439.498	8.027.689	0,95
FUZETA	161.822	363.195	2,24	355.320	1.281.968	3,61
QUARTEIRA	3.714.415	8.654.331	2,33	2.914.723	8.536.012	2,93
TAVIRA	208.608	895.350	4,29	168.342	831.837	4,94
SANTA LUZIA	846.360	2.751.646	3,25	372.893	1.896.139	5,08
V.R.S. ANTÓNIO	1.430.565	10.841.123	7,58	1.142.425	9.904.909	8,67
TOTAL ANO	117.454.297	185.188.678	1,58	95.464.946	181.553.747	1,90

Em 2014 foram transacionadas 95.465t de pescado fresco nas lotas do continente, menos 21.989t, do que em 2013. O valor total foi de 181.554 mil Euros, menos 3.635 mil Euros, do que em 2013. O correspondente preço médio foi 1,90€/kg, mais 0,33€/kg, do que em 2013.

No Quadro I figuram as quantidades, os valores e os preços médios registados em cada uma das Delegações, respetivamente, Norte, Matosinhos, Centro Norte, Centro, Centro Sul e Sul e, incluídos em cada uma das Delegações atrás referidas, os movimentos das pequenas lotas a elas agregadas.

DELEGAÇÃO NORTE: Venderam-se 3.640t de pescado, no valor total de 8.087mil Euros, a um preço médio de 2,22€/kg. Em relação a 2013, menos 13,5% em volume, menos 2% em valor e uma subida de 13,3% no preço médio. As duas espécies mais transacionadas: polvo-vulgar (968t) e sardinha (446t). Face a 2013, estas espécies registaram quebras de 15,7% e 44%, respetivamente.

DELEGAÇÃO DE MATOSINHOS: Transacionaram-se 11.609t, com 19.032mil Euros, ao preço médio anual 1,64€/kg. Comparando com 2013, menos 43,6% em volume, menos 16,6% em valor e uma variação significativamente positiva de 48% no preço. As duas espécies mais vendidas: sardinha (3.387t) e cavala (2.439t). Face a 2013, estas espécies registaram quebras de 63,9% e 43,7%, respetivamente.

DELEGAÇÃO DE CENTRO NORTE: Transacionaram-se 15.882t e 22.335mil Euros, com o preço médio anual 1,41€/kg. Relativamente a 2013, menos 24,5% em volume, quebra pouco significativa no valor, menos 0,4%, e uma evolução muito favorável no preço médio em 32%. As duas espécies mais vendidas: carapau (3.834t) e sardinha (2.987t). Face a 2013, estas espécies registaram quebras de 7% e 34%, respetivamente.

DELEGAÇÃO CENTRO: 14.169t e 36.388mil Euros. O preço médio anual foi 2,574€/kg. Comparando com os dados do ano transato, a evolução registada foi menos 18,3% no volume e, no valor, menos 2,1%. O preço médio subiu 19,7%. As duas espécies mais transacionadas: carapau (3.903t) e sardinha (2.120t). Relativamente ao ano anterior, o carapau registou uma evolução positiva de 9% e a sardinha uma quebra de 13,4%.

DELEGAÇÃO CENTRO SUL: 29.640t e 45.993mil Euros, com preço médio de 1,55€/kg. Relativamente a 2013, verificou-se uma quebra de 12,7% no volume, o valor e o preço médio registaram evoluções positivas de 2% e 16,7%, respetivamente. As duas espécies mais vendidas: cavala (12.613t) e sardinha (4.604t). Face a 2013, estas espécies registaram quebras de 17,9% e 29,6%, respetivamente.

DELEGAÇÃO SUL: 20.524t e 49.720mil Euros, com preço médio de 2,42€/kg. Comparando com os dados de 2013, registaram-se variações muito ténues, quer em volume mais 1%, quer em valor mais 0,7% e uma quebra de 0,3% no preço médio. As duas espécies mais transacionadas: cavala (7.629t) e polvo-vulgar (2.536t). Relativamente ao ano anterior, a cavala registou uma evolução muito significativa de 64% e o polvo-vulgar registou uma quebra, também muito significativa, de 30,8%.

GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO DO VOLUME (TONELADAS) DO PESCADO POR DELEGAÇÃO – 2013 E 2014

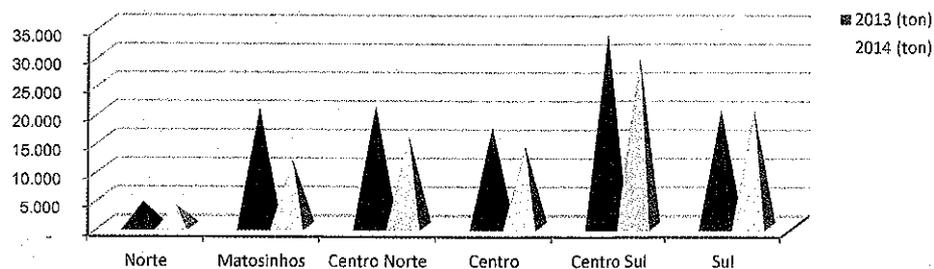


GRÁFICO 2 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR (MIL €) DO PESCADO POR DELEGAÇÃO – 2013 E 2014

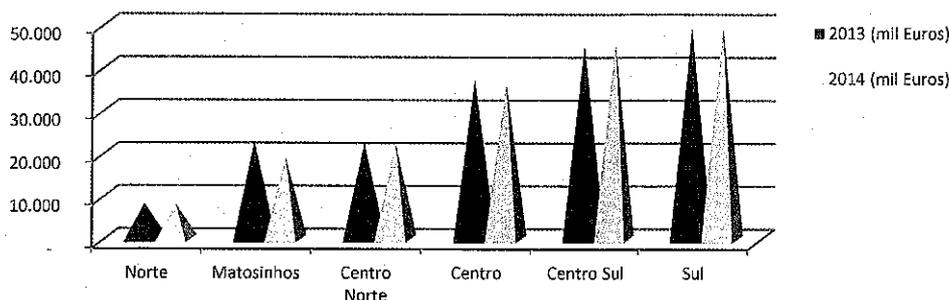
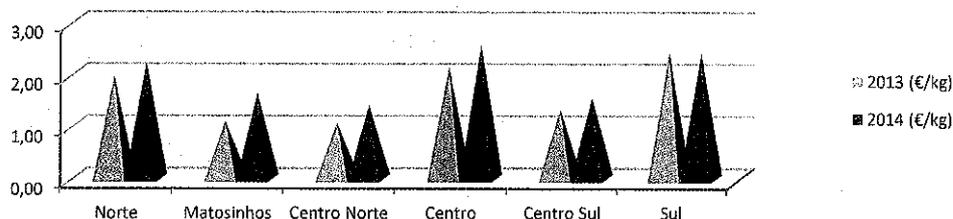


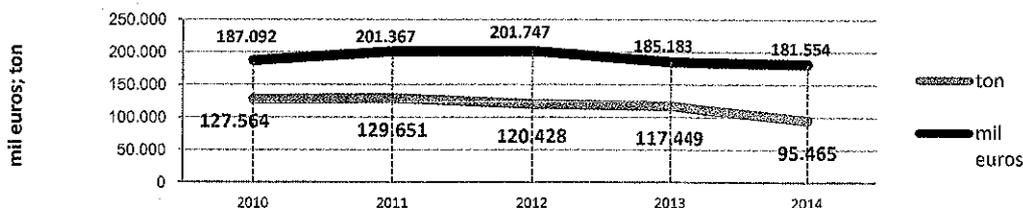
GRÁFICO 3 – PREÇOS MÉDIOS (EUROS/KG) DO PESCADO POR DELEGAÇÃO – 2013 E 2014



O quadro II e o gráfico 4 ilustram a evolução do pescado transacionado no conjunto das lotas, nos últimos cinco anos: entre 2010 e 2014.

QUADRO II	TOTAIS PESCADO			Evolução (%)ano T/ano T-1			
	ton	mil euros	Pr Méd	% (ton)	% (mil €)	% Pr Méd	
2010	127.564	187.092	1,47	9,6%	4,4%	-4,7%	2010/2009
2011	129.651	201.367	1,55	1,6%	7,6%	5,9%	2011/2010
2012	120.428	201.747	1,68	-7,1%	0,2%	7,9%	2012/2011
2013	117.449	185.183	1,58	-2,5%	-8,2%	-5,9%	2013/2012
2014	95.465	181.554	1,90	-18,7%	-2,0%	20,6%	2014/2013
				-25,2%	-3,0%	29,7%	2014/2010

GRÁFICO 4 – TOTAIS PESCADO – EVOLUÇÃO DOS ÚLTIMOS 5 ANOS

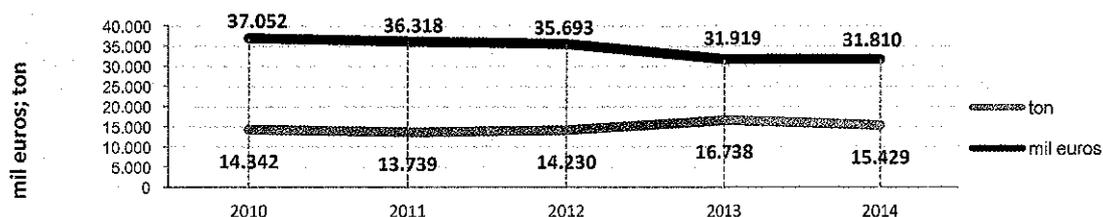


Nos quadros III a V e nos gráficos 5 a 7 figuram os movimentos do pescado transacionado nas lotas, distribuídos pelas artes de pesca Arrasto, Polivalentes e Cerco, nos últimos cinco anos.

Handwritten signature

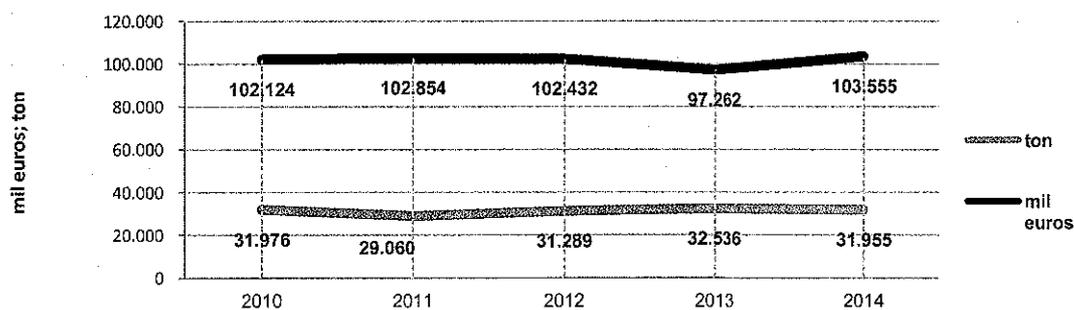
QUADRO III	ARTE: ARRASTO			EVOLUÇÃO (%)ANO T/ANO T-1			
	ton	mil euros	Pr Méd	% (ton)	% (mil €)	% Pr Méd	
2010	14.342	37.052	2,58	-5,0%	0,1%	5,3%	2010/2009
2011	13.739	36.318	2,64	-4,2%	-2,0%	2,3%	2011/2010
2012	14.230	35.693	2,51	3,6%	-1,7%	-5,1%	2012/2011
2013	16.738	31.919	1,91	17,6%	-10,6%	-24,0%	2013/2012
2014	15.429	31.810	2,06	-7,8%	-0,3%	8,1%	2014/2013
				7,6%	-14,1%	-20,2%	2014/2010

GRÁFICO 5 – ARRASTO – EVOLUÇÃO ÚLTIMOS 5 ANOS



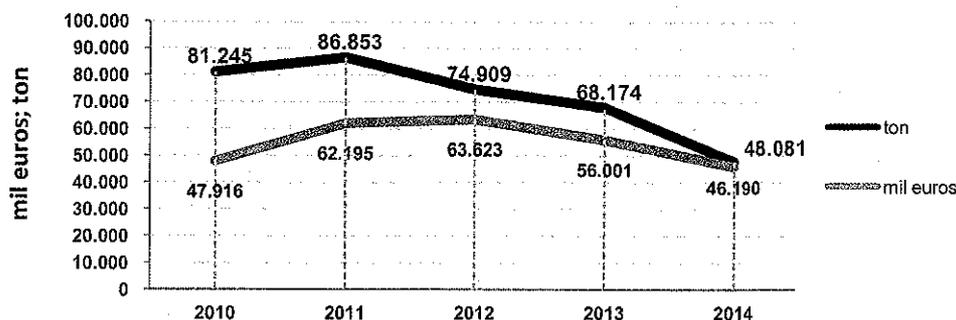
QUADRO IV	ARTE: POLIVALENTES			EVOLUÇÃO (%)ANO T/ANO T-1			
	ton	mil euros	Pr Méd	% (ton)	% (mil €)	% Pr Méd	
2010	31.976	102.124	3,19	4,9%	7,8%	2,7%	2010/2009
2011	29.060	102.854	3,54	-9,1%	0,7%	10,8%	2011/2010
2012	31.289	102.432	3,27	7,7%	-0,4%	-7,5%	2012/2011
2013	32.536	97.262	2,99	4,0%	-5,0%	-8,7%	2013/2012
2014	31.955	103.555	3,24	-1,8%	6,5%	8,4%	2014/2013
				-0,1%	1,4%	1,5%	2014/2010

GRÁFICO 6 – POLIVALENTES – EVOLUÇÃO ÚLTIMOS 5 ANOS



QUADRO V	ARTE: CERCO			EVOLUÇÃO (%)ANO T/ANO T-1			
	ton	mil euros	Pr Méd	% (ton)	% (mil €)	% Pr Méd	
2010	81.245	47.916	0,59	14,7%	0,9%	-12,0%	2010/2009
2011	86.853	62.195	0,72	6,9%	29,8%	21,4%	2011/2010
2012	74.909	63.623	0,85	-13,8%	2,3%	18,6%	2012/2011
2013	68.174	56.001	0,82	-9,0%	-12,0%	-3,3%	2013/2012
2014	48.081	46.190	0,96	-29,5%	-17,5%	16,9%	2014/2013
				-40,8%	-3,6%	62,9%	2014/2010

GRÁFICO 7 – CERCO – EVOLUÇÃO ÚLTIMOS 5 ANOS



A sardinha foi a primeira ou a segunda espécie mais vendida em 2014, situando-se entre as duas espécies mais vendidas na maioria das delegações, à exceção da do Sul, no período em apreço, como atrás ilustrado.

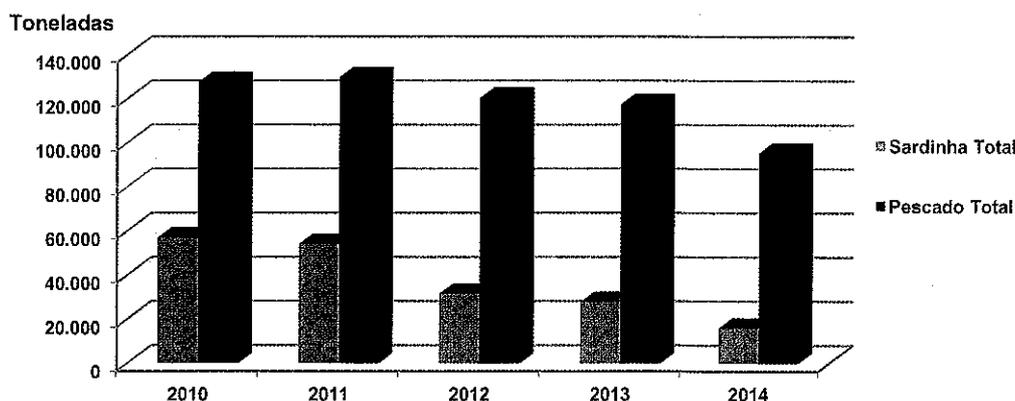
Atendendo, por um lado, que a sardinha foi durante muitos anos, a espécie mais relevante no conjunto de todas as espécies, representando valores próximos dos 50% e, em alguns anos, o seu peso percentual no total atingiu valores percentuais superiores a 50% e, por outro lado, conhecendo as limitações impostas desde 2012 (inseridas no Plano Gestão para 2012-2015), cujo objetivo principal é proteger o estado do stock desta espécie, considera-se relevante apresentar as evoluções registadas nos movimentos da sardinha e nos totais de pescado, de 2010 a 2014, constantes no quadro VI e ilustradas no gráfico 8.

SARDINHA VS PESCADO TOTAL – EVOLUÇÃO ÚLTIMOS 5 ANOS

QUADRO VI

	ANO 2010			ANO 2011			ANO 2012			ANO 2013			ANO 2014		
	TON	MIL EUROS	PR MÉD												
SARDINHA TOTAL	56.980	36.500	0,64	54.074	41.101	0,76	31.529	41.028	1,30	27.819	39.863	1,43	15.942	31.765	1,99
PESCADO TOTAL	127.564	187.092	1,47	129.651	201.367	1,55	120.428	201.747	1,68	117.449	185.183	1,58	95.465	181.554	1,90
% SARDINHA/PESCADO TOTAL	44,7%	19,5%		41,7%	20,4%		26,2%	20,3%		23,7%	21,5%		16,7%	17,5%	

GRÁFICO 8 – SARDINHA VS PESCADO TOTAL - EVOLUÇÃO ÚLTIMOS 5 ANOS



Os quadros VII, VIII IX, referentes, respetivamente, às espécies cavala, sardinha e carapau, contêm dados referentes às evoluções nas quantidades totais, nos valores totais e nos preços médios, distribuídos pelos diferentes tamanhos e graus de frescura de cada uma daquelas espécies, nos anos 2013 e 2014.

Em 2014, as espécies mais vendidas foram, em primeiro lugar, a cavala, em segundo a sardinha e na terceira posição ficou o carapau.

QUADRO VII CAVALA

CAVALA- CLASSIFICADA POR TAMANHOS E GRAUS DE FRESCURA											
		2013			2014			Evolução 2014/2013			
Tam	Fre	kg	euros	PrMéd	kg	euros	PrMéd	Vol %	Val %	PrMéd %	
1	E	21.313	22.704	1,07	5.588	7.792	1,39	-74%	-66%	31%	
1	A	41.904	44.873	1,07	34.837	42.536	1,22	-17%	-5%	14%	
1	B	2.133	4.795	2,25	1.420	1.591	1,12	-33%	-67%	-50%	
2	E	465.153	107.585	0,23	647.390	120.170	0,19	39%	12%	-20%	
2	A	1.890.165	1.332.896	0,71	530.785	410.980	0,77	-72%	-69%	10%	
2	B	31.816	27.767	0,87	66.777	43.876	0,66	110%	58%	-25%	
3	E	71.975	27.176	0,38	98.021	29.936	0,31	36%	10%	-19%	
3	A	7.765.879	2.292.359	0,30	5.311.802	1.621.093	0,31	-32%	-29%	3%	
3	B	575.019	203.802	0,35	784.224	267.458	0,34	36%	31%	-4%	
4	E	770.876	175.112	0,23	93.957	21.518	0,23	-88%	-88%	1%	
4	A	19.569.088	4.218.920	0,22	14.741.091	3.413.906	0,23	-25%	-19%	7%	
4	B	3.332.287	846.263	0,25	5.231.633	1.066.947	0,20	57%	26%	-20%	
TOTAL		34.537.609	9.304.251	0,27	27.547.523	7.047.801	0,26	-20%	-24%	-5%	

QUADRO VIII SARDINHA

SARDINHA- CLASSIFICADA POR TAMANHOS E GRAUS DE FRESCURA											
		2013			2014			Evolução 2014/2013			
Tam	Fre	kg	euros	PrMéd	kg	euros	PrMéd	Vol %	Val %	PrMéd %	
0	O	1.177	3.117	2,65	205	822	4,01	-83%	-74%	51%	
1	E	32.309	49.749	1,54	2.805	10.518	3,75	-91%	-79%	144%	
1	A	62.308	191.238	3,07	599.959	2.268.281	3,78	863%	1086%	23%	
1	B	1.739	1.792	1,03	609	583	0,96	-65%	-67%	-7%	
2	E	2.417.768	3.489.102	1,44	1.541.224	2.822.555	1,83	-36%	-19%	27%	
2	A	17.466.567	27.023.403	1,55	9.394.347	19.979.641	2,13	-46%	-26%	37%	
2	B	81.118	72.316	0,89	30.432	38.543	1,27	-62%	-47%	42%	
3	E	273.102	581.660	2,13	105.315	451.988	4,29	-61%	-22%	102%	
3	A	3.606.575	3.719.726	1,03	2.303.412	2.887.954	1,25	-36%	-22%	22%	
3	B	1.411.033	2.521.770	1,79	989.922	2.213.013	2,24	-30%	-12%	25%	
4	E	14.826	16.296	1,10	3.918	6.027	1,54	-74%	-63%	40%	
4	A	2.429.194	2.172.271	0,89	948.229	1.060.760	1,12	-61%	-51%	25%	
4	B	18.610	18.693	1,00	21.432	23.981	1,12	15%	28%	11%	
TOTAL		27.816.325	39.861.134	1,43	15.941.810	31.764.664	1,99	-43%	-20%	39%	

QUADRO IX CARAPAU

Handwritten signature and initials

CARAPAU - CLASSIFICADO POR TAMANHOS E GRAUS DE FRESCURA										
		2013			2014			Evolução 2014/2013		
Tam	Fre	kg	euros	PrMéd	kg	euros	PrMéd	Vol %	Val %	PrMéd %
0	0	32	68	2,10	5	5	1,00	-85%	-93%	-52%
1	E	12.166	24.939	2,05	14.759	36.019	2,44	21%	44%	19%
1	A	351.574	700.113	1,99	354.295	752.448	2,12	1%	7%	7%
1	B	3.499	4.585	1,31	6.193	7.240	1,17	77%	58%	-11%
2	E	55.737	100.674	1,81	51.844	122.735	2,37	-7%	22%	31%
2	A	1.451.934	2.189.414	1,51	1.922.762	2.733.177	1,42	32%	25%	-6%
2	B	21.062	43.368	2,06	86.610	136.912	1,58	311%	216%	-23%
3	E	118.640	153.863	1,30	123.415	220.860	1,79	4%	44%	38%
3	A	2.420.391	3.446.525	1,42	2.575.260	3.480.651	1,35	6%	1%	-5%
3	B	223.154	146.466	0,66	720.161	955.858	1,33	223%	553%	102%
4	E	71.801	130.551	1,82	387.233	259.616	0,67	439%	99%	-63%
4	A	1.618.183	1.750.193	1,08	1.975.962	1.703.087	0,86	22%	-3%	-20%
4	B	479.915	330.437	0,69	116.175	139.502	1,20	-76%	-58%	74%
5	E	214.563	182.754	0,85	295.812	379.301	1,28	38%	108%	51%
5	A	5.060.710	2.630.443	0,52	5.508.539	3.110.456	0,56	9%	18%	9%
5	B	802.455	317.204	0,40	126.237	180.693	1,43	-84%	-43%	262%
6	E	137.723	119.869	0,87	26.701	86.116	3,23	-81%	-28%	271%
6	A	2.163.054	1.715.886	0,79	521.951	1.188.877	2,28	-76%	-31%	187%
6	B	174.260	166.436	0,96	123.172	262.677	2,13	-29%	58%	123%
TOTAL		15.380.854	14.153.787	0,92	14.937.086	15.756.231	1,05	-3%	11%	15%

DIREÇÃO DE EXPLORAÇÃO

APOIO ADMINISTRATIVO

1. FILEDOC

É da responsabilidade da DEXP a receção de documentos externos e internos, a sua separação por áreas; digitalização e classificação no FILEDOC (base de dados de gestão documental); e a sua posterior distribuição aos destinatários:

ÁREA DA SEDE	DOCUMENTOS EXTERNOS	DOCUMENTOS INTERNOS
Conselho Administração (CA)	686	54
Direção Financeira (DFIN)	5.337	640
Direção Infraestruturas e Manutenção (DIMA)	218	22
Direção Comercial & Marketing (DC&M)	41	218
Direção de Apoio Jurídico e Recursos Humanos (DAJRH)	409	147
Direção Informática (DINF)	4	0
Direção de Exploração (DEXP)	39	94
Departamento de Estatística (DE)	1	640
TOTAIS	6.735	1.175

Este trabalho referente ao ano de 2014, foi efetuado em parceria entre as áreas de Apoio Administrativo e Apoio Logístico da DEXP.

2. Conferência e lançamento do fundo de maneo interno

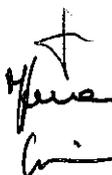
Todos os meses se efetuaram na DEXP, duas conferências de “caixa” (Economato e Apoio Logístico) e os respetivos lançamentos em SAP. No ano de 2014 foram efetuadas 24 conferências e lançamentos de “caixa” e respetivos documentos que lhes dão origem.

APOIO LOGÍSTICO

1. Serviço da portaria

Em 2013 a DEXP reforçou o serviço da portaria dos serviços Centrais, o que permitiu um alargamento do horário de atendimento (9h – 19h00) e execução de outras tarefas, que se foram intensificando

durante o ano de 2014. Tais como: apoio FILEDOC, elaboração de contratos de transferência de pescado ao abrigo da nova legislação para a circulação de mercadorias e a distribuição de correio interno.



2. Gestão da frota automóvel

Durante o ano de 2014, a DEXP efetuou os procedimentos relativos à gestão da frota automóvel, tais como: registo de quilómetros das viaturas a nível nacional, revisões e inspeções dos veículos da sede e eventuais reparações que se verificaram necessárias.

3. Serviço de transporte de pessoas e bens

Foram registadas 66 saídas para serviços de transporte de pessoas e entrega de bens, durante o ano de 2014, de Norte a Sul do país.

A entrega do correio para expedição, o serviço a bancos, o apoio ao Conselho de Administração para reuniões externas, são também efetuadas pelos serviços da DEXP. Não sendo possível contabilizá-los em 2014, podemos referir que se efetuaram com uma periodicidade diária.

4. Expedição de correio

Durante o ano de 2014 foram expedidas 613 cartas (com cópia arquivada) através do serviço da portaria, no entanto podemos dizer que terão sido expedidas mais de 2000 cartas, cuja cópia fica arquivada nas áreas que as emitem.

AMBIENTE

1. Sistema de Gestão Ambiental (SGA)

No âmbito da área ambiental, foi dada continuidade à implementação do Sistema de Gestão Ambiental da empresa, tendo sido desenvolvidas ações de sensibilização, formação interna e dado início à realização de Auditorias ao Sistema e de Avaliação da Conformidade Legal no Porto de Pesca de Sines.

A avaliação da conformidade e eficácia do SGA será estendida a todos os Portos da Docapesca, definindo-se para o efeito um Programa de Auditorias a planear no decorrer do próximo ano.

No sentido de uma melhoria contínua na aplicabilidade do SGA foram efetuados ajustes na documentação existente e criados novos documentos decorrentes da realização das ações de formação realizadas.

2. Gestão de resíduos

No que respeita à Gestão de Resíduos, e com as novas atribuições da empresa, a par dos encaminhamentos de resíduos pontuais, foram avaliadas as necessidades existentes neste âmbito nos Portos onde a Docapesca se tornou Autoridade Portuária, e posteriormente projetados Concursos Públicos com vista à aquisição da prestação destes serviços, onde foram englobadas também as atividades de limpeza e higienização destes recintos.

Handwritten signature and initials

Decorrente deste levantamento, foi identificada a necessidade de reabilitar as estruturas existentes para a deposição de óleos usados, pelo que foram lançados procedimentos de Ajuste Direto, no sentido da aquisição dos equipamentos necessários, aproveitando-se a verba prevista no Plano de Investimentos Correntes previstos pela Direção de Infraestruturas e Manutenção para este efeito.

PORTOS DA DOCAPESCA	EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS
Porto Viana do Castelo	Cobertura e bacia de retenção Contentores para a deposição de óleos usados, embalagens contaminadas e filtros
Porto da Póvoa de Varzim	Cobertura e bacia de retenção Contentores para a deposição de óleos usados, embalagens contaminadas e filtros
Porto da Nazaré	Contentores para a deposição de embalagens contaminadas e filtros
Porto de Peniche	Coberturas Contentores para a deposição de embalagens contaminadas e filtros
Porto de Sines	Cobertura e bacia de retenção Contentores para a deposição de embalagens contaminadas e filtros
Porto da Delegação Sul (Sagres, Lagos, Alvor, Portimão, Albufeira, Quarteira, Olhão, Tavira, Cabanas, Vila Real Sto. António)	Coberturas e bacias de retenção Contentores para a deposição de óleos usados, embalagens contaminadas e filtros

A montagem das referidas estruturas decorrerá no primeiro trimestre de 2015, trazendo uma melhoria muito significativa na gestão dos resíduos perigosos que decorrem das atividades desenvolvidas nos Portos, nomeadamente resíduos de óleos usados, resíduos de embalagens contaminadas e filtros.

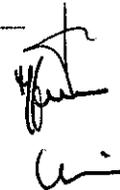
Ainda no âmbito das novas competências da empresa foram elaborados os Planos de Receção e Gestão de Resíduos Gerados em Navios, para o triénio de 2015 a 2017, enquadrando-se os seus objetivos no âmbito do Decreto-Lei n.º 165/2009, de 3 de Março.

Resíduos	Estimativa triannual das quantidades de resíduos produzidos nos Portos (m3)			Transportador/ Destinatário	Operação de Resíduos
	Norte	Centro	Sul		

Resíduos Sólidos Equiparáveis a Urbanos Indiferenciados	18.828	21.300	30.600	Serviços Municipalizados/Operador de Gestão de Resíduos Licenciado	Eliminação
Resíduos Sólidos Urbanos Diferenciados: - Papel e Cartão - Plástico - Vidro	519	7.900	1.214	Sistemas Multimunicipais de Gestão de Resíduos	Valorização/Reciclagem
Resíduos	Estimativa trianual das quantidades de resíduos produzidos nos Portos (m3)			Transportador/ Destinatário	Operação de Resíduos
	Norte	Centro	Sul		
Madeira	362	912	814	Empresas Locais	Reutilização
				Serviços Municipalizados/Sistemas Multimunicipais de Gestão de Resíduos	Valorização/Reciclagem
Redes de Pesca	2.450	33.390	666	Operador de Gestão de Resíduos Licenciado	Valorização/Reciclagem
Óleo hidráulico	504	81	253	Operador de Gestão de Resíduos Licenciado	Valorização/Reciclagem
Embalagens contaminadas ou contendo substâncias perigosas	855	24	226	Operador de Gestão de Resíduos Licenciado	Eliminação
Filtros de óleo	725	96	110	Operador de Gestão de Resíduos Licenciado	Eliminação

Com a elaboração destes Planos, para além de se garantir o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, são estabelecidas regras referentes à gestão dos resíduos provenientes das embarcações e à criação e utilização dos meios portuários de receção de resíduos adequados às tipologias de resíduos produzidos a bordo das embarcações, englobando-se, também, os decorrentes das várias atividades desenvolvidas nos recintos dos Portos.

No que concerne ao cumprimento das obrigações legais em matéria de Ambiente, foi elaborado o Mapa Anual de Registo de Resíduos referente ao ano de 2013, que permitiu obter a caracterização e quantificação dos resíduos produzidos nos vários estabelecimentos da empresa e a inclusão desta informação no Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente (SILIAMB).



3. Reciclagem de materiais diversos

No decorrer do ano de 2014 foram efetuados vários encaminhamentos de resíduos para operações de valorização, permitindo por um lado a reciclagem das matérias diminuindo os efeitos nefastos no ambiente, e por outro um proveito económico para a empresa.

De entre os resíduos encaminhados para valorização destacam-se as sucatas ferrosas, equipamentos elétricos e eletrónicos e, como vem sendo prática nos últimos anos, as caixas plásticas para acondicionamento de pescado.

O encaminhamento destes últimos resíduos tem trazido todos os anos proveitos à empresa, sendo que no ano de 2014 obteve-se um proveito na ordem dos 13.500,00 € (treze mil e quinhentos euros).

4. Recursos hídricos

Foram rececionadas e verificadas as análises efetuadas às águas residuais do Porto de Pesca de Matosinhos e da ETAR de Vila Nova de Milfontes.

Efetuuou-se o acompanhamento da manutenção da ETAR de Vila Nova de Milfontes, de acordo com a licença de utilização emitida pela ARH Alentejo.

Sustentabilidade

Foi efetuada em 2014 a primeira reunião com vista à abertura dos trabalhos relacionados com o Relatório de Sustentabilidade 2013 – 2014.

COMPRAS

1. Requisições de compras

A DEXP durante o ano de 2014 analisou 4.276 requisições enviadas por toda a empresa. A requisição interna é um documento que desencadeia o processo de compra de bens e de serviços. Este é um procedimento minucioso e demorado, por implicar a verificação de todos os dados constantes em cada uma das requisições para que estas possam ser validadas.

O quadro apresentado a seguir, descreve a quantidade de requisições analisadas e registadas, por centro requisitante, entre os anos de 2014 e 2013, onde se verificou um aumento nas requisições emitidas e analisadas em 2014, principalmente pela necessidade de mais aquisições de bens

Handwritten signature and initials

CENTRO REQUISITANTE	ANO 2014	ANO 2013
	N.º REQUISIÇÕES	N.º REQUISIÇÕES
SC - CA	42	46
SC - DEXP	32	37
SC - DIMA	257	205
SC - DINF	9	16
SC - DC&M	192	213
SC - DAJRH	25	30
SC - DE	8	9
SC - DFIN	23	38
SC - GAB. AUDITORIA	7	5
DEL NORTE	91	89
DEL MATOSINHOS	425	416
DEL CENTRO NORTE	583	680
DEL CENTRO	521	478
DEL CENTRO SUL	615	551
DEL SUL	1.446	1.321
TOTAL	4.276	4.134

Verificou-se um aumento de requisições em 2014, devido à integração do ex-IPTM na Docapesca.

2. Plataforma eletrónica de contratação pública

A utilização de uma plataforma eletrónica de contratação pública implica uma série de procedimentos, muito rigorosos, nomeadamente:

- Execução de cadernos de encargos para a aquisição de bens de consumo, de imobilizado e de serviços, aprovados, previamente, pelo Conselho de Administração;
- Lançamento de procedimentos, relatórios e contratos, desde o início do procedimento até à sua adjudicação, sempre com a aprovação prévia do Conselho de Administração, ao abrigo do Plano de Investimentos Correntes e do Orçamento de Exploração, na plataforma eletrónica de contratação pública;
- Criação de anúncios eletrónicos na plataforma da INCM, para os Concursos Públicos publicitados no Diário da República Eletrónico;
- Informação de faturas rececionadas resultantes desses concursos.

Durante o ano de 2014 foram efetuados pela DEXP 38 procedimentos de contratação pública, de aquisição de bens ou serviços, através de ajuste direto ou concurso público, identificados por categorias CPV, de acordo com o quadro abaixo apresentado:

Categoria (CPV)	Ajuste Directo		Concurso Público		Total de Concursos	
	Bens	Serviços	Bens	Serviços	Bens	Serviços
Produtos Limpeza	1				1	
Equipamento Ambiental (Oleões)	2				2	
Caixas de Esferovite	2			2	2	2
Serviços Limpeza Interior		4				4
Consultoria Segurança Alimentar		1				1
Serviços Desmatção e Limpeza Exterior		5				5
Análises Segurança Alimentar e Ambiente		1				1
Vigilância e Segurança		4		7	7	4
Caixas de Acondicionamento de Pescado			1		1	
Aluguer Operacional Vestuário				1		1
Colocação Observadores Atum Rabilho				1		1
Colocação Observadores NAFO				1		1
Comunicações Móveis				1		1
Gestão Resíduos e Limpezas Exteriores				3		3
AOV Viaturas (*)				1		1
TOTAL	5	15	1	17	6	32

(*) Aguardamos resposta da ESPAP para dar continuidade ao procedimento concursal em questão.

Parte dos concursos efetuados durante o ano de 2014 têm um período de duração de 3 anos, o que nos permitirá executar outras tarefas durante o próximo ano, especialmente na área da exploração das lotas.

3. BaseGov

A DEXP iniciou o registo e controlo de contratos celebrados com a Docapesca e os seus fornecedores, na plataforma BaseGov em 29 de junho de 2012. Até final de 2013, foram registados 290 contratos (239 por ajustes diretos e 51 por concursos públicos). A recolha de informação e a digitalização dos contratos resultantes destas contratações foram introduzidos na plataforma BaseGov, com o máximo rigor, obedecendo a informação proveniente das áreas técnicas que elaboraram os respetivos procedimentos.

Durante o ano de 2014, foram introduzidos na plataforma um total de 149 contratos, resultantes de 111 ajustes diretos e 38 concursos públicos, conforme o quadro seguinte:

DIREÇÃO	AJUSTES DIRETOS (AD)		CONCURSOS PÚBLICOS (CP)		TOTAIS (AD + CP)	
	Quantidade	Montante	Quantidade	Montante	Quantidade	Montante
DAJRH	7	215.800,22 €	2	143.457,40 €	9	359.259,62 €
DCM	30	261.341,60 €	0	0,00 €	30	261.341,60 €
DEXP	9	177.105,15 €	10	3.061.794,00 €	19	3.238.909,15 €
DFIN	2	40.000,00 €	3	54.394,58 €	5	94.397,58 €
DIMA	55	849.893,47 €	21	3.102.582,61 €	76	3.952.497,08 €
DINF	8	90.705,06 €	2	187.665,00 €	10	278.372,06 €
TOTAL	111	1.634.845,50 €	38	6.549.893,59 €	149	8.184.777,09 €

Note-se que o valor correspondente aos concursos públicos representa 80% do total dos contratos registados em BaseGov.

4. Entidade de serviços partilhados da Administração Pública (ESPAP)

Em Julho de 2014 foi efetuado o report estatístico de toda a contratação pública (bens e serviços) executada em 2013, na área SRVI (Serviço de Recolha e Validação de Informação) da ESPAP.

O carregamento desta informação foi efetuado diretamente na área acima referida, com identificação da entidade adjudicante cuja senha de acesso se encontra atribuída à DEXP. A informação reporta-se a contratos até ao limiar comunitário (250 mil euros) e também aos contratos com valor superior àquela importância, cuja publicidade é obrigatoriamente efetuado no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE).

Tipo de Contratos	Até ao limiar Comunitário (> 5.000€ até 250.000€)		Acima do limiar Comunitário (>250.000€)	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Bens	41	991.738,86 €	--	--
Serviços	58	1.836.798,96 €	3	1.900.016,87 €
TOTAL	99	2.828.537,82 €	3	1.900.016,87 €

5. Comunicações fixas e móveis de voz e banda larga

5.1. Rede Fixa

Em 2014 foi possível uma redução assinalável em comunicações fixas de voz, relativamente ao valor orçamentado de 50.852,13€ (cinquenta mil, oitocentos e cinquenta e dois euros e treze cêntimos), através da renegociação que foi levada a cabo com o fornecedor PT. Os custos com estas comunicações foram no valor de 22.367,71€ (vinte dois mil, trezentos e sessenta e sete euros e setenta e um cêntimos), representando uma redução percentual de 43,99%.

5.2. Rede Móvel

Relativamente à rede móvel (voz e dados em banda larga), verificou-se uma redução de 10% relativamente ao valor inscrito no orçamento para o ano de 2014. Espera-se uma redução de custos, ainda mais significativa para 2015, como consequência de um novo concurso público, com início em janeiro de 2015, apesar do aumento do número de utilizadores, resultantes da externalização do IPTM e da atribuição a mais colaboradores da Docapesca, que se entendeu necessária, devido ao serviço que prestam.

6. Faturação SAP

6.1. Fornecedores

A DEXP efetuou 1.713 lançamentos de faturas em SAP para a aquisição de bens e serviços a fornecedores.

6.2. Clientes

Foram emitidas 112 faturas em SAP, sendo 96 referentes a faturação NAFO e 16 restantes referentes ao Atum Rabilho.

Handwritten signature and initials

ÁREA DE EXPLORAÇÃO

1. Regime de Circulação de Mercadorias

1.1. Emissão de Guias de Circulação de Mercadorias

Ao abrigo do Regime dos Bens em Circulação, a Docapesca emite através de um webservice, documentos de transporte, com comunicação direta à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) antes do início do transporte.

Em 2014 foram emitidas **1.733 guias**, das quais 501 guias de transferência de pescado (entre lotas), 232 guias de transporte de pescado, 500 guias de transporte de bens e 500 guias de transporte de gelo.

1.2. Contratos de Transferência de Pescado

Com as alterações introduzidas pela Autoridade Tributária (AT) na circulação de mercadorias, a Docapesca, ao abrigo do Decreto-Lei N.º81/2005, entidade responsável pela primeira venda de pescado, elaborou em 2014, 286 contratos com os Armadores/Pescadores, para efetivar a transferência de pescado descarregado em determinado porto e vendido noutra local de descarga. Para além deste documento que acompanha o produto, são emitidas guias de transferência de pescado, através um programa da Docapesca com ligação à AT, onde constam todos os dados obrigatórios para a transferência do mesmo.

2. Contratos de abastecimento direto de pescado

Durante o ano de 2014 todos os contratos celebrados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 81 / 2005 e recebidos na DEXP, enviados e homologados pela DGRM, foram sujeitos a verificações, e posteriormente enviados para as respectivas delegações e inseridos em ficheiro disponível para consulta. Verificou-se uma diminuição no ano de 2014 em relação ao ano de 2013 (menos 244 contratos), sendo a que a distribuição dos contratos por Organização de Produtores, para os anos de 2013 e 2014 foi a seguinte:

ORGANIZAÇÃO DE PRODUTORES	CONTRATOS APROVADOS PELA DGRM EM 2014	CONTRATOS APROVADOS PELA DGRM EM 2013	DIFERENÇA 2014 - 2013
APARA	219	172	+ 47
APROPESCA	164	204	- 40
ARTESANALPESCA	45	35	+ 10
BARLAPESCAS	7	16	- 9
BIVALMAR	19	35	- 16
CAPA	128	128	0
CENTRO LITORAL	180	144	+ 36
OLHÃOPESCA	201	216	- 15
OPCENTRO	227	307	- 190
PROPEIXE	71	242	- 171
SESIBAL	98	96	+ 2
VIANAPESCA	635	643	- 8
TOTAIS	1.994	2.238	- 244

[Handwritten signatures]

A comparação entre o volume de vendas em quantidade, valor e preço médio, para ambos os anos, pode ser analisada através do quadro a seguir apresentado:

	Ano 2014			Ano 2013		
	Quantidade (kg)	Valor (€)	Preço Médio (€/kg)	Quantidade (kg)	Valor (€)	Preço Médio (€/kg)
TOTAL DE VENDAS	95.462.151	181.542.433	1,90	117.454.297	185.188.679,00	1,58
VENDAS POR CONTRATO	20.990.423,15	27.721.199,00	1,32	22.323.819	29.896.806,86	1,34
%	21,99	15,27	---	19,00	16,1	---

O pescado vendido através de contrato, representou em 2014 cerca de **22%** sobre o total do pescado vendido em lota.

Verificou-se um decréscimo no total da quantidade de vendas de pescado de 2014 em relação ao ano anterior. No entanto o preço médio teve um incremento de 0,32 €/kg. O decréscimo no volume de vendas deveu-se, essencialmente, à escassez e limitações de captura para a espécie sardinha inerente à situação atual do recurso.

As vendas por contrato em 2014, embora em menor quantidade que em 2013, não contribuíram para um aumento significativo do preço médio (€/kg), o que traduz a "não valorização do pescado".

Espera-se para o próximo ano um aumento do preço médio das vendas por contrato, dado que no final de 2014, a DEXP participou na elaboração de um novo protocolo a celebrar entre a DGRM e a DOCAPESCA, para o ano de 2015, com introdução de novas regras na venda de pescado por contrato.

A grande alteração verificou-se ao nível dos preços a praticar por cada espécie/grau de frescura/tamanho (quando aplicáveis os dois últimos parâmetros). Assim, o apuramento do preço mínimo passará a ser o valor médio praticado na venda em cada lota, no período homólogo do ano anterior, correspondente ao período de cada novo contrato.

Podemos dizer que o resultado final deste protocolo agradou ao setor de uma forma geral.

3. Acondicionamento de pescado

Ao abrigo dos Planos de Investimentos Correntes para os anos de 2014 e 2013, foram adquiridas as seguintes quantidades e montantes de caixas para acondicionamento de pescado, distribuídas por toda a empresa:

Ano	Aquisição de Caixas para Acondicionamento de Pescado					
	Laranja		Azuis		Custos Totais	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
2013	32.920	146.165,00 €	2.800	9.716,00 €	35.720	155.881,00 €
2014	26.720	116.232,00 €	3.700	12.728,00 €	30.420	128.960,00 €

A necessidade de um maior controlo do stock de caixas para acondicionamento de pescado (caixas laranja) diminuiu a quantidade de aquisições efetuadas em 2014, relativamente a 2013. Por outro

lado verificou-se um aumento na aquisição de caixas azuis, em 2014, por questões relacionadas com os procedimentos de Segurança Alimentar implementados em lota.

As receitas com as taxas de utilização de caixas e as vendas para reciclagem, encontram-se refletidas no quadro a seguir apresentado.

Ano	Receitas			
	Taxas de utilização	Vendas p/reciclagem		Valor Total
		Qtde	Valor	
2013	533.365,85 €	19.207	22.990,00 €	556.355,85 €
2014	522.296,43 €	11.308	13.535,55 €	535.831,98 €

Proveitos referentes aos anos de 2013 e 2014 foram, respetivamente, **400.474,85 €** (quatrocentos mil, quatrocentos e setenta e quatro euros e oitenta e cinco cêntimos) e **406.871,98 €** (quatrocentos e seis mil, oitocentos e setenta e um euros e noventa e oito cêntimos).

4. Observadores de Pesca

4.1. Zona NAFO

Ao abrigo do protocolo estabelecido entre a DGRM (ex-DGPA) e a Docapesca, a responsabilidade de gestão da colocação de Observadores de Pesca a bordo das embarcações foi transferida para a DOCAPESCA em qualquer parte do mundo, onde se verifica ou se venha a verificar a obrigatoriedade da permanência a bordo de Observadores de Pesca.

A importância desta prestação de serviço é grande para os armadores de embarcações de pesca longínqua e essencial para o desenvolvimento da sua actividade, uma vez que desde 2004 os Estados Membros da UE passaram a ser directamente responsáveis pela colocação de Observadores de Pesca a bordo dos navios comunitários, que exercem a sua actividade na zona NAFO, NEAFC e outras.

No quadro seguinte apresentamos o número de embarques e o número de dias de mar, realizados nos anos de 2014 e 2013, onde se verificou um aumento ligeiro em cada um dos parâmetros apresentados:

Anos	Número de Embarques	Número de dias de Mar
2013	27	2.207
2014	31	2.324

Quanto aos custos e receitas diárias pela colocação de observadores a bordo dos navios de pesca longínqua, verificou-se a seguinte evolução entre 2014 e 2013:

Anos	Valor Diário Bruto (SeaExpert)	Valor Diário Líquido (SeaExpert)	Valor Diário Cobrado aos Armadores	Receita Diária
2013	145,27 €	138,01 €	146,00 €	7,99 €
2014	145,27 €	138,01 €	146,00 €	7,99 €

Pelos serviços prestados pela DOCAPESCA, que envolvem vários procedimentos administrativos, os resultados para a empresa, aumentaram ligeiramente em 2014, relativamente a 2013:

Ano	Custos (SeaExpert)	Receitas (Armadores)	Resultados
2013	304.580,20 €	322.222,00 €	17.641,80 €
2014	307.892,36 €	325.580,00 €	17.687,64 €
Total	612.472,56 €	647.802,00 €	35.329,44 €

Foi efetuado um novo procedimento concursal em 2014, com início em 2015, onde se prevê um aumento nos resultados da Docapesca para a prestação deste serviço.

4.2. Atum Rabilho

A prestação deste serviço enquadra-se no contexto da reformulação do protocolo celebrado entre a ex-DGPA (actual DGRM) e a Docapesca, a 23 de Julho de 2004, para assegurar a colocação de observadores de pesca nas embarcações portuguesas que operam na área regulamentar da NAFO e o aditamento ao mesmo assinado entre as duas entidades em 12 de Junho de 2007 alargando o respectivo âmbito de aplicação a todos os casos em que seja obrigatória a colocação de observadores científicos.

Em 2014, foi elaborado um novo protocolo para a colocação a bordo de observadores especificamente para o Atum Rabilho. O resultado final deste protocolo, com duração de 3 anos, fez com que as receitas da Docapesca na prestação deste serviço fossem nulas, não tendo em conta o trabalho administrativo realizado nesta matéria (ver quadro abaixo).

Armações	N.º de Meses de Observação	N.º de Atuns Capturados	Custo	Receita	Resultado
Real Atunara - Santa Maria	8	787	8.735,00 €	8.735,00 €	0,00 €
Tunipex - Tunipex	8	1.237	12.885,00 €	12.885,00 €	0,00 €
Total	16	2.024	21.620,00 €	21.620,00 €	0,00 €

A DEXP está confiante na elaboração de novo protocolo, daqui a dois anos, que possa reverter esta situação e adequar as receitas ao trabalho desenvolvido.

5. Leilão Online

5.1. Pesca extrativa

Em 2014 foram transacionados **216.815 kg** de pescado, através de leilão on-line, a que correspondeu o montante de **1.185.340 €** (um milhão, cento e oitenta e cinco euros, trezentos quarenta euros).

5.2. Aquicultura

No ano de 2014 não se verificou algum leilão de pescado proveniente de explorações de aquicultura nacionais. Foram registados os potenciais compradores e vendedores que reuniam as condições para tal.

A DEXP colaborou no grupo de trabalho coordenado pela DGRM, para elaboração do "Plano Estratégico para a Aquicultura Portuguesa", solicitado pela Comissão Europeia. Este documento estratégico, finalizado em 2014, teve como objetivo a concessão de apoios públicos ao desenvolvimento da aquicultura em Portugal no período de 2014 a 2020.

6. Controlo da faturação da primeira venda de pescado

Em 2014 a Direção de Exploração deu continuidade à análise das facturas anuladas na primeira venda de pescado em todos os estabelecimentos da Docapesca. Comparativamente com o ano anterior, verificou-se uma diminuição no número de facturas anuladas.

No quadro seguinte, aprese

	Ano 2013			Ano 2014		
	N.º TOTAL FATURAS			N.º TOTAL FATURAS		
Meses	Quantidade Emitidas	Quantidade Anuladas	Anuladas %	Quantidade Emitidas	Quantidade Anuladas	Anuladas %
Janeiro	23.669	43	0,18	19.693	15	0,08
Fevereiro	22.130	45	0,20	19.744	19	0,10
Março	20.862	35	0,17	26.573	28	0,11
Abril	26.237	51	0,19	29.158	35	0,12
Maio	29.153	40	0,14	30.822	68	0,22
Junho	30.252	39	0,13	30.889	60	0,19
Julho	40.670	48	0,12	37.994	59	0,16
Agosto	35.263	33	0,09	32.803	46	0,14
Setembro	29.732	42	0,14	30.957	43	0,14
Outubro	30.235	48	0,16	29.204	26	0,09
Novembro	28.420	30	0,11	22.454	17	0,08
Dezembro	21.205	20	0,09	22.940	18	0,08
Total	337.828	474	0,001	333.231	434	0,001

Os principais motivos de anulação de faturas na primeira venda de pescado, durante ano de 2013, foram: a forma de pagamento e introdução de dados incorretos na classificação do pescado. Em 2014 mantiveram-se as anulações pela forma de pagamento, e verificaram-se erros na introdução de dados no código das embarcações. Este erro foi corrigido pela DINP, através da obrigatoriedade de confirmação do PRT de cada embarcação.



7. Regulamentos de exploração dos portos de pesca

Análise do Regulamento de Exploração da Delegação Centro (Lota de Peniche) sobre a ordem da descarga das embarcações, de acordo com a arte de pesca.

8. Galp Frota

Em 2014 foram registados, a quantidade de combustível consumido e o montante gasto, relativamente a todas as viaturas da Docapesca, através da utilização do cartão Galp Frota, conforme seguinte:

Ano	Quantidade em litros
2014	49.900,80
2013	46.348,65

Verificou-se um aumento na quantidade de litros abastecidos em 2014, indicador de maior número de deslocações em serviço, resultantes das obras de requalificação de algumas lotas.

9. Geral

9.1. Contratos de Representação

Durante o ano de 2014 foram reformulados vários contratos de concessão e exploração de Lotas e Postos de Vendagem, de Norte a Sul do país, com o intuito de uniformizar estes documentos, que se denominaram "Contratos de Representação do Serviço de Exploração de Lotas ou Postos de Vendagem".

9.2. Tipologia dos estabelecimentos da Docapesca

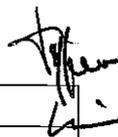
No final de 2014, a DEXP efetuou um levantamento exaustivo acerca da tipologia dos seus estabelecimentos, excluindo as lotas, que são dotadas de NCV. Desse trabalho resultou uma nova abordagem dos Posto de Vendagem, instalações não licenciadas, que dadas as suas características e atividades desenvolvidas, foram classificados com 3 denominações diferentes:

- Posto de Vendagem
 - Estabelecimentos que respeitam a maior parte dos requisitos exigidos pela legislação nacional e comunitária para as lotas.
 - Encontram-se inseridos em pequenas comunidades piscatórias garantindo, assim, a efetivação da primeira venda de pescado.
 - O volume de pescado transacionado nestes estabelecimentos é, normalmente, inferior ao transacionado em lota.
- Posto de Transferência de Pescado
 - Estabelecimentos que apenas promovem a transferência legal do pescado para que a sua venda seja efetuada numa lota mais próxima.
- Posto de Registo e Controlo de Pescado

- o Esta nova tipologia de posto apareceu quando em postos de vendagem já existentes, se verificou que a venda não se efetuava com o recurso ao leilão eletrónico, mas sim venda por contrato ou por ordem de compra. Nestes postos podem também efetuar-se transferências de pescado.

Handwritten signature

Em suma, atualmente existem 15 Postos de Vendagem, 9 Postos de Transferência de Pescado e 11 Postos de Registo e Controlo de Pescado, de acordo com o quadro seguinte:



LOCALIZAÇÃO	TIPOLOGIA DO POSTO				SERVIÇOS PRESTADOS					
	Vendagem	Transferência de Pescado	Registo e Controlo de Pescado	Identificação / Pesagem do Pescado	Transferência de Pescado	Venda p/leilão	Venda p/ contrato	Venda p/ Ordem Compra	Produção de Gelo	Armazenagem em Frigorífica
Caminha			X	X	X			X		
Castelo do Neiva	X			X	X	X	X			
Esposende	X			X	X	X	X		X	
Fão / Apúlia			X	X	X					
Vila Chã	X			X	X	X	X			
Angeiras			X	X	X			X		
Afurada			X	X	X			X		
Espinho			X	X	X			X		
Esmoriz			X	X	X			X		
Valbom			X	X	X		X			
Aguda			X	X	X			X		
Vagueira	X			X	X	X	X			
Cais do Bico			X	X	X		X			
Torreira			X	X	X		X			
Furadouro	X			X	X	X				
Foz do Arelho			X	X	X					
Cascais	X			X	X	X	X		X	X
Ericeira	X			X	X	X	X		X	X
Póvoa de Santa Iria		X		X	X					
Trafaria	X			X	X	X	X			
Fonte Telha	X			X	X	X	X			X
Carrasqueira	X			X	X	X	X			
Zambujelra do Mar	X			X	X	X	X			
Azenhas do Mar	X			X	X	X	X			
Arrifana		X		X	X				X	
Salema		X		X	X					
Armação de Pêra		X		X	X				X	
Senhora da Rocha		X		X	X					
Faro		X		X	X					
Praia de Faro		X		X	X					
Ilha da Culatra		X		X	X					
Fuseta	X			X	X	X	X			X
Cabanas		X		X	X					
Tavira	X			X	X	X	X		X	X
Santa Luzia	X			X	X	X	X			X

Durante o próximo ano pensamos reequacionar a possibilidade de requerer o licenciamento de mais três unidades, nomeadamente, Praia de Vagos, Fuzeta e Santa Luzia. Em relação às restantes serão propostas alterações nas condições estruturais e higio-sanitárias, para que seja

possível garantir os pré-requisitos exigidos pela legislação nacional e comunitária para estabelecimentos onde são transacionados produtos alimentares.

9.3. Postos de transferências de Pescado

Em 2014 foi criado um Posto de Transferência de Pescado na Póvoa de Santa Iria. Também se iniciaram conversações para a abertura de dois novos postos em Paço D'Arcos e no Seixal.

9.4. Comissões de Acompanhamento

A DEXP deu continuidade à participação em várias reuniões, durante o ano de 2014, nomeadamente na "Comissão de Acompanhamento da Sardinha" e na "Comissão da Arte Xávega" ambas coordenadas pela DGRM. A criação destas comissões foi determinada pela Secretaria de Estado do Mar, pela sua importância para o setor.

9.5. Cooperação Bilateral Portugal – Cabo Verde

Na sequência de um Memorando de Entendimento (MdE), datado de 1 de março de 2014, entre o Ministério das Infraestruturas e Economia Marítima (MIEM) da República de Cabo Verde e o Ministério da Agricultura e do Mar (MAM) de Portugal, no domínio da Economia do Mar, foi definido um Plano Anual de Ação, coordenado pela DGPM.

Este plano tem por finalidade a promoção de atividades que permitam o desenvolvimento de parcerias conjuntas no setor da economia do mar, com base nos princípios de igualdade e benefício mútuo.

A Docapesca ficou encarregue de encetar contatos na Área das pescas – Parceria para Melhoria da Cadeia de Valor do Pescado, cujo objetivo será a assistência técnica no domínio da cadeia de valores dos recursos marinhos vivos (pescado), no âmbito da Primeira Venda de Pescado:

- Procedimentos de rastreabilidade;
- Boas Práticas de Segurança Alimentar (instalações e Equipamentos, Cadeia de Frio, Higienizações, Manutenção, Formação de Pessoal, Controlo de Pragas, Resíduos e Subprodutos;
- Valorização do pescado através de ações de promoção e divulgação;
- Controlo de qualidade dos produtos da pesca.

Durante o próximo ano irão desenvolver-se várias ações neste âmbito, no sentido de estreitar relações entre os dois países.

9.6. Colaboração Institucional

A DEXP manteve uma relação estreita com as entidades oficiais que coordenaram, vistoriaram e auditaram os seus estabelecimentos, nomeadamente a DGRM, DGAV e ASAE.

Para além disso, a DEXP é responsável pela receção e envio de todos os despachos e notificações, emitidos pela DGRM, cujas matérias têm diretamente a ver com a Primeira Venda de Pescado.

9.7. Informação ao Consumidor

Com a entrada em vigor, a 13 de dezembro de 2014, do Regulamento (EU) 1369/2003 de 20 de dezembro, foi necessário efetuar algumas alterações na faturação da primeira venda de pescado, para que a informação ao consumidor final fosse a mais fiável e correta possível.

A DEXP colaborou com a DINF para que as alterações necessárias estivessem implementadas na data prevista.



ÁREA DA QUALIDADE

1. Análises às água doce e salgada e ao gelo

Mantiveram-se as análises físico-químicas e microbiológicas realizadas à água doce, salgada e gelo, de acordo com plano validado pela Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV).

2. Análises a manipuladores, superfícies, utensílios e equipamentos

A validação das higienizações efetuadas nas instalações da Docapesca, realizou-se também de acordo com plano validado pela DGAV.

3. Análises ao pescado

Conforme previsto para 2014 foram efetuadas análises ao pescado nas 22 lotas da Docapesca. De acordo com validação da DGAV, os parâmetros considerados importantes para análise foram os seguintes: microbiológicos (*Salmonella*, *Enterobacteriaceae* e *Staphylococcus* produtores de coagulase), histamina, metais pesados (chumbo, cádmio e mercúrio), ABVT e sulfitos.

4. Eficiência energética

De acordo com o trabalho iniciado em 2013, com a elaboração do Plano de Eficiência Energética e os inquéritos realizados às lotas e fábricas de gelo, os dados apurados manifestaram-se importantes na requalificação das lotas, onde foi possível colocar em práticas as medidas recomendadas.

ÁREA DA SEGURANÇA ALIMENTAR

1. Sistema de Gestão de Segurança Alimentar

A monitorização do Sistema de Gestão da Segurança Alimentar é efetuada pela Equipa de Segurança Alimentar (ESA), criada no 1.º Trimestre de 2013, com elementos responsáveis em cada uma das Delegações da Docapesca.

Esta equipa efetuou a sua 1.ª reunião de 2014, durante o 1.º trimestre, na Lota de Peniche, cujo edifício se encontrava já em processo de requalificação, aproveitando a oportunidade para avaliar as medidas em curso. De facto, para que a primeira venda de pescado se pudesse realizar no Porto de Peniche, foi necessário "construir" uma lota provisória, onde se implementaram as medidas necessárias para a manutenção do mesmo NCV.

O acompanhamento das obras permitiu que nunca fosse colocada em causa a implementação dos requisitos técnicos para a manutenção do NCV em todas as lotas até agora intervencionadas.

2. Planos de Higiene e Segurança Alimentar

A correta implementação e melhoria dos procedimentos de HACCP, definidos nos Planos de Higiene e Segurança Alimentar implementados nas lotas, foram efetuados e alterados sempre que se verificou essa necessidade, principalmente nas lotas requalificadas.

3. Atribuição e manutenção de Números de Controlo Veterinário (NCV)

Foram cumpridos os objetivos da empresa para o ano de 2014, com o licenciamento da Lota de Vila do Conde, perfazendo um total de 22 estabelecimentos licenciados.

ff
ff
ff

LOTA	NCV
Viana do Castelo	O 0262 01 P
Vila Praia de Âncora	N 2320
Póvoa de Varzim	O 0262 02 P
Vila do Conde	N 2594
Matosinhos	O 0262 03 P
Aveiro	O 0262 21 P
Mira	1382 PP
Figueira da Foz	O 0262 04 P
Nazaré	O 0262 05 P
Peniche	O 0262 06 P
Costa da Caparica	O 0262 24 P
Setúbal	O 0262 09 P
Sesimbra	O 0262 18 P
Sines	O 0262 19 P
Vila Nova de Milfontes	1395 PP
Baleeira - Sagres	O 0262 23 P
Lagos	O 0262 10 P
LOTA	NCV
Portimão	O 0262 11 P
Quarteira	1428 PP
Albufeira	G 2003
Olhão	O 0262 15 P
Vila Real de Santo António	O 0262 22 P

Ainda relativamente à Lota de Vila do Conde, com as alterações efetuadas para a construção de um mercado de revenda de pescado, foi necessário solicitar nova vistoria a para manutenção do NCV, obtido com sucesso.

A DEXP participou também nos processos de requalificação de várias lotas, nomeadamente, Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Matosinhos, Aveiro, Figueira da Foz, Peniche e Setúbal.

Para lotas de Peniche e Figueira da Foz, dada a complexidade das obras de requalificação, foi necessário adaptar outros espaços, denominados "Lotas Provisórias", a quem foram atribuídos os NCV já existentes para cada uma delas, por reunirem as condições higio-sanitárias para a realização da primeira venda de pescado.

A obra da Lota de Peniche ficou terminada no final de 2014 e através de vistoria coordenada pela DGRM, com intervenção de outras entidades foi reatribuído o NCV.

4. Controlos oficiais

Durante o ano de 2014, a DEXP acompanhou os seguintes controlos oficiais:

Vistorias a Lotas

- Vila do Conde → Para atribuição do NCV (
- Viana do Castelo → Manutenção do NCV após obras de requalificação (
- Peniche → Transição do NCV para a lota provisória (
- Matosinhos → Manutenção do NCV após obras de requalificação (
- Figueira da Foz → Transição do NCV para a lota provisória (
- Vila do Conde → Manutenção do NCV após obras do mercado (
- Peniche → Manutenção do NCV na lota requalificada (
- Setúbal → Manutenção do NCV após obras de requalificação (

Auditoria Comunitária no âmbito dos Regulamentos de Controlo

- Peniche
- Sesimbra

5. Boas Práticas na primeira venda de pescado

No último trimestre de 2014 foram ministradas em algumas lotas, ações de formação na área da Segurança Alimentar, tendo como base o Manual de Boas Práticas na Primeira Venda de Pescado. Estas ações decorreram em contexto real de trabalho, para aplicação das regras estabelecidas pela Docapesca em relação à Segurança Alimentar, baseadas nos princípios do HACCP e *Codex Alimentarius*.

6. Boas Práticas a bordo das embarcações

No ano de 2014 não se realizaram ações de sensibilização e divulgação do manual de boas práticas para as embarcações junto dos armadores e pescadores.

Realizou-se uma reunião com o IPMA, DCM e DEXP, para introdução de algumas alterações no referido manual, que se preveem verificar durante o 1º semestre de 2015.

OUTRAS ÁREAS

1. Higiene e Segurança no Trabalho

Embora a área de Higiene e Segurança no Trabalho se encontre, desde de 2013, assegurada pela DAJRH, a DEXP prestou apoio pontual, no decorrer de 2014, em algumas atividades neste âmbito, nomeadamente a realização da Auditoria em Higiene e Segurança no Trabalho ao Porto de Pesca de Sines e a contratação das referidas Auditorias e de Avaliações de Risco aos Portos da Delegação Sul e Peniche.

COMERCIAL E MARKETING

RENDIMENTOS OPERACIONAIS DAS ATIVIDADES COMERCIAIS

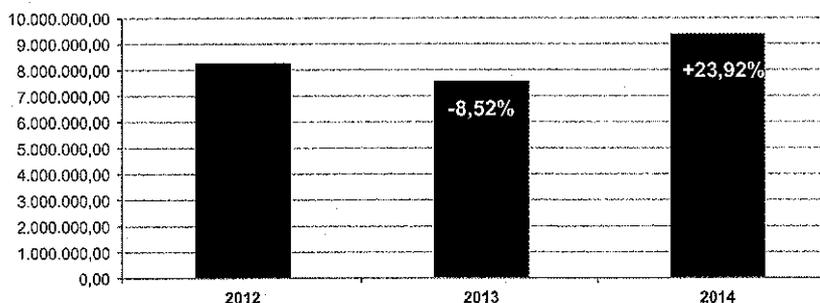
Os rendimentos da Área Comercial, em 2014, situaram-se nos 9.382.916,12 Euros, mais 23,9%, do que em 2013, contribuindo em 25,8% para a formação dos rendimentos operacionais da empresa. O aumento prende-se essencialmente com a integração de rendimentos provenientes de atividades do ex-IPTM, por força da publicação do Decreto-Lei Nº 16/2014, de 3 de fevereiro. Por segmentos de atividade, a evolução foi a seguinte:

	2014	2013	EVOLUÇÃO	EVOLUÇÃO %
ÁREA COMERCIAL	9 382 916,12	7 572 057,48	1 810 858,64	23,92
VENDA DE MERCADORIAS E RENDIMENTOS CONEXOS				
Aprestos de Pesca	75 939,57	146 505,05	-70 565,48	-48,17
Lubrificantes	37 066,54	90 494,09	-53 427,55	-59,04
Baterias	5 919,68	6 117,06	-197,38	-3,23
Embalagens	24 722,91	6 618,04	18 104,87	273,57
Comandos	26 350,00	22 250,00	4 100,00	18,43
Combustíveis	1 387 529,48	1 776 197,64	-388 668,16	-21,88
SUB-TOTAL	1 557 528,18	2 048 181,88	-490 653,70	-23,96
GELO	1 146 811,04	1 489 259,10	-342 648,06	-23,01
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS				
Instalações e Serviços Conexos	4 839 392,19	3 952 686,05	886 706,14	22,43
Gestão Dominial	1 031 653,92	0,00	1 031 653,92	100,00
Serviços Náutica e Marítimo Turísticas	736 941,65	0,00	736 941,65	100,00
SUB-TOTAL	6 607 987,76	3 952 686,05	2 655 301,71	67,18
OUTRAS ATIVIDADES	70 789,14	81 930,45	-11 141,31	-13,60

Na venda de mercadorias e gelo, registou-se uma evolução negativa em todas as atividades, influenciada sobretudo pela quebra registada nos combustíveis (-21,9%) e no gelo (-23%). As vendas das Lojas Docapesca registaram também uma quebra de -42,3% nos rendimentos, decorrente da diminuição desta atividade, o que também já se verificou em 2013.

Na prestação de serviços verificou-se um acréscimo de 67,2% resultante, essencialmente, das atividades decorrentes das novas competências atribuídas à Docapesca.

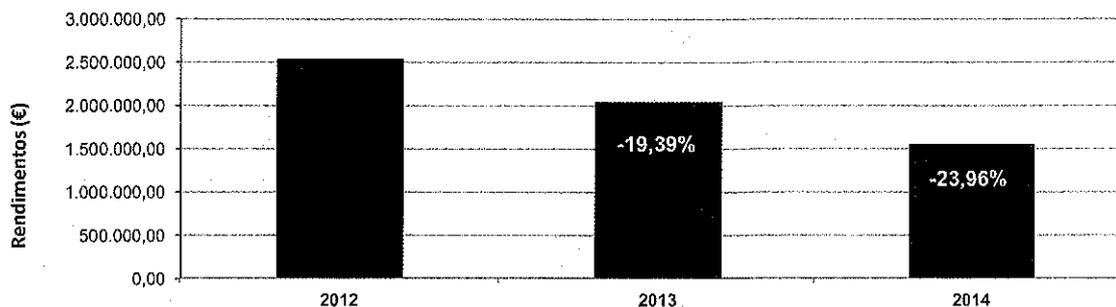
EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS DA ÁREA COMERCIAL 2012-2014



VENDA DE MERCADORIAS: Decorrente da alteração do processo de aquisição de mercadorias e da reformulação da atividade das Lojas Docapesca que teve início em 2013, as vendas sofreram uma nova redução de 43%, em 2014. O gráfico seguinte apresenta a evolução nos últimos três anos, cujo

resultado foi fortemente influenciado pela venda de combustíveis, mais precisamente, pela redução das quantidades vendidas em 2014 (-556.417L, face a 2013).

[Handwritten signature]



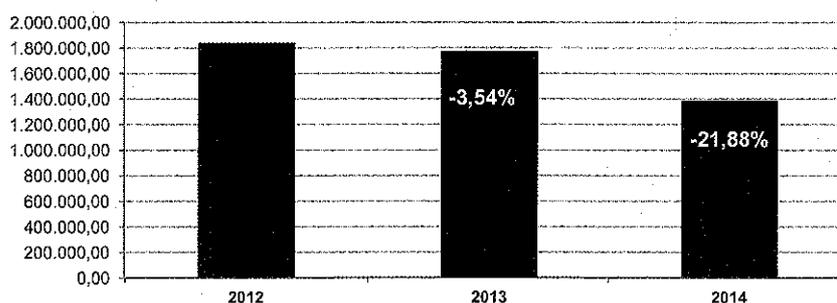
APRESTOS DE PESCA: A venda de aprestos de pesca (artigos de pesca, cabos e fios, redes, tintas e vestuário) registou uma evolução negativa de -49,8%, face a 2013, decorrente dos motivos acima referidos. Consequentemente, o resultado operacional diminuiu em -15.075€. A margem comercial manteve-se estável em cerca de 20%.

LUBRIFICANTES: A evolução da venda de lubrificantes foi globalmente negativa durante 2014, com uma redução de -53.427€ face a 2013. A margem comercial manteve-se nos 30%.

BATERIAS: A evolução dos rendimentos com a venda de baterias foi também negativa em -197€, com decréscimos em todas as Delegações. A margem comercial situou-se nos 24%.

EMBALAGENS: A venda de contentores isotérmicos e caixas de esferovite registou uma evolução positiva em +18.104€ face ao ano transato, resultante de um aumento nas vendas na Delegação Sul (única delegação a comercializar contentores), após uma estabilização dos procedimentos de compra na plataforma eletrónica.

COMBUSTÍVEIS: O gráfico ilustra a evolução da venda de combustíveis nos últimos três anos.

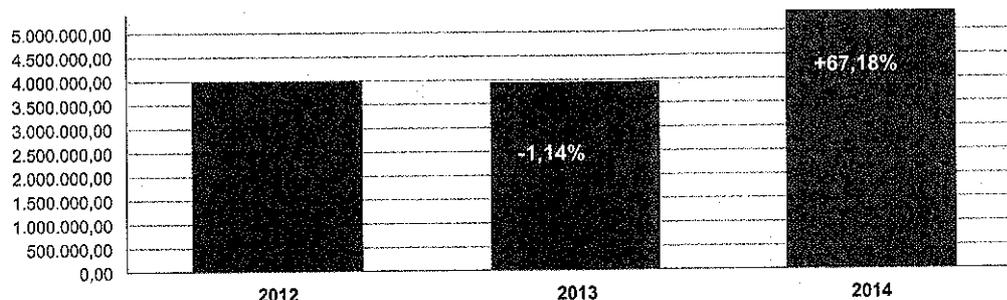


A evolução face a 2013 revela um decréscimo nos rendimentos de -21,9 %, devido, essencialmente, à diminuição das quantidades vendidas e à redução dos preços dos combustíveis mundialmente registada. Quanto ao volume vendido, também diminuiu de -556.417L, face ao ano transato, afeto, essencialmente à Delegação de Matosinhos. O resultado operacional global registou uma evolução negativa de -111.156€, face a 2013, e a margem líquida de -2,85%, devido à constituição de imparidades em 2014, no valor de 115.664€.

GELO: Durante 2014, verificou-se um decréscimo de -23% nas vendas de gelo, influenciado fortemente por Matosinhos (-166.481€), Centro Sul – Sines (68.140€) e Centro Norte (-59.250 Euros), atendendo à crise da sardinha.

Handwritten signature

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS: Incluem a cedência de instalações, os serviços dos portos de pesca e as receitas provenientes das novas áreas de Gestão Dominial, Estaleiros, Náutica de Recreio e Atividades Marítimo-Turísticas. O gráfico seguinte apresenta a sua evolução nos últimos 3 anos.



INSTALAÇÕES E SERVIÇOS CONEXOS: Em 2014, verificou-se um aumento de 22,4 % nos rendimentos de instalações e serviços conexos, devido à integração dos armazéns existentes nos portos de pesca, sob anterior jurisdição do ex-IPTM, e que agora estão afetos à Docapesca, nomeadamente nas delegações Norte, Centro e Sul. A faturação destas instalações, pela Docapesca, apenas se iniciou a partir do segundo semestre. O nível de ocupação de instalações nos portos de pesca, em 2014, foi de 85,1%, face a 88,5% em 2013, com as maiores taxas de ocupação – acima dos 90% – registadas nas Delegações de Matosinhos e Centro Sul (Sesimbra).

GESTÃO DOMINIAL: Incluem-se as ocupações do Domínio Público Marítimo que transitaram para a Docapesca, nomeadamente nas frentes ribeirinhas das áreas portuárias (quiosques, restaurantes, esplanadas, habitações, etc.), parques de estacionamento, apoios de praia, viveiros, estaleiros e oficinas de reparação naval e outras ocupações dentro das áreas portuárias. Estas ocupações, com faturação iniciada também no segundo semestre, representaram receitas no valor de 1.031.653€.

SERVIÇOS NÁUTICA E MARÍTIMO-TURÍSTICAS: Incluem-se as receitas provenientes das concessões de marinas e portos de recreio, taxas de amarração, taxas de utilização de porto, utilização de equipamentos, estacionamento de embarcações em terra, ocupações de terrenos por empresas marítimo-turísticas e de carreiras fluvio-marítimo e taxas de venda de bilhetes, atividades que representaram uma receita de 736.941€. A faturação decorreu igualmente a partir do segundo semestre.

OUTROS PROJETOS NO ÂMBITO DA DC&M

Desenvolveu-se um conjunto de projetos a seguir apresentados, cujo retorno é essencialmente qualitativo e que se reflete no reforço da imagem da empresa, na notoriedade, na valorização do pescado transacionado nas lotas do continente português, comunicação interna e externa, divulgação dos produtos da pesca e abertura ao Setor.

- **COMPROVATIVO DE COMPRA EM LOTA:** Inserido no objetivo global de valorização do pescado transacionado nas lotas do continente português, a Docapesca reforçou as suas atividades no âmbito

do projeto em apreço, que se focaliza na identificação e diferenciação do pescado das lotas portuguesas, junto do consumidor final. Durante o primeiro semestre do ano, **reforçou-se a distribuição de etiquetas nas grandes superfícies e pequeno retalho**, num total de mais **3.800 etiquetas**. O projeto está implementado em seis insígnias da grande distribuição: Sonae (Lojas Continente), Auchan (Lojas Jumbo e Pão de Açúcar), Jerónimo Martins (Lojas Pingo Doce), Mosqueteiros (Lojas Intermarché), El Corte Inglés e Supermercados Apolónia, representando um total de **878 pontos de venda**. Na sequência do lançamento da **nova etiqueta CCL**, com campo para preenchimento da lota de origem do pescado e da Campanha da Cavala, tem-se verificado um interesse crescente, por parte dos municípios e dos comerciantes, na adesão ao projeto CCL. O total de pontos de venda do **pequeno retalho subiu de 816 no final de 2013 para 876 no final de 2014**. No âmbito do CCL publicaram-se receitas de pescado, desenvolvidas durante as ações das campanhas, na **revista Teleculinária**, ao longo de seis meses. No início de abril foi editada uma edição especial da revista, que compilou todas as receitas e cujo lançamento decorreu no Festival do “Peixe em Lisboa” seguindo-se uma outra ação de divulgação no âmbito do “Fórum do Mar” em maio.

- **CAMPANHAS PROMOCIONAIS/INFORMATIVAS:** A **Campanha da Cavala 2014** iniciou-se em janeiro, percorreu diversas cidades para reforçar a imagem da Cavala fresca e em conserva, como um alimento saudável, de baixo custo e ambientalmente sustentável. Realizaram-se ações nos mercados municipais de: Lisboa (4), Tavira, Olhão, Aveiro, Almada e Figueira da Foz (2/cada) e Sintra, Cascais, Costa da Caparica, Seixal, Moita, Baixa da Banheira e Azenhas do Mar (1/cada). Realizaram-se também ações nos mercados municipais, focalizadas noutras espécies, como o Polvo, o Choco, o Carapau e a Pescada, designadamente: Matosinhos (4), Setúbal (3), Vila Nova de Gaia (2) e Sesimbra, Quinta do Conde, Almada, Feijó, Algés e Póvoa de Varzim (1/cada). No total, realizaram-se 36 ações nos mercados municipais, em 20 cidades, e mais 27 eventos. Para além das Aulas de Culinária nos Mercados Municipais, até final de 2014, realizaram-se mais 17 ações em seminários, encontros, congressos e conferências, com degustações de pescado, essencialmente de Cavala, reforçando a presença institucional da Docapesca. Efetuaram-se visitas de estudo às lotas a Sesimbra, Peniche, Cascais, Aveiro e Matosinhos.
- **PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS E EVENTOS:** A Docapesca participou num conjunto de feiras e eventos profissionais, nacionais e internacionais, a seguir elencados:
 - Mercado do Mar (Cascais) – janeiro: evento gastronómico.
 - SISAB 2014 (Lisboa) – fevereiro: iniciativa que integrou comerciais das Organizações de Produtores, para o desenvolvimento de contactos diretos com interessados na exportação dos produtos da pesca. A participação envolveu, em articulação com a Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa, degustações e um almoço com cavala, fresca e em conserva.
 - Alimentaria (Barcelona) – de 31/março a 3/abril: integrou o expositor da PortugalFoods, representando-se com uma vitrina de produtos do mar e projetos da Empresa.
 - Festival Peixe em Lisboa – abril: Apesar de a participação manter o conceito do destaque diário às lotas do continente português, alargou à participação das lotas dos Açores, convidando a Lotaçor, SA a participar. Participou-se, ainda neste festival, no evento-satélite Sangue na Guelra.
 - Seafood (Bruxelas) – maio: integrou o expositor Portugal, organizado pela ALIF.



- Fórum do Mar (Matosinhos) – maio: participação com degustações.
- Até ao final do primeiro semestre participou noutras iniciativas a destacar: Futurália (Lisboa), Desafio do Coração (Lisboa), Feira Náutica do Tejo (Lisboa), Dia do Pescador (Olhão), Algarve Beer Fest (Albufeira), Festival da Sardinha e Cavala (Figueira da Foz), Mega Picnic Continente (Lisboa) com atividades e mostras relacionadas com o mar, em colaboração com diversas entidades do setor EMEPC, Aporvela, For-Mar e a Associação Naval Sarilhense.
- Conxemar (Vigo) – outubro: com participação à semelhança do ano transato, com a organização do expositor "Mar Portugal", contando com a presença de três associações do setor e de quatro Organizações de Produtores.
- SIAL (Paris) – outubro: partilhou o expositor organizado pela ACOPE.
- Expomar (Cabo Verde) – outubro: participação a convite do Núcleo Operacional para o Cluster do Mar de Cabo Verde.
- No segundo semestre esteve presente nas iniciativas a destacar: Art Beer Fest (Caminha), Congresso dos Cozinheiros (Lisboa), Porto Wine Fest, Festa da Ria Formosa (Faro), Festival do Bacalhau (Ílhavo), FATACIL (Lagoa), Supergastronómicos (Vilamoura), Feira da Dieta Mediterrânica (Tavira), Festival do Polvo (Zambujeira do Mar), Congresso Nacional de Turismo de Culinária (Figueira da Foz), Portugal Agro (Lisboa) e Essência do Gourmet (Porto).

IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS INOVADORES

- **PASSATEMPO FISH GOURMET:** Concurso de ideias para criar receitas inovadoras, tem por objetivo valorizar o pescado das lotas – em particular as espécies abundantes e de baixo valor comercial, como a cavala –, e que simultaneamente possam ser industrialmente produzidas, numa ótica de inovação e desenvolvimento de novos produtos. O concurso lançado em outubro, durante a participação da Docapesca no *Rip Curl Pro*, em Peniche, dirige-se a alunos de Escolas Profissionais ou de Ensino Superior do continente Português, que disponham na sua oferta formativa de cursos de hotelaria ou restauração. A sua divulgação envolveu a criação e produção de materiais promocionais, como cartazes e folhetos, e uma página no site da Docapesca, dedicada a este projeto. A data de prevista para a entrega de receitas é 15 de março de 2015.
- **CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO – CABAZ DO MAR:** Inserido na valorização dos produtos da pesca de pequena escala e das comunidades piscatórias locais, o projeto do "Cabaz do Mar" iniciou-se em março de 2014, em Azenha do Mar, através de Protocolo de Colaboração celebrado entre o Município de Odemira, a TAIPA – Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado do Concelho de Odemira, a ACDPM – Associação Cultural e de Desenvolvimento de Pescadores e Moradores da Azenha do Mar e a Docapesca. O projeto piloto, em Portugal, propõe-se replicar para a comercialização do pescado fresco em Portugal, depois do sucesso obtido pelo cabaz de legumes PROVE, e aproximar o consumidor ao produtor, com todos os benefícios que derivam de um canal curto de comercialização, contribuir para a redução de rejeições por parte do pescador e divulgar espécies menos popularizadas no consumo para o escoamento comercial de espécies como a cavala, tainha, carapau, faneca, bodião, etc.
- **VALORIZAÇÃO DE ESPÉCIES DE PESCARIAS QUE UTILIZAM ARTES SELETIVAS:** O principal objetivo do projeto é o desenvolvimento de uma matriz de critérios de sustentabilidade ambiental, económica e

social, adaptada à realidade da pequena pesca artesanal nacional, tendo por base o Código de Conduta para a Pesca Responsável da FAO e outros indicadores disponíveis. A matriz será testada e validada nas pescarias que utilizam artes seletivas, como o polvo de armadilhas, a pescada de anzol e o pescado capturado por pequenos palangreiros, visando a seleção de indicadores que poderão vir a ser apresentados nos pontos de venda ao consumidor final (articulação com o projeto Comprovativo Compra em Lota) e a adotar por parte dos pescadores. Na implementação do projeto, celebrou-se um protocolo com a *Sciaena* – Associação de Ciências Marinhas e Cooperação e da SPEA – Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, com competências nestas áreas. O projeto está em fase de recolha de dados junto das pescarias, apresentação junto das comunidades piscatórias locais, Organizações de Produtores e comerciantes de pescado, prevendo-se que continue a sua implementação conforme previsto durante 2015.

- **PROGRAMA BOMBORDO:** O programa televisivo visou a produção e a difusão de uma série de 13 documentários, com 25 minutos de duração cada, dedicados à economia do mar e aos recursos da pesca, para informar e sensibilizar o público sobre os aspetos ambientais, de sustentabilidade, de inovação, de qualidade e de saúde pública ligados ao mar. Os programas emitidos nos canais RTP2 e RTP Internacional, entre maio e agosto, resultaram num retorno muito positivo por parte de várias entidades ligadas ao Mar, assim como foram rececionados vários pedidos e sugestões para novas temáticas a abordar.

SITE E REDES SOCIAIS

- **SITE:** Registou 74.591 visitantes, em 2014, representando um acréscimo face a 2013 (69.471).
- **FACEBOOK:** Ativada em 12/12/2013, é igual e periodicamente atualizada como o site.

PUBLICAÇÕES

- **INFOLOTA:** Em 2014 contou com 8 edições e manteve a distribuição nos moldes habituais: em formato digital para o exterior (dirigida à fileira do pescado, comunicação social, agências de comunicação, câmaras municipais e entidades oficiais do Setor da Pesca, etc.) e divulgada em formato papel para distribuição nas lotas.
- **AGENDA DOCAPESCA:** instrumento de comunicação interna, publicando-se 18 edições em 2014.
- **OBSERVATÓRIO DE PREÇOS MÉDIOS DO PESCADO EM LOTA:** Com divulgação semanal prevista, é divulgada através do site e do correio eletrónico para os contatos da base de dados da Docapesca.

LEILÃO ONLINE

Tecnologicamente desenvolvido pela Direção de Informática, este projeto tem o apoio da Direção Comercial & Marketing ao nível da comunicação e divulgação junto dos comerciantes. Em 2014, as compras online representaram 1.185.340€, que se traduziram num aumento substancial face a 2013 (931.808€).

INFORMÁTICA

A Direção de Informática desenvolveu um conjunto de ações, inscritas no plano de integração do ex-IPTM na Docapesca. A instalação de sistemas de comunicações de rede de dados por antena, nos edifícios do ex-IPTM situados em Peniche e na Nazaré, visou ligá-los a nível nacional e a possibilitarem o seu acesso às aplicações da Docapesca e o seu acesso à Internet. Por seu turno, realizaram-se intervenções técnicas, com vista a disponibilizar-se acessos aos sistemas informáticos utilizados no ex-IPTM.

Na Lota de Peniche, em virtude das obras de requalificação do edifício, efetuaram-se intervenções técnicas para mudar a cablagem para a lota provisória e a reinstalação completa do sistema de leilão de pescado e respetivos equipamentos. A Lota da Figueira da Foz sofreu um processo idêntico com a mudança e a instalação técnica para a lota provisória.

Instalaram-se redes de dados que possuíam ligações 3G, em 19 lotas, o que possibilitou a ligação à rede da empresa. Esta implementação veio permitir um acesso mais rápido, fiável e seguro tanto ao nível das transmissões de ficheiros diários, acesso à Internet e intervenção dos técnicos ao sistema, mais simplificada.

O novo modelo do sistema de primeira venda de pescado foi implementado em todas as lotas, numa primeira fase. Atualmente prepara-se a nova implementação, já com o sistema certificado pela Autoridade Tributária.

Neste sentido, implementaram-se na empresa as novas alterações exigidas por lei na geração dos ficheiros SAF-T.

O sistema de guias eletrónicas encontra-se implementado nos locais necessários. A emissão de guias cresceu mais de 30%, no último trimestre de 2014. De salientar que o sistema está em fase de certificação.

O sistema de venda de pescado por leilão online continua a ter uma crescente adesão por parte de novos comerciantes, encontrando-se atualmente a dar resposta plena às operações de compras de pescado, efetuadas através deste sistema.

Em todas as lotas, implementaram-se Notas de Crédito e de Débito.

As câmaras de vídeo do sistema online foram colocadas em *CLOUD*.

A Direção de Informática desenvolveu e instalou um aplicativo para faturação nas portarias dos portos de pesca.

Obeve-se a certificação do sistema de primeira venda de pescado em lota.

INFRAESTRUTURAS E MANUTENÇÃO

INVESTIMENTOS – 2014

I – DESCRIÇÃO GERAL

O Plano de Investimentos Correntes e Específicos de 2014 foi executado com o envolvimento das direções da sede (Infraestruturas e Manutenção, Informática e Exploração). Os Investimentos Correntes foram executados pelas direções da sede e pelas delegações, dentro das condições estabelecidas.

O Plano de Investimentos Específicos e Correntes previstos e executados em 2014 são os que se apresentam no QUADRO I. Os Investimentos Específicos são apresentados por Objetivos. O referido quadro revela uma taxa de realização global de cerca de 49,86%, sendo 44,23% a taxa de execução do Plano de Investimentos Específicos e de 66,01%, a dos Investimentos Correntes.

QUADRO I – MAPA RESUMO DE INVESTIMENTOS – 2014 (Valores em Euros)

PROJECTOS ESPECÍFICOS	Realização Previsional 2014	Realização Efetiva (€) 2014	Realização Efetiva (%) 2014
A - PORTOS DE PESCA, LOCAIS DE DESEMBARQUE E ABRIGOS	4.919.925	2.193.996	44,59%
A.1 - Melhoria das condições higiosnitárias das Lotas e Entrepostos	2.776.139	1.780.942	64,15%
A.3 - Modernização e Apetrechamento das Instalações de Venda de Pescado	44.693	17.243	38,58%
A.4 - Infraestruturas e Equipamentos de Apoio à Descarga	1.647.515	394.620	23,95%
A.5 - Infraestruturas e Equipamentos de Conservação e (ou) Congelação e de Produção e Armazenagem de Gelo	451.579	1.191	0,26%
B - DIVERSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES DA EMPRESA	356.600	139.783	39,20%
B.1 - Mercados, Plataformas Logísticas, Outras Atividades	161.500	123.341	76,37%
B.3 - Desenvolvimento Sustentável das zonas de pesca - Turismo e Restauração	83.200	2.350	2,82%
B.5 - Diversos	111.900	14.092	12,59%
TOTAL INVESTIMENTOS ESPECÍFICOS	5.276.525	2.333.779	44,23%
TOTAL INVESTIMENTOS CORRENTES	1.837.668	1.213.062	66,01%
TOTAL INVESTIMENTOS CORRENTES E ESPECÍFICOS	7.114.193	3.546.841	49,86%

A – INVESTIMENTOS CORRENTES

O nível global de realização do Plano de Investimentos Correntes foi de 66%. No QUADRO II apresenta-se com detalhe, a realização da Sede e de cada uma das Delegações.

QUADRO II – MAPA RESUMO DOS INVESTIMENTOS CORRENTES – 2014 (Valores em Euros)

Designação	Exercício 2014				
	Plano	Real	Desvio		Realização
			Valor	%	%
TOTAL GLOBAL - Investimentos Correntes 2014	1.837.668 €	1.213.062	-624.606	-34%	66,01%
SEDE	133.705	37.192	-96.513	-72%	27,82%
Conselho de Administração	7.545	1.330	-6.215 €	-82%	17,63%
Depart. de Estudos, Estat. e Relações Públicas	0	0	0 €	0%	-
Direção de Apoio Jurídico e Recursos Humanos	0	380	380 €	-	-
Direção Comercial e de Marketing	1.950	7.205	5.255 €	269%	369,47%
Direção de Exploração	72.400	2.175	-70.225 €	-97%	3,00%
Direção Financeira	3.110	2.409	-701 €	-23%	77,47%
Direção de Informática	10.200	13.750	3.550 €	35%	134,81%
Direção de Infraestruturas e Manutenção	38.500	9.944	-28.556 €	-74%	25,83%
Gabinete de Auditoria	0	0	0 €	0%	-
* Delegações *	1.703.963	1.175.869	-528.094 €	-31%	69,01%
Delegações Norte e Matosinhos	703.782	367.131	-336.651 €	-48%	52,17%
* Deleg. Norte - Viana do Castelo *	38.376	47.015	8.639 €	23%	122,51%
* Deleg. Norte - Póvoa do Varzim *	33.155	43.855	10.700 €	32%	132,27%
* Deleg. Norte - Lotas e Postos de Vendagem *	2.840	60.341	57.501 €	2025%	2124,67%
* Delegação de Matosinhos *	629.411	215.921	-413.490 €	-66%	34,31%
Delegação Centro Norte	149.677	71.628	-78.049 €	-52%	47,86%
* Deleg. Centro Norte - Aveiro *	81.597	52.677	-28.920 €	-35%	64,56%
* Deleg. Centro Norte - Figueira da Foz *	61.040	14.221	-46.819 €	-77%	23,30%
* Deleg. Centro Norte - Lotas e Postos Vendagem	7.040	4.730	-2.310 €	-33%	67,19%
Delegação Centro	258.270	126.040	-132.230 €	-51%	48,80%
* Deleg. Centro - Nazaré *	37.790	21.029	-16.761 €	-44%	55,65%
* Deleg. Centro - Peniche *	163.900	98.181	-65.719 €	-40%	59,90%
* Deleg. Centro - Lotas e Postos de Vendagem *	56.580	6.829	-49.751 €	-88%	12,07%
Delegações Centro Sul	123.830	91.097	-32.733 €	-26%	73,57%
* Deleg. Centro Sul - Sesimbra *	50.640	18.950	-31.690 €	-63%	37,42%
* Deleg. Centro Sul - Setúbal *	12.560	7.215	-5.345 €	-43%	57,45%
* Deleg. Centro Sul - Sines *	30.900	33.768	2.868 €	9%	109,28%
* Deleg. Centro Sul - Lotas e Postos Vendagem *	29.730	31.164	1.434 €	5%	104,82%
Delegação Sul	468.404	519.974	51.570 €	11%	111,01%
* Deleg. Sul - Barlavento Algarvio*	174.030	180.070	6.040 €	3%	103,47%
* Deleg. Sul Barlavento - Lotas e Postos Vendag.	19.760	13.702	-6.058 €	-31%	69,34%
* Deleg. Sul - Sotavento Algarvio*	252.134	204.619	-47.515 €	-19%	81,15%
* Deleg. Sul Sotavento - Lotas e Postos Vendag..	22.480	121.583	99.103 €	441%	540,85%

No QUADRO III apresentam-se as realizações em Investimentos Correntes com valores de adjudicação superiores a 5.000 Euros.

QUADRO III – INVESTIMENTOS CORRENTES 2014 (Valores em Euros)

RECUPERAÇÃO GERAL/BENEFICIAÇÃO E APETRECHAMENTO EM EDIFÍCIOS, INFRAESTRUTURAS, APETRECHAMENTO E OUTRAS CONSTRUÇÕES

DELEGAÇÃO	ESTUDOS / OBRA / AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	VALOR ADJUDICAÇÃO
SINES	EDIFÍCIO DAS UAEP – IMPERMEABILIZAÇÃO DE TERRAÇOS E ADUÇÃO ÁGUA SALGADA	14.111,00 €
MATOSINHOS	EDIFÍCIO DO MERCADO DE 2.ª VENDA – CÂMARAS FRIGORÍFICAS – APOIO C. CIVIL	51.926,59 €
OLHÃO	AQUISIÇÃO DE 1 GRUA MÓVEL 500 KG	38.500,00 €
MATOSINHOS	EDIFÍCIO DO MERCADO 2.ª VENDA – CÂMARAS CONSERVAÇÃO PESCADO FRESCO	89.988,90 €
MATOSINHOS	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA LAVAGEM MANUAL DE VEÍCULOS	17.406,28 €
CARRASQUEIRA	EMPREITADA OBRA PÚBLICA – INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS	15.000,01 €
MATOSINHOS	MERCADO DE 2.ª VENDA – FORNECIMENTO/MONTAGEM DE SISTEMA DE CCTV	7.471,87 €
V. PRAIA DE ÂNCORA	REPARAÇÃO DE ESTRUTURAS FLUTUANTES	24.438,00 €
PORTIMÃO	FORNECIMENTO DE 6 PORTA-PALETES MANUAIS	5.100,00 €
QUARTEIRA	DIVERSOS TRABALHOS DE REPARAÇÃO – EDIFÍCIO DA LOTA E ARMAZÉNS	19.997,40 €
FARO	RECUPERAÇÃO DE PASSADIÇO FIXO E FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PONTE DE ACESSO E PLATAFORMA – ESTEIRO DO LADRÃO	69.870,00 €
ALBUFEIRA	REMOÇÃO DE 3 PLATAFORMAS FLUTUANTES EM T	6.475,00 €
MATOSINHOS	FORNECIMENTO DE 38 GRADES AMOVÍVEIS	8.170,00 €
AVEIRO	FORNECIMENTO DE 4 CARROS MANUAIS E 2 ZORRAS	7.800,00 €
FIG. FOZ	FORNECIMENTO DE 5 CARROS MANUAIS COM ELEVAÇÃO E 2 ZORRAS	8.625,00 €
OLHÃO	FORNECIMENTO DE 3 CARROS MANUAIS SEM ELEVAÇÃO E 16 GRADES AMOVÍVEIS	5.970,00 €
PORTIMÃO	REPAVIMENTAÇÃO DA ÁREA DOS ESTALEIROS NAVAIS	59.117,00 €
PENICHE	REPARAÇÃO DO PAVIMENTO DO TERRAPLENO DA MARINA DA R. VELHA	17.830,00 €
QUARTEIRA	ALTERAÇÃO DO EDIFÍCIO ADMINISTRATIVO – INSTALAÇÕES SANITÁRIAS PÚBLICAS	21.048,30 €
TAVIRA	REPARAÇÕES URGENTES NOS CAIS DAS QUATRO ÁGUAS E DA ILHA DE TAVIRA	22.990,00 €
PORTIMÃO	AQUISIÇÃO DE CANCELAS PARA PORTARIA	5.004,99 €
SEDE	AQUISIÇÃO DE IMPRESSORA DE GRANDES FORMATOS – SERVIÇOS CENTRAIS	8.196,44 €
OLHÃO	BENEFICIAÇÃO GERAL DO EDIFÍCIO DA PORTARIA	9.033,77 €
QUARTEIRA	AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE CCTV	13.824,31 €
PENICHE	REABILITAÇÃO DO MOLHE/CAIS DO PORTO DE AREIA SUL	29.500,00 €
SINES	AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS PARA O PORTO DE PESCA DE SINES	16.074,18 €
OLHÃO E SAGRES	FORNECIMENTO E MONTAGEM DE ESCADAS E DEFENSAS DE CAIS	49.530,00 €
MATOSINHOS	REPAVIMENTAÇÃO E DRENAGENS – ARRUAIMENTOS DAS UAEP	11.197,50 €
VILA DO CONDE	TRATAMENTOS/SUBSTITUIÇÃO MADEIRAS EXTERIORES DO EDIFÍCIO – ÁREA 2 – RESTAURANTE	26.524,00 €
ESPOSENDE	CENTRO ATIVIDADES NÁUTICAS – REPARAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO COBERTURA DO PAVILHÃO	34.673,50 €
OLHÃO	FORNECIMENTO E MONTAGEM DE UMA PLATAFORMA FLUTUANTE	15.520,00 €
PENICHE E NAZARÉ	AQUISIÇÃO DE BATERIAS PARA CONDENSADORES	17.908,14 €
OLHÃO E SAGRES	AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS PARA OS PORTOS DE PESCA DE OLHÃO E SAGRES	29.253,32 €
SAGRES	SUBSTITUIÇÃO DOS PORTÕES DO EDIFÍCIO DAS UAEP	44.452,56 €
PÓVOA DE VARZIM	AQUISIÇÃO DE 2 CABINES DE VENDA	7.400,00 €
V. R. STO. ANTÓNIO	AQUISIÇÃO DE BATERIAS DE CONDENSADORES	7.774,00 €
PENICHE	REQUALIFICAÇÃO DE WC PÚBLICOS DO EDIFÍCIO DA LOTA	11.960,00 €
DIVERSAS DELEGAÇÕES	REGISTADORES GRÁFICOS DE TEMPERATURA (CÂMARAS DE PESCA DO)	30.000,00 €
TOTAL	ITENS DE INVESTIMENTO COM VALOR >5.000 €	879.662,06 €

O valor total apresentado no quadro anterior representa cerca de 47,9% do total de Investimentos Correntes previstos e 72,5% dos realizados, em 2014.

B – INVESTIMENTOS ESPECÍFICOS

O procedimento de aprovação das candidaturas apresentadas ao PROMAR em 2012 e 2013, bem como a organização de todo o procedimento administrativo concursal, condicionou de um modo relevante a execução dos Projetos Específicos previstos no Plano de Investimentos Específicos de 2014, aprovados pela Assembleia Geral da Docapesca. Dado que a aprovação e a garantia de cofinanciamento só ficaram garantidas ao longo do ano de 2014 para a maioria dos projetos candidatados, não foi possível ultrapassar os 44,23% como taxa de execução do Plano de Investimentos Específicos. Decorrente da aprovação tardia das candidaturas apresentadas, a Docapesca desistiu por impossibilidade de execução até ao final de 2015,

de dois dos três Projetos de Investimento no Porto de Pesca de Sines, que haviam sido apresentados no âmbito do presente Quadro de Apoios Comunitárias. Os projetos objeto de desistência perfaziam um total de 849.800€, e, nas previsões de realização no presente exercício, representavam 6% do total.

QUADRO IV – MAPA RESUMO DE INVESTIMENTOS ESPECÍFICOS (POR DELEGAÇÃO) – 2014

PROJECTOS ESPECÍFICOS	Realização Prevista (€) 2014	Realização Efetiva (€) 2014	Realização Efetiva (%) 2014
Delegação Norte	967.341	502.117	52,02%
V. do Castelo - Equipamentos dos Portos de Pesca - Melhoria das Condições de Implementação do HACCP e Requalificação do Edifício da Lota	27.750	9.679	34,86%
V. do Castelo - Pavimentação e reabilitação da rede viária da zona afectada à área do Porto.	37.500	0	0,00%
V. do Castelo - Requalificação dos sistemas de saneamento e de controlo e segurança do Porto de Pesca	31.000	0	0,00%
Póvoa do Varzim - Equipamentos dos Portos de Pesca - Melhoria das Condições de Implementação do HACCP e Requalificação do Edifício da Lota	287.121	345.381	120,29%
Póvoa do Varzim - Requalificação de Zonas exteriores	99.887	10.799	10,81%
Vila do Conde - Adaptação das instalações da Lota para instalação dum Mercado de 2ª Venda	111.500	123.341	110,82%
Vila do Conde e Vila Prata de Âncora - Equipamentos dos Portos de Pesca - Novas Lotas	44.893	17.243	38,56%
V. do Castelo e Póvoa do Varzim - Apetrechamento em instalações e Equipamentos Frigoríficos de Produção de Gelo e Conservação e de Exploração	283.331	668	0,24%
Portos da Delegação Norte - Melhoria e modernização da gestão de resíduos e acções para defesa e conservação do ambiente	44.580	0	0,00%
Delegação Matosinhos	157.017	146.230	93,12%
Matosinhos - Equipamentos dos Portos de Pesca - Melhoria das Condições de Implementação do HACCP e Requalificação do Edifício da Lota	63.131	116.755	184,94%
Matosinhos - Pavimentação de arruamentos - Zona da Sardinha.	0	14.975	-
Matosinhos - Pavilhão para transferência da Sardinha e respetivas redes Hidráulicas e de Electricidade.	42.482	16.560	38,98%
Matosinhos - Requalificação do Edifício do Mercado de 2ª Venda	50.000	0	0,00%
Delegação Centro Norte	312.659	291.072	93,09%
Figueira da Foz - Equipamentos dos Portos de Pesca - Melhoria das Condições de Implementação do HACCP e Requalificação do Edifício da Lota	318.598	149.881	47,34%
Figueira da Foz - Requalificação das infraestruturas exteriores à Lota e Cais e da Fábrica de Gelo com vista ao cumprimento do HACCP nessas zonas.	318.124	141.141	44,37%
Figueira da Foz - Pavimentação e reabilitação das redes de águas potável e residuais afectas à área concessionada do Porto de Pesca	36.125	0	0,00%
Aveiro - Requalificação, Adaptação e Apetrechamento do Edifício e Infraestruturas da Lota, Cais e Fábrica de Gelo para assegurar a implementação do HACCP e novos circuitos das actividades de exploração.	141.621	0	0,00%
Delegação Centro	1.041.879	831.853	79,83%
Nazaré - Equipamentos dos Portos de Pesca - Melhoria das Condições de Implementação do HACCP e Requalificação do Edifício da Lota	141.505	65.543	46,32%
Nazaré - Reabilitação das Estruturas de Betão armado - Cais de descarga; Aprestos; Aproveitamento; Combustíveis; Escadas e Defensas	50.000	0	0,00%
Peniche - Implementação do HACCP - Equipamentos dos Portos de Pesca - Melhoria das Condições de Implementação do HACCP e Requalificação do Edifício da Lota	422.660	427.027	101,03%
Peniche - Requalificação das infraestruturas do Cais e exteriores à Lota com substituição da cobertura da Lota por outra em cumprimento do HACCP	347.254	344.931	99,33%
Peniche - Reabilitação e modernização da rede eléctrica de iluminação exterior da zona afectada à área do Porto - 1ª Fase	15.000	0	0,00%
Peniche - Prolongamento do Quebra Mar interior do Porto para expansão da actividades de recreio náutico e marítimo-turística	36.900	14.092	38,19%
Nazaré e Peniche - Reabilitação da rede de águas potável e residuais e melhoria das condições ambientais dos Portos de Pesca da Nazaré e de Peniche	28.000	0	0,00%
Delegação Centro Sul	884.804	392.659	44,39%
Sesimbra - Equipamentos dos Portos de Pesca - Melhoria das Condições de Implementação do HACCP e Requalificação do Edifício da Lota	141.590	3.890	2,75%
Setúbal - Equipamentos dos Portos de Pesca - Melhoria das Condições de Implementação do HACCP e Requalificação do Edifício da Lota	304.197	317.471	104,36%
Sesimbra - Pavilhão de Apoio à Descarga, Transferência e Acondicionamento de Pescado e Rede de Águas, Esgotos e Electricidade e de Drenagem de Águas e Pavimentação de arruamentos circundantes	42.477	10.863	25,57%
Sines - Remodelação da Fábrica de Gelo com substituição dos Silos 1 e 2; Ampliação da capacidade de Produção de Gelo - Novos Geradores 1 e 4; Ampliação da casa das máquinas e Trabalhos de Apoio de C. Civil e outros, necessários às montagens	85.000	335	0,39%
Sines - Edificação e Infraestruturas para substituição do Telheiro de Apoio à Descarga da Sardinha, de modo ao cumprimento do HACCP na nova Construção.	169.920	0	0,00%
Sines - Implementação do HACCP - Equipamentos dos Portos de Pesca - Melhoria das Condições de Implementação do HACCP e Requalificação do Edifício da Lota, Infraestruturas, Cais e Instalações.	141.660	0	0,00%
Delegação Sul	2.416.559	2.038.201	84,38%
Sagres e Lagos - Requalificação e Adaptações dos Edifícios e Infraestruturas das Lotas e Cais, bem como o respectivo apetrechamento, para implementação de novos circuitos da actividade de exploração.	106.248	0	0,00%
Baleia/Sagres - Reabilitação e Reconversão do Edifício da antiga Lota de Sagres	83.200	2.350	2,82%
Baleia/Sagres - Reabilitação das Pontas Cais	50.000	0	0,00%
Portimão - Aquisição e Montagem de Fábrica e Silo de Gelo; Câmaras de Conservação de Pescado Fresco da Lota; Trabalhos de Apoio de C. Civil e outros, necessários às montagens	83.248	188	0,23%
Portimão - Remodelação da Captação e Bombagem de Água Salgada	290.000	200.282	69,06%
Portimão - Equipamentos dos Portos de Pesca - Melhoria das Condições de Implementação do HACCP e Requalificação do Edifício da Lota e Cais	106.244	0	0,00%
Portimão - Equipamentos dos Portos de Pesca - Requalificação das Infraestruturas Exteriores, Cais e Cobertura	75.000	0	0,00%
Quarteira - Aquisição de cais de atracação de embarcações de pesca	30.000	0	0,00%
Olhão - Equipamentos dos Portos de Pesca - Melhoria das Condições de Implementação do HACCP e Requalificação do Edifício da Lota e Cais	106.223	198	0,19%
Olhão - Reabilitação e aquisição de estruturas flutuantes de protecção e atracação de embarcações de pesca, bem como das suas fixações	60.000	0	0,00%
Olhão - Pavimentação e reabilitação da rede viária da zona afectada à área do Porto de Pesca	50.000	0	0,00%
Olhão - Requalificação dos sistemas de saneamento e de controlo e segurança do Porto de Pesca	60.000	0	0,00%
Tavira - Drenagem de fundos e cais de descarga e estacionamento de pesca, Porto de Pesca de Tavira	80.000	0	0,00%
Tavira - Reabilitação e melhorias no Cais de Embarque de Passageiros e Mercadorias nas Quatro Águas - 1ª Fase	50.000	0	0,00%
V. R. Sto. António - Equipamentos dos Portos de Pesca - Melhoria das Condições de Implementação do HACCP e Requalificação do Edifício da Lota e Cais.	47.337	186	0,39%
V. R. Sto. António - Estudos e Projetos das Infraestruturas Eléctrica (energia e iluminação) no Molhe nascente da entrada da Doca (marítimo-turística) e da Reparação de Paredes, Muralhas e Pavimentos adjacentes (junto da antiga lota; do Cais Fronteiriço e	25.000	0	0,00%
Portos da Delegação Sul (Baleia/Sagres, Lagos, Ferragudo/Portimão, Olhão) - Aquisição de equipamentos que beneficiem as condições de desembarque, atracação e acesso a embarcações.	54.000	0	0,00%
Portos da Delegação Sul - Melhoria e modernização da gestão de resíduos e acções para defesa e conservação do ambiente	58.440	0	0,00%
TOTAL PREVISTO/REALIZADO 2014	5.276.525	2.333.779	44,23%

**6. RELATÓRIO E
PARECER DO FISCAL
ÚNICO,
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS CONTAS
E RELATÓRIO DE
AUDITORIA**